

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* CIÊNCIA DA RELIGIÃO  
(MESTRADO)

**AILTON SOARES DOS SANTOS**

**AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEB's) E A EDUCAÇÃO  
POPULAR EM GOIÂNIA**

GOIÂNIA  
2019

**AILTON SOARES DOS SANTOS**

**AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEB's) E A EDUCAÇÃO  
POPULAR EM GOIÂNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no Curso de Mestrado em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), para obtenção do grau de mestre em Ciências da Religião.

Área de concentração: Religião, Cultura e Sociedade

Linha de Pesquisa: Religião e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Prof. Alberto da Silva Moreira

GOIÂNIA  
2019

S237c Santos, Ailton Soares dos.

As comunidades eclesiais de base (CEB's) e a educação popular em Goiânia / Ailton Soares dos Santos.-- 2019. 115 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião, Goiânia, 2019 Inclui referências: f. 100-110

1. Igreja Católica. 2. Comunidades eclesiais de base.  
3. Educação popular - Goiânia (GO). 4. Teologia da libertação. I. Moreira, Alberto da Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

**AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs) E A EDUCAÇÃO POPULAR  
EM GOIÂNIA**

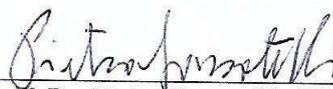
Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião  
da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 06 de fevereiro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Prof. Dr. Alberto da Silva Moreira / PUC Goiás (Presidente)**



---

**Prof. Dr. Pietro Sassatelli / UFG**



---

**Profa. Dra. Carolina Teles Lemos / PUC Goiás**

---

**Prof. Dr. Clóvis Ecco / PUC Goiás (Suplente)**

---

**Prof. Dr. Jadir de Morais Pessoa / UFG (Suplente)**

Dedico este trabalho a todos os meus familiares, professores, ao meu orientador e colegas que me ajudaram a aprimorar os aprendizados e conteúdo, de forma prática e afetuosa.

Agradeço a Deus pela força pela caminhada e pela paciência para realizar este trabalho. À Pontifícia Universidade Católica de Goiás e o seu corpo docente por acreditar na minha pesquisa e pelas correções ao longo da caminhada. A CAPES pela oportunidade de ser bolsista, pois com este incentivo pude concluir os meus estudos. À minha família pelo carinho e compreensão em meio aos estudos e ao meu orientador pela dedicação e estímulos.

## RESUMO

SANTOS, Ailton Soares dos. *As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a Educação Popular em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – GO), Goiânia, 2019.

As Comunidades Eclesiais de base (CEB's) fazem parte da história política e da memória religiosa do Brasil. Este movimento religioso ajudou os cristãos a retornarem a sua “índole evangélica, de ser fermento, sal e luz no mundo” (SOUZA, 2004). Tendo nascida nas bases do catolicismo, as CEB's pretendem contribuir para libertar o povo oprimido e entendem que isso só é possível através de uma mudança de mentalidade das próprias pessoas atingidas. Por isso os rituais, as celebrações, os cantos, as caminhadas e os cursos são realizados como uma forma de educação informal do povo. Os participantes das CEBs, em sua maioria leigos, se sentem impelidos a buscar novos horizontes para a vida, pois têm como base a ideia de um Deus libertador, que está próximo em especial dos mais pobres. A presente dissertação pretende ser desenvolvida através de uma revisão bibliográfica fundamentada especialmente entre os anos de 1960 a 1980, onde compreendemos ser o auge desse movimento e entrevistas com os participantes dessas Comunidades Eclesiais de base. Assim, pretendemos analisar a contribuição das CEB's como agências pedagógicas que propiciaram uma forma de (re)educação da população mais pobre, tanto no interior da Igreja como na sociedade brasileira em especial na cidade de Goiânia.

**Palavras-chaves:** Comunidades Eclesiais de Base. Educação Popular. Igreja Católica. Brasil. Teologia da Libertação.

## ABSTRACT

SANTOS, Ailton Soares dos. The CEB's and Popular Education in Goiania. Dissertation (Master of Science in Religion) - Pontifical Catholic University of Goiás, Goiania, 2019.

The Basic Ecclesial Communities (CEB's) are part of the political history and religious memory of Brazil. This religious movement helped Christians to return to their "evangelical nature, to be leaven, salt and light in the world." (SOUZA, 2004). Having grown up on the foundations of Catholicism, the CEBs intend to contribute to freeing the oppressed people and understand that this is only possible through a change of mentality of the people affected. Therefore rituals, celebrations, songs, walks and courses are held as a form of informal education of the people. The CEB participants, mostly lay people, feel compelled to seek new horizons for life, since they are based on the idea of a liberating God, who is close especially to the poor. The present dissertation intends to be developed through a rigorous bibliographical revision and interviews with the participants of these communities especially in the years of 1960 to 1980 that we understand to be the peak of this movement. Thus, we intend to analyze the contribution of CEBs as pedagogical agencies that provided a way of (re) education of the poorest population, both within the Church and in Brazilian society, especially in the city of Goiania.

**Key words:** Basic Ecclesial Communities. Popular Education. Catholic Church. Brazil. Liberation Theology

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AL - América Latina

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base

CELAM - Conferência Episcopal Latino Americano

CNBB - Conferência dos Bispos do Brasil

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil

EP - Educação Popular

JOC - Juventude Operaria Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

MEB - Movimento de Educação de Base

PJ - Pastoral da Juventude

PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular

PT - Partido dos Trabalhadores

RCC - Renovação Carismática Católica

SPAR - Secretariado Pastoral Arquidiocesana

TdL - Teologia da Libertação

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	8
INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I: AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE .....	15
1. O QUE É COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE .....	15
1.1 AS COMUNIDADES CRISTÃS NA SAGRADA ESCRITURA.....	17
1.2 OPÇÃO PELOS POBRES NO CRISTIANISMO.....	18
1.3 NASCIMENTO E ESPIRITUALIDADE DAS CEB's .....	20
1.4 A CONTRIBUIÇÃO DA <i>RERUM NOVARUM</i> .....	25
1.4.1 O Concílio Vaticano II.....	26
1.5 AS ORIGENS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO .....	29
1.6 OS PRINCIPAIS TEÓLOGOS DA LIBERTAÇÃO .....	33
1.7 O MÉTODO DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO .....	36
1.8 A PERSPECTIVA DO POBRE NA TdL.....	38
1.9 AS CEB's NA AMÉRICA LATINA.....	40
1.10 AS CEB's NO BRASIL .....	44
1.11 AS CEB's DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL .....	46
1.12 OS INTEGRANTES DAS CEB's .....	49
1.13 CEB's E O PROTAGONISMO DO LEIGO .....	51
1.14 OS INTERECLESIAIS DE BASE.....	53
CAPÍTULO II: A EDUCAÇÃO POPULAR E A CEB'S .....	56
2. EDUCAÇÃO POPULAR .....	56
2.1 ASPECTOS PEDAGÓGICOS DAS CEB's NO BRASIL .....	63
2.2 A PEDAGOGIA DAS CEB's .....	74
2.3 PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO POPULAR.....	79
2.4 ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA .....	83
2.5 CEB's NA DIOCESE DE GOIÁS .....	85
2.5.1 CEB's na Arquidiocese de Goiânia.....	86
2.6 A PESQUISA DE CAMPO: INSTITUIÇÕES E MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR NA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	98
REFERÊNCIAS: .....	101
3. ANEXO I.....	112

<b>3.1 ANEXO II.....</b>	<b>114</b>
<b>3.2 ANEXO III.....</b>	<b>116</b>

## INTRODUÇÃO

Desde a minha infância fui integrante das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), ou seja, Igrejas simples regidas pelo povo simples e com um ideário de construir uma sociedade mais justa. Crescendo e fazendo parte desse processo de busca de uma justiça social baseada nas palavras de Jesus Cristo, fui me deparando com uma sociedade injusta e excludente. Ao longo dos anos me deparei e me envolvi com a parte educacional das Comunidades Eclesiais de Base, sendo inicialmente catequista e líder de jovens por muitos anos. Com intuito de me especializar ainda mais fiz a graduação em Pedagogia e Geografia, respondendo assim a minha vocação de ser educador. Com a motivação de continuar os meus estudos sobre a CEB's e a Educação popular, que foi tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, procurei dar continuidade a esta pesquisa no Mestrado em Ciências da Religião. Percebi em minhas pesquisas, que a educação neste movimento sociorreligioso se dá de maneira informal e que este tipo de educação contribuiu para a luta social no Brasil no período de 1960 em diante, em especial na Igreja em Goiânia, na qual sou atuante. A Educação Popular, com isso ganha força, porém, se esbarra em várias dificuldades, como a formação acadêmica de seus educadores e a falta de interesse do governo vigente (MOURA, 2000).

Neste sentido, este trabalho busca entender o movimento religioso chamado CEB's – Comunidades Eclesiais de Base. Esse movimento de caráter social e religioso por sua vez procura lutar contra a opressão e as injustiças sociais do Estado e defendeu, ainda, os direitos dos trabalhadores, das crianças, dos jovens e do povo mais simples e humilde. Por isto, é relevante entender o seu surgimento e a sua atuação tanto no Brasil como na América Latina. Considera-se que as Comunidades Eclesiais de Base têm uma importância histórica muito significativa para o Brasil, pois elas foram palco de uma resistência contra o regime opressivo no país entre os anos de 1960 e 1980. Neste sentido, em sua essência as CEB's são caracterizadas como sendo: comunidades Católicas nas quais o clero e os agentes pastorais estão engajados, de uma forma ou de outra, em esforços para despertar a consciência política e social (BURDICK, 1998, p.11). Ao analisarmos a história das CEB's no Brasil, percebemos que essa história está ligada intimamente ao surgimento de uma sociedade moderna e excludente, onde o Capitalismo vai criar

ainda mais um abismo entre os pobres e os ricos. Historicamente a Igreja tem um trabalho antigo de assistência social, como podemos recordar: orfanatos, pensões, hospitais e escolas confessionais (SANTOS, 2010).

O Concílio Vaticano II (1962-65) foi o acontecimento que, a nível mundial desencadeou essa leva de renovações eclesiais, “abrindo as portas” da Igreja de Roma à modernidade e proporcionando novas formas de eclesialidade (de ser cristão) a partir da realidade das Igrejas particulares e locais, ou seja, das paróquias e pequenas Igrejas, fomentando assim as Comunidades Eclesiais de base com sua principal bandeira de apoio preferencial aos pobres (COSTA, 2010). Neste sentido, a América Latina foi um campo sedento e aberto para as novas ideias do Vaticano II. O Brasil vivenciou neste período várias mudanças, como o início da Ditadura Militar. O maior país católico do mundo enfrentava várias crises, como escassos recursos internos, industrialização fraca e a agricultura como produto de exportação (COSTA, 2010).

Neste intuito, boa parte da Igreja Católica se preocupava com a participação de todos os povos, especialmente os mais abandonados. A Educação Popular, com isso ganha força (CNBB, 1992, p. 57-58). Neste período surgem movimentos de Educação Popular apoiados pela Igreja Católica (SANTOS, 2010). Destaca-se a figura do educador Paulo Freire (1921–1997), que era militante de causas sociais e muito contribuiu para a perspectiva de educação popular (FILHO, 2006). Ele, anos mais tarde, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores.

Portanto, a realização desta pesquisa procurou o resgate da memória das CEB's e a sua contribuição para uma conscientização do povo simples e oprimido, sobretudo na área de atuação da Arquidiocese de Goiânia. Nas CEBs a palavra libertação ecoa muito forte, e está presente nos discursos, nos cantos e nas orações. Assim, se faz necessário analisar a contribuição das CEB's na formação humana e intelectual, não só dos cristãos católicos, mas de toda a sociedade brasileira que se beneficiou da abertura política e social da Igreja, para o oprimido poder ter voz na luta por direitos sociais.

A pesquisa sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a Educação Popular se realizou na perspectiva das Ciências da Religião, ligada particularmente à linha de pesquisa Religião e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Goiás. Esperamos apresentar novos enfoques como a intrínseca relação entre Igreja e educação popular como uma base para a

luta contra as injustiças presente na nossa sociedade. Esta pesquisa se concentra na análise dos documentos (encíclicas, cartas e documentos eclesiais) teses, artigos, livros e outras fontes, disponibilizadas tanto por meio eletrônico, como por outras formas de divulgação. Além disso, exigiu a realização de uma pesquisa de campo, como se explica a seguir. Todas essas fontes de informação nos levam a compreender a importante relação entre Igreja, sociedade e educação. A pesquisa não se limitou a examinar somente publicações acadêmicas, mas foram analisados materiais de cunho popular e religioso, como cartilhas, vídeos, panfletos e outros materiais produzidos pelas próprias CEBs. Neste sentido, para melhor situar e entender o objeto de estudo, realizou-se uma pesquisa de campo com entrevistas dirigidas. Inicialmente foram entrevistadas 20 pessoas que foram ou são ligadas diretamente às CEB's. Para auxiliar a coleta de dados utilizou-se ainda um questionário com 10 perguntas que procuraram investigar a ligação das Comunidades Eclesiais de Base e a Educação Popular em Goiânia. Essas ferramentas de pesquisa passaram pela aprovação do Conselho de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Neste intuito, agradecemos a participação enriquecedora e voluntária dos participantes, a PUC-GO pelo incentivo e o incentivo financeiro da CAPES, pois estes elementos foram essenciais para que esta pesquisa progredisse.

Apresenta-se no capítulo 1 uma historiografia das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Esse movimento de caráter religioso e popular emergiu no Brasil na década de 1960 como parte do movimento católico da Teologia da Libertação e procurava lutar contra as injustiças sociais vigentes no Brasil e defender os direitos dos trabalhadores e dos setores marginalizados da população. Uma das formas de difusão do método e do conteúdo da Teologia da Libertação foi à leitura popular da Bíblia, que ajudou a propagar os Círculos Bíblicos. Por fim, o primeiro capítulo foca no nascimento das CEB's e sua possível aproximação e relação com a Teologia da Libertação. Nessa época houve uma aproximação maior da Igreja em relação ao povo pobre e simples (os oprimidos) que compõe a maioria das comunidades cristãs do período.

O capítulo 2 está dividido em duas partes: a primeira adentra no conceito de Educação Popular (EP), principalmente com um foco na América Latina e Caribe, para em seguida refletir a relação da Educação Popular com as CEB's no Brasil,

focando principalmente a Educação Popular praticada pelas comunidades de base da arquidiocese Goiânia. Na década de 1960 o país tinha ainda um alto nível de analfabetismo e o Movimento Brasileiro Educação de Base (MEB) teve um papel marcante na alfabetização e educação das massas mais empobrecidas do Brasil. Na segunda parte do capítulo 2 destacam-se os resultados da pesquisa de campo, através da inclusão das informações captadas pelas entrevistas, visitas, diálogos e também pela revisão bibliográfica. Uma questão que orientou a pesquisa era: como foi a recepção da Educação Popular dentro das comunidades de base na Arquidiocese de Goiânia. Considera-se o estado de Goiás como uma referência no movimento das CEB's no Brasil e na América Latina. Recordam-se aí, por exemplo, da realização do VI Encontro Intereclesial de CEBs em 1986 em Trindade, e como figuras importantes do meio religioso como, Dom Fernando Gomes, Dom Tomás Balduino e Dom Antônio Ribeiro fizeram parte desse cenário.

## CAPÍTULO I: AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

### 1. O QUE É COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE

As CEB's surgiram nas décadas de 1960 e 1970 como uma grande novidade. Estas comunidades se apresentam como uma “nova forma de ser Igreja”, organizando-se de maneira democrática para celebrar a vida e lutar pela transformação da sociedade (LESBAUPIN, 2004). Em muitos lugares no Brasil, estas comunidades religiosas de cunho popular tornaram-se efetivamente um sinônimo de uma Igreja comprometida com os mais pobres. Assim, a partir desta primeira definição é importante tentar compreender o que são as Comunidades Eclesiais de Base a partir do significado de cada termo para este movimento. Primeiramente o que é comunidade? Este termo é bastante utilizado no campo religioso, que é o foco deste estudo. Para Lemos (2012), no caso das CEB's, elas são consideradas comunidades porque compartilham princípios evangélicos (segmento de Jesus), como justiça e liberdade, que os conduz a opção preferencial pelos pobres e às práticas sociológicas recorrentes com esses princípios e valores, dentre elas se destaca a Educação Popular. Por isso, considera-se que quando se fala de Comunidades Eclesiais de Base<sup>1</sup> – CEB's estará adentrando em um sentido sociológico, de um conjunto de fiéis de uma igreja, ou seja, uma comunidade de fiéis, no caso das CEB's em sua maioria de cristãos católicos, que procuram viver em comunidade com seu lado positivo e seu lado negativo. Frei Betto (1984) amplia o conceito dizendo que são comunidades porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram no mesmo bairro ou região. Elas são motivadas pela fé, vivem em comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia de lutas e esperanças libertadoras. Para Löwy (2000), poderia se dizer que as CEB's são uma espécie de seita<sup>2</sup> dentro do catolicismo. Neste mesmo sentido, para o autor elas não podem ser consideradas seita porque ela é parte da Igreja Católica e associadas a seu clero (LÖWY, 2000, p. 85). Ao usar o termo 'comunidade' neste trabalho, fala-se de um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica determinada, que têm instituições em comum e que interage frequentemente com base na religião católica. Neste ponto de vista, a comunidade é

---

<sup>1</sup> Segundo Ferraro (2009) esta expressão foi cunhada por Dom Pedro Casaldáliga.

<sup>2</sup> De acordo com os estudos de Max Weber, 1922, p. 815.

uma forma de pensar, sentir e acreditar em comum (LEMOS, 2012). Logo, as CEB's fazem parte uma diocese e têm ligação com os seus agentes pastorais (padres, irmãs e leigos), são grupos de fieis pertencentes às camadas populares que se organizam normalmente em uma paróquia (LÖWY, 2000). Assim, segundo Leonardo Boff (2000) pode-se explicar o aparecimento das comunidades de base, que têm característica de um lugar acolhedor e aconchegante principalmente para as pessoas mais pobres; viver em comunhão era o ideal dessas comunidades.

Conforme Clodovis Boff (1995) quando nos referimos à comunidade a partir desse momento nos referimos aos diferentes grupos existentes na Igreja Católica, especialmente às CEB's. Segundo o mesmo autor, as Comunidades de Eclesiais de Base procuram ir ao encontro dessa massa de excluídos<sup>3</sup>, no entanto, quando se diz que através das comunidades de base, se atingiu um setor popular, com certo nível de participação dos oprimidos, isto não significa que ela atingiu toda uma "massa de excluídos", ou seja, os desempregados, os sem teto, os sem-terra, os analfabetos, dentre outras categorias de exclusão. A realidade é muito ampla e estas comunidades não conseguiram trabalhar em todos os setores marginalizados. Segundo Sassatelli (2018), no documento de Medellín (n. XV) chama a CEB de "Comunidades Cristãs de Base". E estas comunidades são consideradas de base porque são integradas por pessoas que trabalham nas classes populares, como os operários, os subempregados, os jovens, os aposentados, as dona-de-casa, os empregados da periferia da zona rural e urbana (FREI BETTO, 1984). Para Miranda (2005) estas comunidades são consideradas Eclesiais, por se tratar de grupos de seguidores dos exemplos de Jesus de Nazaré e em comunhão com a Igreja Católica. E de Base porque está presente desde o começo da Igreja com os Primeiros Cristãos e também porque é vivida pelo povo que está na base humana e cristã, gente pobre ou pessoas, no campo ou na cidade, que se colocam ao lado dos pobres, formando lideranças comunitárias e políticas. Em suma, para Frisotti (1996), as CEB's e as pastorais populares são um fenômeno religioso original, por ser popular (com a participação de setores sociais) e contar com uma dimensão oficial (participação de teólogos e clero da Igreja). Portanto, são comunidades de base não somente no sentido de ser popular, mas por ser o núcleo mínimo da comunidade eclesial mais ampla. Assim, as CEB's são grupos de caráter local, no qual são

---

<sup>3</sup> Excluídos aqui é entendido como as classes populares oprimidas, ou seja, pobres que são privados de uma vida digna em justiça e fraternidade (BOFF, 1984, p.35-36).

realizadas atividades religiosas básicas: evangelização, catequese, administração dos sacramentos e pastorais sociais (FRISOTTI, 1996, p.24-25).

Neste intuito, depois de nos debruçar sobre o significado dos termos elencados cabe-nos agora refletir o surgimento das CEB's nas Sagradas Escrituras, pois as CEB's se inspiraram na vivência dos primeiros cristãos e lançaram através dos relatos bíblicos a base para a sua fé e sua espiritualidade.

## **1.1 AS COMUNIDADES CRISTÃS NA SAGRADA ESCRITURA**

Desde o surgimento da humanidade organizada o homem vem sofrendo ao longo dos séculos um processo de exclusão social (HOBSBAW, 2014). Por consequência, este sujeito já não está disposto a aceitar de forma passível o esmagador peso da pobreza, com suas decorrências de morte, doenças e injustiças. A inspiração pela liberdade buscada por este sujeito pobre que as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) podem ser encontradas em trechos bíblicos como em Provérbios 14,31: "O que oprime ao pobre insulta ao seu Criador; mas honra-o aquele que se compadece do necessitado". O Deus de Israel promete recompensar os que ajudam os pobres. A Bíblia cita em Isaías 58,7-1:

Porventura não é também que repartas o teu pão com o faminto, e recolhas em casa os pobres desamparados? Que vendo o nu, o cubras, e não te escondas da tua carne? Então romperá a tua luz como a alva, e a tua cura apressadamente brotará. E a tua justiça irá adiante de ti; e a glória do Senhor será a tua retaguarda.

Com isto, percebemos que já existia uma preocupação do Judaísmo com a pessoa que está em necessidade, resguardada por preceitos bíblicos. Para Monliner (2011), os crentes descobrem Deus nos pobres porque a sua situação de opressão clama ao céu e o próprio Deus se dá a conhecer os corações dos homens. Assim, uma vez assumida a causa do pobre, é fundamental que os seguidores busquem a presença e a manifestação de Deus. Portanto, apresenta aí um vínculo existente entre o amor de Deus e o amor ao próximo, encontrado no cristianismo são duas vertentes importantes para o cristianismo. Essa presença solidária de Deus entre os

pobres da Terra, o pobre se torna mais do que um mero critério sociológico, pois “ir a Deus é ir ao pobre”.<sup>4</sup>

Dando um salto histórico bíblico maior, a revelação dos escritos do Novo Testamento mostra que o homem é o centro da libertação, ou seja, é ponto de referência da pregação de Jesus de Nazaré. Neste sentido, percebemos que a pobreza por amor do Reino é exaltada. A figura do pobre nos leva a reconhecer a imagem e a misericórdia do Filho de Deus que se fez pobre como nós, em Mt 25, 31-46: “E, respondendo o Rei, lhes dirá: Em verdade vos digo que quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes”. Jesus, dentro desta perspectiva, é solidário com toda a desgraça que sofre o ser humano, ele se faz presente no sofrimento da carne humana. Aqueles que sofrem ou são perseguidos são identificados com a pessoa de Jesus de Nazaré. (GUTIÉRREZ, 1996). Assim como as primeiras comunidades cristãs que atingiam o povo mais simples, se reuniam nas casas, e em muitos casos as reuniões eram lideradas por mulheres, onde os dons de cada um eram reconhecidos, em suma eram comunidades leigas, mas um forte nível de comprometimento do seu lugar no mundo<sup>5</sup>. Para o biblista Carlos Mesters os primeiros cristãos se preocupavam muito com a unidade; o meio que usavam para isto era o diálogo e o respeito pela função de cada um; elas souberam acolher o novo e as novas culturas daquela época (*apud* SPAR, 1999, p.12).

Como vimos as CEB's buscaram inspiração nos primeiros cristãos para desenvolver à sua maneira de atuar no mundo, principalmente com os mais pobres. Por isto, nos convém agora refletir de onde vem esta opção pelos mais pobres.

## 1.2 OPÇÃO PELOS POBRES NO CRISTIANISMO

Segundo o cristianismo optar pelos pobres significa (que se torna uma espécie de slogan forte das CEB's) em última instância, uma opção pelo Deus do reino que Jesus anuncia. Segundo Pixley (1989) este pobre em Israel que o evangelista Lucas cita no capítulo 4 é um povo (uma massa) que vivia em pequenas aldeias, subexistiam de sua força produtiva, trabalhando em pequenas propriedades

---

<sup>4</sup> SOBRINO, J. Cristologia desde América Latina. Esbozo a partir Del seguimiento de Jesús. México, 1977. p. 167.

<sup>5</sup> Cf. Secretariado da Pastoral Arquidiocesana, 1998, p. 29.

rurais. Ainda de acordo com o mesmo autor existem vários escritos históricos que nos permitem perceber a sociedade judaica no tempo de Jesus, como as obras de Flávio Josefo (37 d.C.), seus inscitos mostram Israel como província pobre e submetida ao domínio cruel de Roma. Em uma zona rural da Palestina chamada Galileia o império mantinha o controle da população através de complexo sistema de impostos. Foi neste contexto histórico que o movimento popular de Jesus se deu, podemos destacar que:

Jesus busca uma pequena comunidade que se organize segundo as relações de irmandade que caracterizarão o Reino de Deus. Nem as riquezas nem os laços familiares de nada valem para esta comunidade senão somente a disposição de pôr-se completo serviço dos 'irmãos' (PIXLEY, 1989, p. 132).

Neste sentido, podemos nos aproximar de uma compreensão de “opção pelos pobres” na comunidade de Jesus de Nazaré. Vimos então que Jesus cresceu no meio de uma realidade dura de exploração econômica e social do império Romano, e de uma desintegração crescente das instituições religiosas. Logo, anunciar as “Boas-Novas aos pobres é libertar os cativos” em Lucas 4 é o cumprimento do ministério de Jesus, ou seja, ele mostra a sua missão ao povo (MANSILLA, 1999). Ao entrar na sinagoga e ler Isaías 61, 1-2, Jesus proclama o Ano da Graça ao Senhor ou Ano de Júbilo<sup>6</sup>. Nesta festa, segundo a tradição judaica, eram perdoadas todas as dívidas e distribuídas fraternalmente todas as terras e propriedades<sup>7</sup>. A cena da sinagoga pertence exclusivamente a Lucas, neste momento, Jesus coloca em si o pleno cumprimento da Lei e Profetas. Portanto, os pobres para Jesus são os Bem-aventurados, estão em primeiro plano nos discursos de Jesus de Nazaré, ao mesmo tempo em que ele fala de forma concreta contra as pessoas (perdão das dívidas) e contra o império Romano (libertação dos cativos). Nesta perspectiva, Jesus rompe com o poder que escraviza e assume a causa da libertação dos pobres. Em Lc 4,18-19 percebemos que este é o itinerário da vida dele, ou seja, de acordo com esta visão Jesus de Nazaré veio para os marginalizados, os pobres, os presos, os cativos e os excluídos (STORNILO, 2015). Percebemos aí os grupos de marginalizados que as CEB's procuram trabalhar, ou seja, os oprimidos.

---

<sup>6</sup> cf. em Levítico 25, 8-16.

<sup>7</sup> cf. em notas de rodapé da Bíblia Sagrada, edição Pastoral (Paulus) p. 1255.

Mas de onde provém esta inspiração para optar pelos oprimidos? De acordo com Moliner (2011), os teólogos basearam a opção pelos pobres partindo de uma reflexão mais social e crítica das Sagradas Escrituras. Na Igreja Católica, inspirada neste novo jeito de ver o cristianismo, desenvolveu documentos importantes, como *Lumen Gentium* (n. 10, 1964), que já diz abertamente que a Igreja realiza a opção pelos mais pobres. Assim, o fundamento dessa teologia vem dado pela fé em um Deus que toma partido pelos pobres (MOLINER, 2011, p. 56). Conforme Leonardo Boff (1984) quando usamos esta expressão “opção preferencial pelos pobres” deve entender a pobreza como na conferência de Puebla (1979), ou seja, como uma realidade humilhante que deve ser combatida pelos cristãos.

Portanto, as Sagradas Escrituras são uma importante ferramenta que estas comunidades cristãs usam como suporte para lutar por justiça social, e foi se inspirando em muitos textos bíblicos que as CEB's nascem. Percebemos que esta opção pelos excluídos dá aos primeiros discípulos um caráter de movimento social, em que o pobre, antes excluído e marginalizado, agora se torna o protagonista de sua própria história, buscando se libertar de todas as injustiças impostas por um sistema corrupto que vigorava no tempo de Jesus e que ainda vai vigora nos discursos das comunidades de base.

### **1.3 NASCIMENTO E ESPIRITUALIDADE DAS CEB's**

Segundo Ferraro (2005) a gênese das CEBs está ligada com a preparação do terreno por parte da Ação Católica Operária (ACO), com Movimento de Educação de Base (MEB), com o Movimento Mundo Melhor e com os planos de pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), todos estes movimentos vão ser explicados mais adiante. Para Buyst (2004), o nascimento e a espiritualidade das Comunidades de Base estão ligados intimamente à espiritualidade das Comunidades Eclesiais de Base, como observarmos acima, bebe da tradição bíblica: o povo procura ler ou ouvir a Palavra de Deus e colocá-la em prática, procurando comprometer-se com o seu projeto. Então, a espiritualidade das CEB's, inspiradas na vida cristã dos Atos dos Apóstolos, leva os cristãos a serem íntimos de Jesus. Desse modo, este movimento sociorreligioso resgata a maneira de ser Igreja primitiva: Eucaristia (partilha do pão); oração e ação pastoral, empenhadas na transformação dos pobres (BUYST, 2005, p. 105-107).

Para entendermos melhor a espiritualidade das CEB's deve-se remeter à origem histórica desse movimento. Para Löwy (2000) o nascimento das Comunidades Eclesiais de Base está ligado intimamente com a Esquerda Cristã, e este movimento estará em sintonia após a década de 1950 do chamado Cristianismo da Libertação e depois a Teologia da Libertação, que vai ser tratado com mais ênfase mais adiante. Com esta mudança interna na Igreja Católica e o pontificado moderno de João XXIII (1962 – 1965) foi à convergência de tudo isto que possibilitou o nascimento da “Igreja dos pobres”. Apesar de estar presente em outros continentes foi justamente na América Latina o campo bastante fértil para este novo jeito de ser cristão católico principalmente no Brasil, com os Movimentos católicos laicos, como a JOC (Juventude Operária Católica). A partir da década de 1960 foi surgindo no Brasil, às chamadas Comunidades Eclesiais de Base - CEB's - onde nelas se reuniram em milhares de cristãos, estes se espalharam por todo o continente. As primeiras Comunidades de Base surgem como nos indica Frei Betto (1981), por volta de 1960, em Nísia Floresta (Arquidiocese de Natal) e outros pesquisadores, segundo o mesmo autor, elas surgem no estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Volta Redonda e em Barra do Piraí. De natureza religiosa e um caráter social e pastoral, as primeiras comunidades podiam ter dez ou cinquenta membros. Neste sentido, as CEB's nascem para atender uma demanda da sociedade daquele período, impulsionadas por clérigos ligados à Igreja Católica. É importante ressaltar, que surgem também em lugares que existe a falta de sacerdotes ou estes aparecem poucas vezes (SANTOS, 2006, p.15). O seu nascimento, então, se dá em um processo dinâmico e a partir do cotidiano das pessoas; fundamentando-se na participação dos setores e movimentos populares vinculados principalmente à Igreja Católica (BORGES e SILVA, 2016, p.66).

Nesta perspectiva, a Comunidade Eclesial de Base é estruturada em um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade (favela, zona rural ou aldeia) que se reúnem frequentemente para rezar cantar, ler a Bíblia e trocar experiências de vida. Muitas vezes estes grupos estão ligados às religiões populares tradicionais como a reza do rosário, procissões e peregrinações (BOFF, 1986). Desta maneira, neste primeiro momento pode-se entender como Comunidades Eclesiais de Base:

(...) pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, Nísia Floresta, Arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB's podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias da periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de Comunidade Eclesial de Base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto (FREI BETTO, 1981, p.7).

Neste sentido, as CEB's são consideradas comunidades por terem a mesma fé e pertencerem normalmente à mesma Igreja, bairro ou região. Para o biblista carmelita Carlos Mesters, a espiritualidade das CEB's está baseada, como já foi afirmado, nas raízes bíblicas, mas este enraizamento se dá de forma criativa, olhando a realidade a partir da Palavra (FREI BETTO, 1981).

Neste caso, como seria a espiritualidade libertadora nas Comunidades Eclesiais de Base? Nas CEB's a Bíblia é lida pelo povo pobre, e este liga com a sua vida. Essa visão teológica vai além das obras assistencialistas, se caracterizando como uma das *práxis*<sup>8</sup> de conscientização político-social. Neste caso a fé é uma ação libertadora do povo (*apud* BORGES e SILVA, 2016, p.68-69). Assim sendo, as raízes da espiritualidade das comunidades, segundo Barros (2005), estão na profecia, ou seja, na denúncia contra as injustiças existentes. Na década de 1960 as CEB's nasceram e cresceram como um jeito novo de ser Igreja no meio dos pobres, ligando fé e justiça social. Isto é instigante para os participantes desse movimento, porque ele pode interpelar os cidadãos a buscarem justiça na sociedade e os cristãos mais abastados a se inserirem no meio do povo mais pobre.

Este tipo de espiritualidade libertadora influenciou até no modo de como se celebra. Conforme Balduino (2011), as celebrações nas Comunidades Eclesiais de Base, tentava-se dar sentido à cultura popular, porém respeitando aquelas cerimônias antigas, como a missa em latim, mas aos poucos a comunidade ia aceitando a renovação litúrgica. Nas CEB's, segundo Frei Betto (1981), a palavra libertação ecoou muito forte, e estava presente nos discursos, nos cantos, nas orações e nos folhetos informativos. Essa libertação vai além das estruturas da Igreja e do estado, ou mesmo do sentido religioso, ela é uma liberdade do ser humano. Mas que libertação é esta que as CEB's buscam? Segundo Leonardo Boff

---

<sup>8</sup> Termo utilizado por Marx para designar uma atividade humana prático-crítica, que nasce da relação entre o homem e a natureza.

(1984, p.23) a liberdade que se busca nas comunidades de base pressupõe uma ruptura no modo de ver e de atuar no mundo e na Igreja, vem da parte dos oprimidos contra a sua opressão, sempre se coloca a favor dos pobres e contra os seus opressores.

Percebe-se assim que as CEB's se tornaram um movimento considerado novo (pois a Igreja estava voltada para uma liturgia tradicional) e de grande impacto para o povo, uma esperança de um mundo melhor, uma utopia. Estas comunidades ajudaram os seus membros, a maioria de cristãos, a retornar às raízes bíblicas dos primeiros cristãos: "de ser fermento, sal e luz no mundo"<sup>9</sup>. Neste sentido, a Bíblia é o centro das celebrações dirigidos pelos leigos/as, onde os trechos da Bíblia são lidos, explicados e atualizados. Em muitos lugares a leitura das Sagradas Escrituras se confunde com o início da comunidade, ainda nas casas das famílias, ao lado da reza do terço e da conversa sobre os problemas do bairro (LESBAUPIN, 2004). Assim, o povo se sentiu impelido a buscar novos horizontes para a sua vida, tendo como base a ideia de um Deus que está junto com eles, em especial aos mais pobres. Tornam-se uma massa de pessoas conscientes do seu lugar no mundo, com isso buscam ferramentas na espiritualidade para a luta por justiça social (BETTO, 1981). Para entendermos melhor este postulado, podemos citar o seguinte depoimento de Francisca uma integrante das CEB's de São Paulo no ano de 1985:

Antes, éramos uma multidão que só se encontrava na Igreja Helena Maria para rezar em ocasiões especiais: missa de sétimo dia, batizado de um filho. Só nessas épocas é que a gente se encontrava. Éramos uma massa dispersa que encontrava de vez em quando. Em cada rua se forma um grupo, não só para rezar, mas para discutir os problemas de cada pessoa que ali vai, ou então do bairro, e até do próprio país. Nesses grupos, começamos a ver que tínhamos que agir diante de certas circunstâncias. Formamos assim, um grupo muito grande para estudar as prioridades de nossas comunidades (...) descobrimos o problema do lixo, onde vivia cerca de 200 pessoas catando lixo diariamente (QUEIROZ, 1985, p.57-58).

Neste sentido, fica clara a preocupação de seus integrantes não somente com a espiritualidade, mas também com a comunidade social em que estão inseridos. Para Casaldáliga (2000, p.72-84) pode-se resumir a espiritualidade das comunidades de base em três postulados: 1) Viver em familiaridade com Deus; 2) Praticar a justiça, o diálogo e a ternura; 3) Celebrar, construir e esperar o Reino. Estes três postulados ajudam a entender o compromisso das CEB's com fé e a

---

<sup>9</sup> Mt, 5,13-14.

realidade que a cerca. Dentro desta linha, de acordo com Lopes (2000), as comunidades de base têm a consciência que estão no caminho social, mas a característica principal das CEB's é a ligação Fé e Vida, ou seja, os integrantes das CEB's procuram assumir os problemas, as dificuldades e as alegrias dos empobrecidos e em comunidade procura uma vida de comunhão e de ajuda fraterna (TEXEIRA, 2010). Esta Ligação Fé e Vida, segundo Benedito (2005), se dá concretamente na entrada desses integrantes das Comunidades Eclesiais de Base nos diferentes espaços de atuação na sociedade, como na luta por terra, luta pelos povos indígenas, lutas dos negros e nos movimentos populares, nos movimentos sindicais e nas Pastorais Sociais. Nestas comunidades os pobres encontram um lugar para celebrar a sua fé. Todas as decisões procuram ser discutidas, e a caminhada se faz com participação de animadores e com todo o grupo.

Por isto, vale afirmar que estas comunidades contribuíram para uma transformação econômica, social, ideológica e política, ajudando a realizar o que a expressão teológica 'Reino de Deus' significa. Para ser mais específico as CEB's não davam o peixe, mas "ensinavam a pescar o peixe" (SANTOS, 2013, p. 63). Desse modo, fica clara a estreita ligação entre a CEB e a política.

Para além das questões políticas, segundo Teixeira (2004), não se pode deixar de mencionar que as Comunidades Eclesiais de Base, a partir dessa procura por liberdade, absorvem dentro da sua espiritualidade um ecumenismo forte, provocando um diálogo inter-religioso entre várias culturas, principalmente a espiritualidade indígena e afrodescendente. Conforme Löwy (2000) este movimento formou e forma não somente cristãos, mas também cidadãos comprometidos com o seu meio, inseridos assim em todos os lugares de luta como nos bairros, nas escolas, nos sindicatos, nos partidos políticos, dentre outras formas que necessitam de liberdade.

Como foram evidenciadas acima estas pessoas que integravam as CEB's receberam uma formação humana e social bastante rica e inovadora para época, provindas principalmente do Cristianismo da Libertação e da Teologia da Libertação, que serão tratados mais adiante. Neste momento é preciso entender o que de primeiro aconteceu para que a Igreja voltasse os olhares novamente para o sujeito excluído e abandonado?

## 1.4 A CONTRIBUIÇÃO DA *RERUM NOVARUM*

Foi a partir da revolução industrial, 1760, que as lutas sociais ganharam peso, a partir da publicação da centenária encíclica<sup>10</sup> *Rerum Novarum* (15/05/ 1891) pelo papa Leão XIII, que na época estava com 81 anos, lançou um corajoso e ousado documento não somente para a Igreja da época, mas para toda a sociedade. A grande inquietação do papa eram as condições de vida em que se encontravam a sociedade capitalista da época: miséria, condições lamentáveis de trabalho, sobretudo nas fábricas, muitas horas de trabalho e não havia férias anuais<sup>11</sup>. Mas os líderes dos movimentos sociais demoraram a ver essa mudança de postura como positiva (SOUZA, 2004). Este importante documento se tornou um marco para a defesa da causa operária. Nesta encíclica a Igreja crítica o tratamento considerado desumano dos patrões aos seus empregados e critica também o socialismo, condenando toda forma de resposta baseada na violência:

Entre estes deveres, eis os que dizem respeito ao pobre e ao operário: deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme a equidade; não deve lesar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências e nunca revestirem a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas. Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristão (*RERUM NOVARUM*, nº 10).

Dentro desta perspectiva, a relação patrão e empregado deve ser de equidade para ambos e o trabalho digno. A *Rerum Novarum* avança ainda no direito de propriedade particular como sendo direitos de todos e um dever de o estado garantir isso (nº 12). Nos anos seguintes foram lançadas algumas cartas e encíclicas papais abordando esse tema, como a *Quadragesimo Anno* (1931), em comemoração aos 40 anos da *Rerum Novarum*, o Papa Pio XI escreve essa encíclica que trata ainda sobre a revolução russa e o fascismo na Itália. O Papa Pio XI voltou a criticar esses temas em suas Mensagens de Natal de 1944 e 1945, iniciando assim uma postura mais social do Vaticano. Mesmo com esse novo olhar

---

10 Carta solene, dogmática ou doutrinária, dirigida pelo papa ao clero do mundo católico, ou somente aos bispos de uma mesma nação.

<sup>11</sup> Cf. *Rerum Novarum* Papa Leão XIII, Comissão de Pobreza e justiça, 1985, p.13-14.

para as classes menos favorecidas a Igreja não estava totalmente conectada ao povo<sup>12</sup> e nem o povo a ela (SOUZA, 2004).

A visão elitista dela ainda prevalecia, o mundo cristão católico ansiava por novas mudanças. Assim escreveu o Pe. Júlio Maria, em 1899:

Como no mundo inteiro, hoje no Brasil não há, não pode haver senão duas forças: a Igreja e o povo... A questão social é por excelência. Por que ela afeta os interesses fundamentais do homem e da sociedade (...) há quem mostrar aos pequenos, aos pobres, aos proletários que eles foram os primeiros chamados pelo Divino Mestre, cuja Igreja foi logo, desde o início, a Igreja do povo, ou seja, unir a Igreja e o povo (SOUZA, 2004, p. 26).

Por isso, era necessária uma mudança, um Sínodo<sup>13</sup>. Em mais de dois mil anos de história, a Igreja reconhece 21 Concílios Gerais e ainda acrescenta o chamado “Concílio de Jerusalém”, reunião narrada nos Atos dos Apóstolos (At 15,1-40), como parte da Tradição da Igreja e dos seus ensinamentos. Não há nenhuma regra para que um Papa convoque um Concílio, ou seja, a constituição de um Concílio, geralmente nasce de uma necessidade eclesial ou do desejo do Papa em orientar os fiéis, sobretudo, em tempos de crises, no caso, destacamos as grandes transformações operadas pelas revoluções liberais e industriais e as duas grandes guerras do século XX na Europa. (BELLITO, 2010).

Partindo dessas mudanças históricas a Igreja Católica, a partir da década de 1960, vai mudar o rumo da sua história, vai começar a voltar os seus olhos para o mundo novo que está ao seu redor. E esta renovação dentro da Igreja se dá no Concílio Vaticano II.

#### 1.4.1 O Concílio Vaticano II

Apesar dos avanços da *Rerum Novarum*, ainda se podia perguntar se algum papa ouviria o clamor e a situação de abandono dos trabalhadores, completamente a mercê de seus patrões. Houve um bispo que abriu as portas para um novo jeito de ser Igreja no mundo: Ângelo Giuseppe Roncali, que viria a se tornar papa, Papa

<sup>12</sup> Segundo Leonardo Boff (1991) sociologicamente o conceito de “povo” aparece como uma categoria histórica que se situa entre massa e elites. Portanto, este termo nasce e é resultado da articulação dos movimentos e das comunidades ativas.

<sup>13</sup> Segundo BELLITO 2010, o Sínodo dos Bispos é uma reunião de vários dias, convocada pelo Papa, com Bispos convidados do mundo todo, para tratar de determinado assunto da Igreja, de doutrina ou de pastoral (família, Eucaristia, sacerdotes, etc.)

João XXIII. Nascido em Bergamo (Itália) em 1881, foi ordenado em 10 de agosto de 1904, foi também militar em 1915, ao fim da guerra trabalhou com pastorais estudantis. Em 1953 foi sagrado Cardeal, e enviado a Veneza como Patriarca, realizando ali um pastoreio empreendedor, como a convocação de um Concílio Ecumênico em 1962 (DIÁRIO ÍNTIMO, 1964). Depois da morte de Pio XII, o nome de Roncali não era tão forte para ser eleito, porém contrariando muitos, foi eleito Sumo Pontífice em 28 de outubro de 1958 e assumiu o nome de João XXIII, conhecido como “papa bom”. Convocou o Sínodo romano, instituiu uma Comissão para a revisão do Código de Direito Canônico e convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II:

A nível da Igreja Universal, o acontecimento maior foi à inesperada primavera que a convocação do Concílio provocou, florescendo em caminhos de ecumenismo e diálogo com as demais religiões e as não crentes, em *aggiornamento* da vida e das estruturas pastorais da Igreja, de seu serviço ao mundo e de sua reflexão teológica (COSTA *in* BEOZZO, 2010, p. 35).

Roncali foi um sopro de esperança para a Igreja. Seus grandes legados estão, sobretudo, com as Encíclicas: *"Pacem in terris"* e *"Mater et magistra"*, que fortalecem a visão mais humana da Igreja para com o pobre e marginalizado. Roncali faleceu na tarde do dia 3 de junho de 1963 (DIÁRIO ÍNTIMO, 1964). O legado do “papa Bom” foi o documento conciliar *"Gaudium et Spes"*, no qual a Igreja não se dirigiu somente aos seus fiéis, mas a toda a humanidade, pode-se conferir isto em um dos seus objetivos: O dialogo da Igreja com mundo contemporâneo (n.2).

O Concílio Vaticano II (1962 - 65) foi o acontecimento que, a nível mundial, desencadeou uma leva de renovações eclesiais, “abrindo as portas” da Igreja de Roma à modernidade e proporcionando novas formas de eclesialidade<sup>14</sup> a partir da realidade das Igrejas locais, ou seja, das paróquias e pequenas Igrejas, fomentando assim as CEB's – Comunidades Eclesiais de base - com sua principal bandeira de apoio preferencial aos pobres (COSTA, 2010). Entre 1940 e 1970, foram tempos de intensas revoluções em escala mundial. Com o surgimento do capitalismo industrial o consumo aumentou o acesso às novas tecnologias e as guerras intensificaram. A juventude dessa época vivenciou todo esse borbulhar de novas ideias e a consolidação de um mundo capitalista. Os descontentamentos com esse modo de

---

<sup>14</sup> Um modo de ser cristão.

vida capitalista geraram várias manifestações em todo o mundo, com bandeiras diversas, como as dos trabalhadores, dos socialistas, dos estudantes, dos pacifistas, dentre outros (HUBERMAM, 2011).

O Concílio Vaticano II apresenta uma nova moldura eclesiológica<sup>15</sup> dentro da qual se insere a maior participação do leigo, ou seja, do fiel católico não ordenado e uma participação efetiva do clero no meio deles. Segundo Moreira (2016), na última sessão do Concílio, no dia 16 de novembro de 1965, cerca de 40 bispos, inspirados pelas novidades daquela reunião, assinaram um documento que se conhece por “Pacto das Catacumbas”. Este documento de 13 capítulos dá ênfase à questão da pobreza pessoal, sobretudo dos bispos. Estes bispos se propuseram a tornar a Igreja em “serva e pobre”.

Segundo Beozzo (2015) os principais bispos brasileiros que assinaram este documento com muito entusiasmo foram: Dom Helder Câmara, Dom Antônio Fragoso, Dom João Batista da Motta e Albuquerque, Dom José Maria Pires e outros bispos do Brasil e da América Latina. Este documento evidencia um pacto de uma Igreja servidora, sob a inspiração do padre operário Paul Gauthier e da religiosa Marie-Therèse Lescase.

O Pacto foi assinado em uma celebração na Catacumba de Santa Domitila que fica na periferia de Roma. Segundo Souza (2004), embora se deva situar o Concílio num processo de mudança de visão e práticas eclesiais que inclui o antes, o durante e o depois da realização do grande Sínodo, os textos conciliares fornecem as referências para se pensar, desde então, o leigo dentro da Igreja. Anteriormente, o leigo, era como mero expectador e agora é convidado a atuar no meio social, como ferramenta de libertação.

E foi justamente na América Latina que as ideias inovadoras de libertação e opção preferencial pelos pobres foram fecundas. Neste sentido, cabe-nos agora refletir sobre as origens da chamada Teologia da Libertação (TdL) que deu uma importante base teológica e também social para o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base, e esta última para uma conscientização popular.

---

<sup>15</sup> Tratados teológicos.

## 1.5 AS ORIGENS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

O foco das CEB's, como foi refletido anteriormente, segue a linha da Teologia da Libertação, esta por sua vez está enraizada na opção pelo povo pobre (os oprimidos) que compõe a maioria das comunidades cristãs. Por isto, neste a partir desse momento pretende-se entender as práticas e o método da Teologia da Libertação (TdL) principalmente a sua atuação nas comunidades de base na Igreja latino-americana e principalmente no Brasil. Para isto vai-se refletir: a historiografia da TdL; os principais teólogos da Libertação; o método da TdL e por último sua preferência pelos pobres.

Primeiramente é preciso nos apoiar o que se entende por Teologia. Para Tonucci (1984), Teologia, numa visão simplista, é conversa, estudo, reflexão sobre Deus e sua presença no mundo. Para Fischer (2008) etimologicamente Teologia é a junção de dois termos gregos: *Theós* + *logia* = Deus + ciência. Assim, “teo-logia” é a fala a respeito de Deus. A palavra designa qualquer fala dessa natureza, não apenas aquela que surge de uma reflexão metódica e sistemática sobre as verdades fundamentais da fé em determinado contexto<sup>16</sup>. No entanto, esclarecer Teologia etimologicamente não é o suficiente para a abrangência do termo. Os primeiros grandes filósofos como Platão já definia “teologia” como discurso sobre Deus ou deuses. Para o sacerdote peruano Gustavo Gutiérrez (1996, p. 57) a Teologia então é inerente à vida de fé que procura ser autêntica, partilhada na comunidade eclesial. Nos primeiros séculos da Igreja, a Teologia era ligada à vida espiritual, era como uma meditação sobre os textos bíblicos. Era uma teologia monástica, que procurava se distanciar do mundo. Com o livro *imitação de Cristo*, no século XIV, inicia-se então a separação entre teólogos e espirituais. A Teologia como ciência se inicia no XII e se constitui depois com os teólogos Alberto Magno e Tomás de Aquino. Em suma, hoje a Teologia é compreendida necessariamente como espiritual e racional (GUTIÉRREZ, 1996, p. 58-61). Em segundo lugar o que se entende por libertação?

A libertação é entendida, por Tonucci (1984), no sentido de libertação econômica, social e política; também pode ser libertação do pecado, das ambições, da ganância, do luxo e da riqueza (TONUCCI, 1984, p.17). Assim, para Leonardo Boff (1980) a palavra libertação se tornou não somente para a práxis política e para

---

<sup>16</sup> Joaquim Fischer. Estudos Teológicos, ano 48, n. 1, p. 83-100, 2008.

a reflexão teológica. Ela veio para uma nova consciência histórica. Neste sentido, para o mesmo autor, a própria semântica da palavra libertação sugere uma ação criadora de *liber-dade*, libertação supõe processo de um tipo de relacionamento *de*-pendente. Mas se postula uma ruptura com o *status quo* dominante para que haja uma convivência mais humana e fraterna (BOFF, 1980, p.17-18). Mas esta libertação não é algo fácil de ser vivenciada. Para Paulo Freire (2013) a libertação é um Parto, e um parto doloroso. Ao utilizar a expressão “Teologia da Libertação”<sup>17</sup> no singular (doravante abreviada por TdL), refere-se ao movimento religioso, social e político surgido na América Latina nos anos de 1960 e 70. Em segundo lugar, refere-se também à *produção teológica*, expressão teórica desse movimento, compactada pelos teólogos e pelas teólogas da libertação. A expressão Teologia da Libertação certamente agrega muitas outras teologias libertadoras além da teologia latino-americana (MOREIRA, 2014).

Neste sentido, o que se entende por Teologia da Libertação? Para Moreira (2014) a Teologia da Libertação, é entendida como um movimento social-político-religioso, que influenciou não somente a Igreja e as comunidades cristãs, esta teologia influenciou também os movimentos políticos e sociais de base religiosa, isto em várias partes do mundo. No entendimento de Löwy (2000) a teologia da libertação é um corpo de textos produzidos a partir de 1970 por intelectuais latino-americanos tais como Gustavo Gutiérrez e Frei Betto. Neste sentido, a TdL adota plenamente os valores modernos da Revolução Francesa de liberdade, igualdade, fraternidade e a separação entre Estado e Igreja, distanciando-se assim da teologia tradicional (LÖWY, 2000, p.88). O que a TdL critica? Ela critica veementemente o espírito capitalista, atacando-o como uma “falsa religião”, uma forma de idolatria do dinheiro. Para Leonardo Boff, a TdL é ao mesmo tempo, reflexo de umas práxis anteriores e uma reflexão sobre estas práxis (LÖWY, 2000, p.56).

Ainda segundo Leonardo Boff (1986) a Teologia da Libertação nasceu:

No interior de um compromisso e de uma prática visando à libertação dos oprimidos. Não se trata somente de refletir sobre um tema a mais daqueles muitos do calendário teológico, o tema da libertação. Trata-se de pensar a totalidade do conteúdo da fé e do Evangelho a partir de uma prática e de uma opção pelos pobres contra a sua pobreza (BOFF, 1986, p.88-89).

---

<sup>17</sup> Cf. GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação, 1996.

Assim, os cristãos não se tornam críticos somente da sociedade laica, mas são críticos diante da Igreja, dos grupos cristãos engajados, porque muitos não fazem o que Jesus fez e ensinou (TONUCCI, 1984, p.19). Os oprimidos começam a ganhar uma consciência das causas de seu empobrecimento, mediante organismos de classe, como os sindicatos, partidos e movimentos populares (BOFF, 1986). Dentro desta visão popular, o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez diz que TdL é:

Uma reflexão, a partir do evangelho e das experiências de homens e mulheres comprometidos com o processo de libertação neste subcontinente de opressão e espoliação que é a América Latina. Reflexão teológica que nasce dessa experiência compartilhada no esforço em prol da abolição da atual situação de injustiça e da construção de uma sociedade diferente, mais livre e humana (GUTIÉRREZ, 1996).

Neste sentido, a TdL vai de encontro ao povo e às ciências humanas ao admitir o dado concreto de práxis, é o seu ponto de partida contextual. A práxis da TdL é a práxis da comunidade cristã: libertadora em um contexto de opressão, ou seja, opressão política social e cultural (MOLINER, 2011, p.81-83). Neste sentido, qual é a origem desta Teologia?

Esta teologia, para Löwy (2000), está ligada intimamente ao surgimento da Esquerda Católica no século XIX como uma crítica a sociedade burguesa. Para o mesmo autor a TdL às vezes é lembrada como um movimento social religioso, outra vez, ela é lembrada como um movimento também chamado de “Igreja dos Pobres”, pois esta rede social vai além dos limites da Igreja. O autor propõe ainda chamar este movimento de *cristianismo da libertação*<sup>18</sup>, por considerar este termo mais amplo. O Cristianismo da Libertação é combatido fortemente pelo Vaticano e pelo órgão regulador na América Latina, a Conferência Episcopal Latino América, CELAM, dirigida até os anos de 1970 pela ala conservadora da Igreja. Neste contexto, a Esquerda Católica vai criticar principalmente o “capitalismo liberal”; essa crítica pode ser observada nas encíclicas papais, bem como à doutrina social da Igreja, a *Rerum Novarum* de 1891 (LÖWY, 2000, p.51- 58).

Historicamente, para Altmann (1978), a TdL começou a crescer durante os estudos preparatórios da II Conferência Geral dos Bispos da Igreja Latino-Americanos, realizada em Medellín, Colômbia, em 1968. Sentiu-se encorajada pelas conclusões desse encontro e se expandiu rapidamente desde então. Neste sentido,

---

<sup>18</sup> Grifo do autor, p. 57.

o mesmo autor acredita que TdL tem suas raízes nas injustiças sociais encontradas na América Latina e nos conceitos bíblicos de libertação. Apesar de ter sido influenciada por teologias estrangeiras como a Teologia do senhorio real de Cristo, de Karl Barth, a Teologia da Esperança, de Jurgen Moltmann e a Conferência Igreja e Sociedade, em Genebra 1966. No entanto, para o mesmo autor seria um engano colocar a TdL como uma variante dessas teologias, pois:

A teologia da libertação é também um aprofundamento e radicalização daqueles influxos teológicos. Mas não reside aí sua especificidade. Se assim fosse, ter-se-ia ainda aquelas teologias norte atlânticas como o padrão, pelo qual uma teologia "subdesenvolvida" seria medida, ou então, na melhor das hipóteses, do qual a teologia da libertação seria o braço estendido em terras longínquas (ALTMANN, 1978, p. 28).

Por isto, devemos nos distanciar de pensar a TdL como uma variante de teologias acima mencionadas. Para Altmann (1978) ela está ligada a três questões básicas: análise da realidade; reflexão teológica e considerações pastorais (ALTMANN, 1978, p. 29). Ela analisa a realidade como um pensamento não acadêmico, baseada na prática pastoral e a uma opção existencial do que as questões doutrinárias, e a TdL supõe uma confrontação pessoal com a pobreza, a injustiça e a marginalização sociais vividos pelas camadas pobres da população (MOREIRA, 2012). Na prática, ainda dentro da questão da análise da realidade, a partir dos anos de 1960, os simpatizantes ativos da Juventude Católica, os estudantes (JEC, JUC) e os trabalhadores (JOC) se tornaram um esteio para a ala de esquerda da Igreja Católica, tornaram-se radicais nos movimentos socialistas, comunistas ou revolucionários (LÖWY, 2000, p.52). Neste caso, vale recordar que esta nova teologia, enxerga os pobres como agentes de sua própria libertação e sujeito de sua própria história, e não como um objeto de caridade, como via a doutrina tradicional da Igreja. Este pleno reconhecimento da dignidade humana fez com que o cristianismo da libertação tivesse rapidamente um relativo sucesso entre as camadas mais pobres da sociedade (LÖWY, 2000, p.60). Ainda para o mesmo autor os movimentos católicos laicos, como a Juventude Operária Católica, ou movimentos populares educacionais, federações de camponeses, as ordens religiosas e acima de tudo as comunidades de base, deram um impulso a partir dos anos de 1960. Os cristãos usavam o Evangelho para justificar as lutas populares (LÖWY, 2000, p.71).

Com isso, dentro da questão da reflexão teológica, quais seriam as razões para o surgimento da TdL? Quais as motivações para tentar romper com uma tradição conservadora dentro da Igreja? Para Löwy (2000), a Igreja Católica começou a inovar frente à ascensão de outras religiões, como a Protestante, e a concorrência com política de esquerda. A elite da Igreja compreendeu que precisava buscar um novo caminho, o que estava em jogo eram os interesses institucionais da Igreja. Outra explicação segundo o mesmo autor é o olhar de alguns sociólogos ligados a Esquerda Cristã de que a Igreja mudou porque o povo “tomou conta”. Leonardo Boff chamou este momento, com um enfoque marxista, de “autonomia relativa do campo eclesiástico-religioso” (LÖWY, 2000, p.68-69). Isto foi uma combinação de mudanças externas e internas que ocorreram na década de 1950, saindo da periferia em direção ao centro; dois fatores históricos podem ajudar a entender este movimento: o pontificado de João XXIII (1958-1963) e o Concílio Vaticano II (1962-1965), estes lançaram base para a nova era na história da Igreja (LÖWY, 2000, p.70).

Tendo como base estes dois fatores históricos, cabe-nos agora entender quem são os principais teólogos da Libertação e seus pressupostos teóricos que ajudaram a consolidar a TdL como uma ala forte na Igreja Católica.

## **1.6 OS PRINCIPAIS TEÓLOGOS DA LIBERTAÇÃO**

Os teólogos da libertação fundamentam-se a necessidade de compreender a Palavra de Deus através do caráter histórico (MOLINER, 2011, p.78). Para Löwy (2000, p.56), os principais intelectuais da TdL são provindos da América latina: Gustavo Gutiérrez (Peru), Rubem Alves, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Leonardo e Clodovis Boff, Frei Betto (Brasil), Jon Sobrino, Ignacio Ellacuría (El Salvador), Segundo Galilea, Ronaldo Muñoz (Chile), Pablo Richard (Chile/Costa Rica), José Miguez Bonino, Juan Carlos Scanone, Rubem Dri (Argentina), Enrique Dussel (México), Juan-Luis Segundo (Uruguai), Samuel Silva Gotay (Porto rico). Acrescenta-se aqui a participação efetiva das mulheres na TdL, como Ivone Gebara, Nancy Cardoso, Maria Pilar Aquino, Lina Boff, Ivoni Richter Reimer, Maria Clara Bingemer e Maria Soave. Neste caso, cabe nos destacar a figura de dois teólogos: Gutiérrez e Betto, o primeiro para o nascimento da TdL e o segundo para consolidação da mesma.

O termo teologia da Libertação foi desenvolvido pelo teólogo peruano Gustavo Gutiérrez (1928), sacerdote católico e professor universitário, lutou a partir do Evangelho, da história da Sociologia e de experiências de homens e mulheres comprometidos com o processo de libertação cristã no continente Latino Americano. Suas ideias logo se espalham por todos os cantos de uma América sofrida com o militarismo, inclusive influenciam várias figuras importantes no Brasil. Gutiérrez denunciava as injustiças no nosso continente.

Estamos, na América Latina, em pleno processo de fermentação revolucionária. Situação complexa e movediça, que resiste interpretações esquemáticas e exige continua revisão das posições adotadas. Seja como for, a insustentável situação de miséria, alienada e espoliação em que vive a imensa maioria da população latino-americana pressiona, com urgência, a encontrar o caminho de uma libertação econômica, social e política. Primeiro passo para uma nova sociedade (...). A busca da libertação do subcontinente vai mais longe que a superação a dependência econômica (...) consisti mais profundamente, em ver o devir da humanidade como um processo de emancipação do homem ao longo da história, orientando para uma sociedade qualitativamente diferente, na qual se sinta o homem livre de toda servidão, seja artífice de seu próprio destino. E busca a construção de um *homem novo* (GUTIÉRREZ, 1975, p. 84-87).

O *homem novo*<sup>19</sup> de Gutiérrez, pautado nos Evangelhos, guiou essa nova forma de pensar Igreja, ou seja, buscar a emancipação – libertação – de toda a humanidade. Nestes anos difíceis, principalmente na década de 1970 com várias ditaduras espalhadas na América Latina, muitos sacerdotes foram perseguidos e encarcerados. Houve mudanças na Igreja, ela passou a trabalhar no silêncio, mesmo depois da Conferência de Medellín as publicações da Igreja foram cautelosas (SOUZA, 2014).

Os teólogos da Libertação como pertencem à análise social, visam à importância do marxismo para compreensão desta realidade social. Para fazer esta análise social a TdL utiliza o marxismo como mediação sociopolítica e para analisar a realidade sócio histórica, ela se utiliza do método científico. Esta escolha pode ser justificada pela tradição marxista, pois ela compreende o mundo a partir dos oprimidos, com certa ênfase na luta de classes (MOLINER, 2011, p. 71). Esta luta

---

<sup>19</sup> Grifo do autor.

social de classes que teve seu início na Revolução Industrial (1760), na Inglaterra, a população, em sua maioria composta de trabalhadores, começou a desejar uma vida melhor, tal melhoramento não ocorreu, por isso o povo lutou para obtê-lo. Essas reivindicações incomodaram os donos das fábricas, mas sendo eles pessoas influentes na política local, fizeram de tudo para impedir o avanço das exigências dos operários. A Revolução Industrial, iniciada em solo britânico, espalhou-se por outros países. Houve em toda a parte, guerra aos sindicatos. Apesar de todos os esforços legais e ilegais, os sindicatos resistiram apesar das prisões e bens sindicais confiscados (HUBERMAM, 2011, p.158). Portanto, o marxismo tem um papel puramente instrumental na TdL e no âmbito da fé; a fé recorre ao marxismo a fim de compreender melhor a realidade que a cerca.

Neste sentido, as CEB's, compreendem a práxis de libertação popular e a teologia da libertação como ajudar para Igreja "retomar as origens: o povo pobre – os excluídos" (BETTO, 1994). Priorizando a prática, as CEB's pautavam-se o seu trabalho principalmente nas roças, cooperativas, farmácias comunitárias, nos mutirões para construção de casas e nas atividades do campo. Todo este labor apontou para uma sociedade alternativa, em que a teoria (teologia) ilumina a prática (libertação). Assim, a Teologia da Libertação defende e valoriza o saber do povo. É uma educação que conscientiza, dignifica o oprimido, que o liberta da ignorância (GONÇALVE, SANTOS, 2013, p.59-60).

Outra figura importante na difusão da Teologia da Libertação no Brasil e na América Latina foi Leonardo Boff (1938), teólogo; filósofo e professor universitário. Boff ficou por muitos anos à frente da Editora Vozes e escreveu vários livros sobre diversos assuntos ligados a religião, política e a ecologia. O marco dessa teologia no Brasil foi à publicação do livro: "Jesus Cristo Libertador" (1972). Neste livro, Boff investe em um Jesus de Nazaré comprometido com os excluídos e com os empobrecidos.

O próprio Jesus não consiste em proclamar que o Reino há de vir, mas em que sua presença e atuação o Reino já está perto (Mc 1,15) e no meio de nós (Lc 17,21)! O projeto fundamental de Jesus é, portanto proclamar e ser instrumento da realização do sentido absoluto do mundo: libertação de tudo o que estigmatiza: opressão, injustiça, dor, divisão, pecado, morte; e libertação para a vida, comunicação aberta do amor, a liberdade, a graça e a plenitude de Deus (BOFF, 2003, p. 27).

Neste sentido, Leonardo Boff está dentro de uma visão de leitura popular da Bíblia, ou seja, uma leitura a partir da luta e da sua realidade, no entanto sem deixar de ser um ato comunitário, orante e de fé. Ele procura valorizar assim os saberes de todos, em especial dos os excluídos (BOFF, 2003).

Vimos que os teólogos da libertação têm como base o povo pobre, dentro de uma perspectiva sociológica, humanística, libertária e de fé comprometida com um Deus próximo do povo. Neste momento cabe-nos entender qual é o método que TdL para difundir e ensinar, tendo em vista que ela procura trabalhar com o povo pobre e simples.

### 1.7 O MÉTODO DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Para Moliner (2011), o conjunto de procedimentos que a TdL usou para ensinar está numa perspectiva libertadora do pobre. Para que isto ocorra, um método bastante utilizado pela TdL é a sua referência teórica à história; neste caso não se entende a história como apenas fatos históricos aleatórios, mas procura entender estes fatos ou interpretá-los buscando entendê-los dentro de um contexto. Para Leonardo Boff (1980) as CEB's se orientam pelo método Ver-Julgar-Agir, que vai ser analisado mais adiante. Neste caso, percebe-se que as Comunidades Eclesiais de Base procuram contribuir na formação humana e intelectual, não só dos cristãos católicos, mas de toda a sociedade brasileira que se beneficiou da abertura política e social da Igreja, para o oprimido poder ter voz na luta por direitos sociais. Quando se refere ao método da TdL, não se pode entender como algo somente dentro do trabalho teológico. O método, segundo Leonardo Boff (1980), é a própria teologia em ato concreto, sua sensibilidade diante da realidade e de formular questões ante as respostas. A Teologia da Libertação tem um método iniciado pelo documento *Gaudium et spes*, oficializado em 1968 na Conferência dos bispos latino-americanos em Medellín, baseado na reflexão e análise da realidade a partir da Teologia (BOFF, 1980, p.30).

Outro fundamento teórico importante da TdL é a *práxis*. No grego antigo, pode-se encontrar *prática* como significado dos termos *práxis*. Este termo designa uma ação realizada no âmbito das relações sociais geralmente classificadas como uma ação moral, ou seja, ação do cotidiano, dos cidadãos (GUTIÉRREZ, 2010). Conforme o filósofo Aristóteles, a *práxis* caracteriza a ação do cidadão na pólis em

vista do melhor fim, ou seja, do bem e da felicidade para todos os membros que vivem na cidade. No entanto, como o conceito de práxis entrou na Teologia? O Concílio Vaticano II, como já refletimos, foi um marco para a reflexão teológica na América Latina. Principalmente nos anos 70 e 80, na América Latina e particularmente no Brasil, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), incentivada pela *práxis* e a teologia da libertação, pôde colocar em prática o que significou as primeiras comunidades cristãs e foram à luta contra o regime militar (OTTAVIANI, 2007). A reflexão teológica a partir desses fatores passa a ser mais concreta e comprometida com a situação vigente, como a criação de vários movimentos sociais ligados aos cristãos. A partir daí, passou-se a buscar, na Bíblia, parâmetros cristãos que seguissem as ações da Igreja. O esforço de elaboração do novo pensamento partiu de muitos teólogos, mas foi principalmente o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez que lhe deu uma forma mais consistente e elaborada.

De acordo com Gutiérrez (1996), a *práxis* no exercício da reflexão teológica é o encontro da fé cristã com a realidade dos explorados e marginalizada da sociedade vigente. Num contexto de uma Europa burguesa e capitalista do século XIX, surge a figura do alemão Karl Marx que desenvolve o conceito de práxis a partir da classe marginalizada da época, ou seja, os proletariados. A noção de práxis para ele gira em torno de três formas: a forma filosófica, a produtiva e a revolucionária; mas é necessário entender cada conceito desses unificados e não separado (SILVA, 2017). Depois de Marx a *práxis* é entendida como “prática social” ou atividade humana transformadora do mundo. A Teologia entende por práxis a totalidade do processo social enquanto transformador da realidade tanto natural como histórica. O termo práxis nas teologias se relaciona com a ação transformadora da sociedade; sendo os oprimidos o sujeito da *práxis* histórica e seu objeto de libertação. Com efeito, o compromisso central da TdL é acabar com o sofrimento humano. Neste caso, a primazia da *práxis* se transforma, dentro da TdL, na chave de compreensão do conhecimento e do método teológico, e isto implica numa ruptura com a teologia usual (MOLINER, 2011). Neste sentido, teologia a dos membros das *Comunidades Eclesiais de Base*, trouxe uma esperança de vida política e religiosa não somente para o Brasil, mas para toda a América Latina. Numerosos integrantes das CEB's enfrentaram o poder vigente e por muitas vezes deflagraram greves, e enfrentaram a fúria dos soldados em meio a piquetes e protestos (OTTAVIANI, 2007). Neste intuito,

de uma teologia que busca a liberdade integral do ser humano, por que a TdL fez uma preferência em trabalhar com os pobres?

### **1.8 A PERSPECTIVA DO POBRE NA TdL**

A Teologia da Libertação latino-americana nasceu da proximidade com os pobres e os marginalizados (MOREIRA, 2012). O significado do conceito de pobres foi evoluindo junto com a TdL, pobre com já foi dito vai desde a alusão àqueles que carecem de bens e de direitos e chega à perspectiva da Teologia da Libertação que vê o pobre como um modo de viver. A fé anima o movimento dos pobres e marginalizados. Os adeptos lendo o Evangelho descobrem que Jesus veio pregar o Reino de Deus. Compreendem que Jesus quer uma sociedade diferente, sem injustiça, sem opressão, com fraternidade e amor (TONUCCI, 1986, p.18). Nesta nova perspectiva muda-se a maneira de enxergar a realidade da pobreza, esta nova visão só é possível de ser percebida com uma ampliação da compreensão do mundo dos pobres em diálogo com teologias em âmbito da América Latina. Este diálogo se dá na apreciação das características que se pode encontrar no universo dos oprimidos, como a sua capacidade humana, religiosa e cultural. Em particular sua capacidade de criar campos novos de solidariedade (MOLINER, 2011). Para Leonardo Boff (1986), só opta efetivamente pelos pobres quem luta contra a pobreza deles, configurando assim a situação de pobreza como um pecado social como vê no número 28 do Documento da Conferência de Puebla (1979):

Vemos, à luz da fé, como um escândalo e uma contradição com o ser cristão, o fosso crescente entre ricos e pobres 11. O luxo de alguns torna-se um insulto contra a miséria das grandes massas. Isto é contrário ao plano do Criador e à honra devida a ele. Nesta angústia e dor, a Igreja discerne uma situação de pecado social, de maior gravidade em países que se dizem católicos e que têm a capacidade de mudar: "remover barreiras de exploração ... contra as quais eles quebram seus melhores esforços promocionais (Juan Pablo II, Alocución Oaxaca 5: AAS 71 p. 209).

Assim, a Igreja primeiramente deve estar presente nas lutas dos pobres para transformar sua presença de bens do Reino de Deus e em segundo lugar deve estudar de forma crítica os conteúdos bíblicos, especialmente os conteúdos libertadores da vida de Jesus (BOFF, 1986). Por outro lado, a TdL se mostra

preocupada com a análise estrutural do mundo atual; com temas ligados a pobreza e a corrupção (MOLINER, 2011).

Neste sentido, qual é a perspectiva do pobre em relação à experiência de Deus? Os crentes descobrem a presença de Deus nos pobres, porque a sua situação de opressão chega aos céus e Deus se volta aos pobres, assume a sua causa e conseqüentemente atua na sua libertação. Assumir a opção pelos pobres deve impelir os cristãos, que são adeptos a TdL, ver neles uma nova manifestação da cruz, o ser humano reage com misericórdia diante do sofrimento do pobre e assume a sua causa. Uma vez assumida a causa do pobre, torna-se importante à presença e manifestação de Deus, pois Ele derrama todo o seu amor ao pobre. Pode-se dizer que para os adeptos dessa teologia, Deus se torna uma presença solidária entre os pobres da terra, ou seja, para eles fazer a opção por Deus é fazer a opção pelos pobres. Assim, concebe que a presença solidária de Deus entre os pobres é muito mais do que um critério sociológico ou hermenêutico; definitivamente é aos pobres que Deus decidiu se manifestar. O Concílio Vaticano II deu uma atenção especial à causa social, sinalizando um sinal dos tempos a luta por justiça social. Com isto, a TdL buscou conciliar esta nova orientação humanística situando-se na causa dos oprimidos. Dessa maneira, entende-se que a Teologia da Libertação não é simplesmente uma teologia da salvação, mas uma teologia da *práxis* libertadora, ou seja, a coluna vertebral desta teologia é a perspectiva do pobre (MOLINER, 2011, p.53).

A opção pelos pobres foi tema de alguns textos da constituição dogmática sobre a Igreja: *Lumen Gentium* (n.8) e *Gaudium Et Spe* (n.1), documentos do Concílio Vaticano II. Nestes documentos se concentra uma ampla reflexão sobre a opção pelos pobres que a TdL apóia os seus estudos (MOLINER, 2011, p.55). Então, por que os teólogos da libertação fizeram esta opção pelos pobres? Talvez uma primeira resposta por razões ético-rationais e também políticas, pois querem que os pobres saiam de sua condição de oprimidos e busquem uma libertação integral. Outra explicação está na própria teologia: pois Deus se manifesta para os pobres. Conduzidos por esta vertente política e religiosa os crentes procuram uma *práxis* libertadora (MOLINER, 2011, p.56). Em 1979, com a conferência de Medellín, se concretiza historicamente a opção pelos pobres. Em Puebla em 1979 foi conferida a opção “preferencial” pelos pobres, aqui se percebe que esta é uma “preferência” e busca evitar cair em um reducionismo da salvação, como se apenas

um setor se salvaria, pelo contrário a estratégia de Jesus é salvar a todos a partir dos pobres, não a partir dos ricos (MOLINER, 2011, p.57).

Assim, a partir da TdL o conhecimento teológico é confrontado com a realidade, buscando o real e deixando de lado as ideologias de mercado, ou seja, ideais puramente capitalistas e individualistas (MOLINER, 2011, p. 64). A grande preocupação da TdL é a libertação do oprimido. Por isto, esta teologia se preocupa inicialmente com as condições reais em que se encontram os oprimidos, sobretudo nas questões de economia em que este empobrecido se encontra. Conhecer este mundo real do pobre faz parte do processo teológico global da TdL, este é um momento de mediação indispensável para o profundo saber da fé. Neste sentido, para fazer esta mediação a TdL usa uma linguagem concreta da Palavra, sem deixar de enxergar o processo histórico e político, ou seja, faz uma análise social do todo (MOLINER, 2011, p. 68). E o movimento que mais realizou tal análise foi sem dúvidas as Comunidades Eclesiais de Base, principalmente na América Latina.

## **1.9 AS CEB's NA AMÉRICA LATINA**

Segundo Ferraro (2005) a América Latina foi um campo fértil para que as novas ideias do Vaticano II prosperassem, e de uma forma bastante surpreendente. As CEB's tiveram sua confirmação, justamente na conferência dos bispos da América Latina em Puebla (1979). Para o teólogo Leonardo Boff (1984) o serviço maior que a Igreja pode prestar ao homem latino-americano é anunciar-lhe o Evangelho de Jesus Cristo Libertador. E isso significa a plena libertação de toda a criação, ou seja, do homem e da natureza. O referido autor apresenta três práticas das Igrejas latinas americanas para transformar a sociedade na direção de mais justiça: 1) defender e promover a vida mínima; 2) defender e promover os direitos dos pobres; 3) reinventar a Igreja na base, como Povo de Deus no meio dos povos da AL (BOFF, 1984, p.51). Tais pontos mostram a originalidade das igrejas na América Latina, principalmente no quesito de tratamento aos mais excluídos.

As décadas de 1950-1960 foram caracterizadas pelo crescimento de cunho eclesial, dentro dessas experiências cabe destacar o movimento da Ação Católica brasileira, o movimento por um mundo melhor e o Movimento de Natal (PRATES, 2007, p.27). Na década seguinte já estabelecido estes movimentos populares católicos, o aparecimento de teólogos latinos americanos alcançaria o crescimento

das comunidades de base. Segundo Löwy (2000), a partir de 1970 surgiram teólogos importantes latino-americanos que estimularam uma teologia puramente latina, baseada em uma Igreja dos pobres, pode-se citar: Gustavo Gutiérrez (Peru), Carlos Mesters, os irmãos Leonardo e Clodovis Boff, Frei Betto (Brasil), Jon Sobrino (El Salvador), Enrique Dussel (Argentina); destacando somente os mais conhecidos. Todos estes teólogos apoiaram a sua missão no “cristianismo da libertação” e na Teologia da Libertação. Este tipo de prática foi combatido fortemente pelo Vaticano e pelo Conselho dos Bispos Latino-Americanos (CELAM), que eram dirigidos por conservadores da Igreja. Não podemos deixar de citar a enorme contribuição das ordens religiosas masculinas e principalmente as femininas na propagação do cristianismo da libertação e na criação de comunidades de base. Mas é preciso acrescentar que esta nova teologia não teve uma aceitação imediata (LÖWY, 2000, p. 60). Segundo o mesmo autor não se pode negar que o Cristianismo da libertação e a Teologia da Libertação influenciaram inicialmente uma minoria das Igrejas Latinas – Americanas, pois a maioria, como já foi dito, estava envolta nas tendências conservadora ou moderada. Mas houve em salto nesta perspectiva em 1968, quando os bispos latinos americanos se reuniram em uma conferência em Medellín (Colômbia), nesta reunião foram adotadas novas soluções que denunciavam a injustiça e violação dos direitos humanos (LÖWY, 2000). Para o teólogo Gustavo Gutiérrez (1996), a conferência dos bispos na Colômbia reflete da solidariedade da Igreja com realidade latino-americana. É reconhecida a situação de dependência da América Latina para com os países mais desenvolvidos, no caso mais específico os Estados Unidos da América. A Igreja desejava compartilhar esta vontade de libertação: “homens de um povo que começa a descobrir, na encruzilhada das nações, sua própria consciência, seu próprio que-fazer”<sup>20</sup>. Com isto, nota-se uma preocupação maior da Igreja latino-americana no compromisso com o processo e libertação dos oprimidos. Em 1968 ficou bem claro para os bispos latino-americanos que a pobreza expressa solidariedade com os oprimidos e protesto contra a opressão, para que isto seja visível e eficaz o estilo de vida da Igreja deve ser simples (GUTIÉRREZ, 1996, p. 182).

O impacto do Cristianismo da Libertação está longe de ser desprezível, especialmente no Brasil, por exemplo, onde os bispos do Brasil se recusaram a

---

<sup>20</sup> Cf. Cardeal J. LANDÁZURI, 1966 *in* GUTIÉRREZ, 1996, p.169.

condenar este tipo de teologia (LÖWY, 2000, p.64). O Brasil vivenciou neste período (século XX) mudanças profundas de governo. O maior país católico do mundo enfrentava várias crises: industrialização ainda fraca e a agricultura como produto de exportação. O Brasil estava caracterizado por bolsões enormes de pobreza e marginalização social. A CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – escreve em 1962 sua preocupação com essa situação:

Ninguém desconhece o clamor das massas que, marginalizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespero... o povo da cidade e dos campos começa a compreender que, sem participação na vida das instituições e da própria sociedade, jamais será libertado de ignomínia em que se encontra (SOUZA, 2004, p. 28).

Muitos movimentos sociais, políticos e sindicais tiveram suas bases de nascimentos nas pastorais católicas, dentre ele destacamos: MST- Movimento dos Sem Terra – e o PT – Partido dos Trabalhadores. A pastoral é a ação da Igreja Católica no mundo ou o conjunto de atividades pelas quais a Igreja realiza a sua missão. A palavra pastoral deriva de “pastor”, recorrente na bíblia. As pastorais têm organização própria e se articulam para realizar a chamada pastoral de conjunto, a partir de objetivos e prioridades comuns. Em âmbito regional, contam com o apoio dos bispos, que acompanham pessoalmente cada organização. As pastorais que surgem, são voltadas para o trabalho social: Pastorais da Juventude, Pastoral Carcerária, Pastoral da Saúde, Pastoral Familiar, Pastoral da Criança e Comissão Pastoral da Terra. Todas elas serviram de estímulo para lutas sociais consideráveis no Brasil e na América latina (CNBB, 2014). Logo após as conclusões do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica Latina, não se aquietou. Impulsionados pelos movimentos populares, e educação de base, as organizações sindicais e os partidos de esquerda, criticaram o modelo perverso do capitalismo e insistiram na busca da prática da liberdade (SOUZA, 2004). E os bispos da América Latina, principalmente os que estavam no Pacto das Catacumbas, já citado anteriormente, buscaram realizar esta prática de liberdade dentro de suas dioceses.

Neste caso considera importante para o crescimento de pastorais sociais a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM) que ocorreu em 1968, na cidade de Medellín (Colômbia), foi um verdadeiro acontecimento histórico que mudou o rumo da Igreja Católica no continente. Em suma, o que trouxe de novidade a Conferência de Medellín em 1968?

Episcopal de Medellín (1968), onde a Igreja latino-americana teria consolidado sua “opção preferencial pelos pobres” a partir de uma teologia voltada para a realidade do continente configurada por uma expressiva desigualdade social proporcionalizada pelo sistema capitalista que por aqui se desenvolveu. Tendo como tema: Presença da Igreja na Atual Transformação da América Latina, essa Conferência fomentou um novo modelo de catolicismo preocupado com os problemas sociopolíticos e, ao mesmo tempo, deu legitimidade a uma nova forma de organização. Era pautada na formação de Comunidades Eclesiais de Base, cuja atuação propiciou a proliferação e consolidação das propostas da teologia da libertação (COSTA, 2010, p. 36). Na América Latina, os ecos conciliares soaram através da Conferência.

Essa reunião dos Bispos latinos na Colômbia foi possível graças a uma série de experiências em várias Igrejas locais como: trabalhos realizados na educação popular (dos povos indígenas, das mulheres e do negro) e nos diversos movimentos de jovens (Juventude Operária Católica), que estavam apoiados nas comunidades Eclesiais de base, e nos seus sacerdotes, Bispos, Leigos e Religiosos engajados na luta pela causa popular (SOUZA, 2010). Não se pode deixar de destacar que outras conferências episcopais posteriores, segundo Ferraro (2005), justamente na conferência dos bispos da III Conferência-Geral em Puebla de Los Angeles (México) de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, que as CEB's tiveram o seu fortalecimento. Nas outras conferências seguintes: a IV Conferência-Geral realizou-se em Santo Domingo (República Dominicana) de 12 a 28 de outubro de 1992. O cardeal Aloísio Lorscheider na preparação para a V reunião em Aparecida resume as suas conferências:

Com a I Conferência deu-se início ao CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano); com a II Conferência deu-se o aspecto pastoral fundacional para a nossa Igreja na América Latina, acentuando a libertação a partir de uma situação opressora, gerando uma violência institucionalizada; com a III Conferência-Geral, buscando a comunhão e a participação em vista da libertação, colocou-se a evangelização na América Latina sob o signo da dignidade humana fundamental; com a IV Conferência-Geral, deu-se um passo decisivo rumo à inculturação, a um evangelho inculturado, em nossas Igrejas (CELAM, 2007, p.5).

A grande novidade na Igreja da AL e no Caribe é o incentivo da entrada de seus fiéis na luta política de libertação dos pobres e excluídos (FERRARO, 2015). Em suma, percebe-se o caráter social da Igreja para com os povos da América Latina e Caribe. Cabe-nos agora refletir melhor a chegada e o acolhimento do

cristianismo católico no Brasil e o aparecimento das CEB's e sua influência no meio social.

### **1.10 AS CEB's NO BRASIL**

A identidade religiosa do povo brasileiro foi sendo construída ao longo do tempo, desde o momento da colonização e o choque de culturas (europeus e indígenas) que a sociedade brasileira e americana foi sendo filtrada ao molde do que os intelectuais ocidentais planejavam (MINGNOLO, 2003). Os franciscanos e os dominicanos no México e os jesuítas no restante do Novo Mundo logo perceberam que para catequizar e firmar a religião Católica nestas novas terras só poderia fazer isto se encontrasse um forte sentimento religioso no povo. Para alcançar tais objetivos os padres e os missionários procuraram estudar os hábitos e os costumes dos povos nativos, para assim fazer uma aproximação mais eficiente na abordagem evangelizadora (HOORNAERT, 1994).

Os Jesuítas tiveram um papel importante durante os dois primeiros séculos da colonização portuguesa, este grupo de religiosos ditaram os rumos espirituais, políticos e educacionais. As ordens femininas surgiram mais de forma mais lenta; as primeiras ordens foram as Clarissas, vindas de Évora (Itália), chegaram à Bahia em 1677. As atuais estruturas da Igreja Católica nasceram no Brasil em 1891, quando a Constituição Republicana separou a Igreja do Estado (ALVES, 1979). Em termos de organização, segundo Alves (1979), durante cento e vinte e seis anos, o Brasil teve apenas uma diocese, a da Bahia, depois foram criadas a diocese do Rio de Janeiro e Olinda, no entanto em 1822 só existiam 7 dioceses no país. Ao longo dos séculos, principalmente após o século XIX, houve uma perda da influência da Igreja junto aos trabalhadores e o povo, o que causou preocupação a uma parcela dos padres brasileiros. Para tentar reverter este quadro foram criadas várias instituições de assistências sociais para o povo pobre.

A multiplicação e o desenvolvimento das iniciativas destinadas a fortalecer a estrutura da Igreja foram fundados em 17 de outubro de 1952 a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Tradicionalmente, esta organização religiosa teve parceiros importantes como a CRB (Conferencia dos Religiosos do Brasil); a Caritas o ISP AC (Instituto Superior de Pastoral Catequética) e muitos outros institutos religiosos e leigos que colaboram com a CNBB até os dias atuais. Mas o impulso

maior para o crescimento e fortalecimento da CNBB foi sem dúvidas, como já foi mencionado, o Concílio Vaticano II em 1962 (ALVES, 1979, p. 65-66).

Hoje no Brasil, segundo Miranda (1996) pode se encontrar uma multiplicidade de catolicismos em coexistência:

(...) o catolicismo medieval e popular português, o catolicismo tridentino, o catolicismo do Vaticano II, o catolicismo das teologias da libertação, o catolicismo das CEB's e dos movimentos na Igreja, só para citar alguns exemplos. Desse modo a mesma fé vai sendo vivida diversamente pelos vários grupos sociais e pelas diferentes camadas da população (MIRANDA, 1996, p.93).

O último ponto que o referido cita é o que nos interessa para a nossa reflexão. Neste sentido, as CEB's se apoiaram em vários textos de bispos ligados a CNBB, por exemplo, em 1973, foram publicados os documentos: "Eu ouvi os Clamores do meu povo" e "Marginalização do meu Povo", estes textos forneceram ideologia para as CEB's, pois tem um linguajar bastante crítico em relação ao comprometimento da Igreja com o oprimido, esta visão foi assumida por seis bispos do Centro Oeste: Dom Fernando, Dom Pedro Casadaglia, Dom Tomás Balduino e Dom Epaminondas (COMBLIN, 2002, p.22). A partir desse momento o "novo jeito de ser Igreja, a partir dos pobres" foi acolhido por muitos bispos do Brasil, este termo bastante discutido no VI intereclesial em Trindade (Goiás) em 1986. Sem dúvida as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) têm uma importância histórica muito significativa no Brasil. As consequências sociais e políticas destes grupos são muito relevantes para a história social do Brasil.

De acordo com Clodovis Boff (1996) um aspecto importante, que apesar de abranger um grupo grande de pessoas do Brasil inteiro, as CEB's atingiram seu auge, cerca de 10% a 20% da população brasileira que pertenciam a este movimento, e isto nos mostra que temos um modelo de Igreja com CEB's e não sendo ela totalmente pertencente a este movimento (BOFF, 1996, p.15). Mesmo com esta porcentagem bastante expressiva apresentada pelo autor o número de CEB's no Brasil não é bem definido. Neste caso, em termos quantitativos Frei Betto (1981) apresenta um número de 80 mil no auge da sua existência nos anos 1980. O referido autor aponta ainda que uma diocese brasileira nas grandes cidades desse período, por exemplo, nas periferias de São Paulo tinha uma estimativa de 6.800 comunidades cadastradas, com aproximadamente 129 CEB's em cada bairro.

Ao analisarmos a história das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), como vimos acima, percebemos que ela está ligada intimamente ao surgimento de uma sociedade moderna e excludente, onde o Capitalismo vai criar ainda mais um abismo entre os pobres e os ricos. Historicamente a Igreja tem um trabalho de assistência social, como se pode recordar: orfanatos, pensões, hospitais e escolas confessionais (SANTOS, 2010). Nesta perspectiva, de acordo com Löwy (2000) as ordens religiosas, um total de 157.000 pessoas na América Latina inteira, em sua maioria mulheres, tornam-se os grupos mais participativos nas pastorais sociais e são estes grupos que mais criam e fomentam Comunidades de Eclesiais de Base. Com isso, percebemos que a maioria dos teólogos da libertação, como já foi mencionada antes, são religiosos, pertencentes ao CELAM. Certas ordens, como os jesuítas e os Dominicanos são “verdadeiras redes de intelectuais”, que dialogam entre o mundo sagrado e o profano (LÖWY, 2000, p.74).

No período de 1960 e 1970 em diante, com a renovação do Concílio Vaticano II, o Brasil vivenciou neste período mudanças profundas de governo, como a Era Vargas e o início da Ditadura Militar. O maior país católico do mundo enfrentava várias crises, como escassos recursos internos, industrialização ainda fraca e a agricultura como produto de exportação (COSTA, 2010). E foi justamente neste período de uma intensa perseguição, no caso a Ditadura Militar de 1970 em diante, que as CEB's foram mais atuantes no combate as injustiças e a violência.

### **1.11 AS CEB's DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL**

A partir de 1964 o Brasil enfrentou a dura instalação da ditadura militar. E foi justamente neste íterim que evidenciaram diversos movimentos populares que tinham ligação com a Igreja, na busca da conscientização e educação do povo simples. Neste sentido, pode-se entender que as CEB's são uma espécie de Pastoral Popular, com uma intensa vivência eclesiológica (MIRANDA, 1996). Baseados nisso, as comunidades de base estão ligadas intrinsecamente com os movimentos populares nascente no Brasil a partir de 1960.

No período compreendido entre 1960 e 1964, surge, no Brasil, uma série de movimentos voltados para a educação e a cultura popular. Alguns deles, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), os Centros Populares de Cultura (CPC), os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB) apresentavam divergências de pensamento entre

si. Mas a expressão que mais marcou a época foi à criação da Ação Popular (AP). A AP era composta por um grupo de pessoas ligadas à ideologia da Igreja Católica Progressista, que objetivava alfabetizar e conscientizar politicamente as camadas populares (GONÇALVES e SANTOS, p. 58.59).

Neste sentido, de um lado estava os movimentos sociais nascentes em busca de um país melhor e outro lado os líderes governamentais lutando por poder (CAMPOS, 2004). Neste intuito, somente uma parte da Igreja Católica se preocupava com a participação de todos os povos, especialmente os mais abandonados. Dentro desta visão a Igreja acredita que toda a comunidade eclesial – os fiéis leigos; os religiosos; os sacerdotes – recebem a força de Deus para a construção da sociedade e todos podem atuar na conscientização da liberdade de todos os irmãos (CNBB, 1992, p. 57-58).

O clima no Brasil não era favorável a discussões políticas neste período dos anos de chumbo, a CNBB e muitas lideranças leigas sofreram duros golpes dos militares. Devido a alguns bispos que foram verdadeiros *profetas da liberdade*<sup>21</sup> a Igreja se posicionou firmemente a favor dos mais pobres e perseguidos, como foi o caso de Dom Helder Câmara:

A Igreja católica chegara com atraso em seu diálogo com a modernidade, agora estava em dia e mesmo, em certos aspectos, se adiantava na América Latina ao tempo histórico da sociedade. Seguiu a mesma divisão dentro da Igreja, mas foram se afirmando na base de Dom Helder chamou as “minorias abraanicas” e se desenvolveram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), no momento em que a Igreja, entre 1968 e 1979, passa a ser um dos poucos espaços abertos na sociedade civil (SOUZA, 2014, p. 60).

Dom Hélder foi sem dúvida um nome forte neste diálogo entre Igreja-sociedade-libertação; ele acolheu perseguidos políticos, visitou prisões e levantou diversas vezes a voz de protesto. Os militares temiam matá-lo, mas torturavam todos os que o cercavam (SOUZA, 2004). Neste contexto, se destaca também uma figura símbolo para a Igreja brasileira perseguida, Frei Tito, religioso Dominicano, nascido no Ceará, e um militante ativo por justiça social. Foi perseguido e torturado por ser considerado “comunista”, “terrorista” e “traidor da pátria” pelos militares, sofreu horrores nas mãos deles (BETTO, 1994). Muitos outros padres, religiosos, e leigos foram presos, torturados e exilados no Brasil. Algumas obras sociais, como o Lar

---

<sup>21</sup> Grifo meu.

Santana, em Ribeiro Preto, foram invadidas por grupos paramilitares, que procuravam os 'subversivos' da Igreja (SOUZA, 2014).

Este tipo de pastoral apareceu ainda nos anos 1960 inspiradas por movimentos Católicos laicos, tais como Juventude Universitária Católica e a Ação Católica (LÖWY, 2000). Nesta perspectiva, destaca-se a importância da Pastoral da Juventude (PJ) a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A vida desses movimentos sociais cristãos católicos não foi nada fácil, como o conflito no Araguaia-Tocantins na década de 1970 (SOUZA, 2004). Nesta linha, destacamos o surgimento de vários outros movimentos católicos: em 1972 o Conselho Missionário (CIMI), produto dos agentes missionários na Amazônia. Ao mesmo tempo, que crescia a Pastoral Operária (PO), se desenvolveram a Pastoral da Juventude dos Meios Populares (PJMP) e Pastoral da Juventude Rural – PJR (SOUZA, 2014, p. 71).

Todos estes movimentos católicos vão se refletidos melhor mais adiante em nossa pesquisa. Esses movimentos católicos populares tiveram uma importante contribuição da luta social, como já supracitado, por justiça. Segundo muitos relatos da época, nas CEB's e em seus diversos grupos, todos tinham a liberdade de expressar aquilo que quisessem, todos tinha o direito de falar: os que tinham formação acadêmica, analfabetos, mulheres, crianças e idosos, seus conhecimentos e experiência tinham muita importância para toda a comunidade.

Essas comunidades não carregavam bandeiras partidárias, mas carregavam em si o desejo de juntos vencerem as dificuldades, pois muitos venciam as adversidades e lutavam por uma democracia justa (SANTOS e GONÇALVES, 2013). Mas esta luta por democracia não foi nada fácil, muitos autores apontam que as maiores dificuldades dos movimentos populares e das CEB's vão além da perseguição política, assim cabe citar: pressão política e eclesiástica; crescimento da Renovação Carismática; distanciamento dos jovens; locomoção para os encontros; falta de espaço para os encontros e carência financeira. Dentro dessa perspectiva de uma Igreja comprometida com a causa social nos perguntamos agora como as CEB's se organizam e preparam os membros para a luta e conscientização do povo.

## 1.12 OS INTEGRANTES DAS CEB's

Conforme Löwy (2000) um aspecto importante destacado por ele em seus estudos é que os integrantes das CEB's, principalmente os de áreas urbanas eram compostos em sua maioria por mulheres, chegando a ser 60%. Em comunidades de São Paulo, por exemplo, a presença feminina no movimento era fortalecida principalmente pelo fato de que a maioria dos agentes pastorais era do sexo feminino e que muitas comunidades são organizadas por ordens religiosas femininas (LÖWY, 2000, p.83). Tanto nas CEB's como nas Pastorais Sociais, o protagonismo feminino é marcante. São mulheres que buscaram serem profetisas, ou seja, serem testemunhas da justiça em todos os lugares. Neste caso, elas abraçam a luta em defesa da vida, do pobre e dos abandonados de forma concreta. Luta marcada pela indignação diante das injustiças sociais, mas também marcadas pela coragem e perseverança (ALMEIDA e MOREIRA, 2017). Outro aspecto importante para compreender os integrantes das comunidades de base, segundo Carolina Lemos (2011), é a questão da migração. Mesmo sendo a realidade das CEB's mais urbanizada, a maioria dos seus membros eram migrantes da região do nordeste ou vindos principalmente da zona rural; fugindo normalmente da realidade da seca e da falta de terras para cultivo e chegam para se aglutinarem nas periferias das grandes cidades brasileiras, principalmente da região Sudeste. No entanto quem eram estes católicos das CEB's?

Em outros tempos, segundo Novaes (1996), ser católico tinha uma compreensão de não ser infectado por sangue de mouro ou de escravo africano. Após algum tempo, a confissão e a missa passaram a dar a definição de ser católico. Mais tarde com as CEB's surgem novas exigências para a identidade ser católico: tem que participar de comunidade. Se não for de comunidade não é católico. Dentro dos movimentos de classe média, como Cursilho<sup>22</sup>, surgem novas exigências para a identidade católica: a pessoa de CEB tem que ter um compromisso social (NOVAES, 1996, p.106). Pode-se assim entender, como nos salienta o teólogo Clodovis Boff que a luta social é uma característica interna das

---

<sup>22</sup> Movimento católico iniciado em 1948, na Espanha franquista, que buscava orientar, em encontros periódicos, a consciência dos leigos a respeito de determinadas bases doutrinárias da religião, seu sentido prático e seus compromissos comunitários.

comunidades de base (*in* LEMOS, 2011, p.138). Desse jeito, este movimento sociorreligioso pode ser definido como:

(...) um pequeno grupo de pessoas que regulamente se reúnem para leitura da Bíblia, confrontando-se com a própria vida e postulando transformações das condições cotidianas dos agentes envolvidos. As CEB's se caracterizam como 'comunidades', na medida em que reúnem pessoas que propõem a partilharem os mesmos ideais em que unem por laços de solidariedade e de compromisso de vida. São 'eclesiais', porque são constituídas de cristãos e cristãs que se reúnem em razão de sua fé e em comunhão com a igreja universal (...). São 'de base', porque são integradas por pessoas das camadas populares (BORGES e SILVA, 2016, p.65-66).

Para os membros desse movimento essa junção: comunidade – eclesiais – base, mostra-se um novo significado de ser igreja, ou seja, anunciar o Evangelho de Jesus Cristo tendo uma atuação pastoral clara de uma opção preferencial pelos mais abandonados (BOFF, 1986). Neste caso, é dentro da comunidade eclesial que os leigos, os pobres, as mulheres, os negros, os oprimidos em geral encontram um espaço para se reunir; para ler a Bíblia e meditá-la; para poder cantar; dançar e confraternizar; confrontando a Palavra com a própria vida e com a realidade que os cerca (BORGES e SILVA, 2016).

Neste sentido, quem eram os militantes das CEB's? Como surge esta vocação desse movimento para o compromisso social? Não se pode negar que as comunidades de base são um fruto do Concílio Vaticano II (1964), nascidas para atualizar e adaptar a Igreja ao mundo atual, as CEB's procuraram assumir desde a sua origem um maior protagonismo dos leigos/as no âmbito de cultivar uma Igreja libertadora (BOFF, 1996).

Conseqüentemente, qual é o principal objetivo das CEB's para seus participantes? "O objetivo das CEB's é atingir os excluídos que não estão no mercado de consumo, nem inseridos na produção, que estão alijados dos exercícios da cidadania e não estão também nas CEB's" (NOVAES, 1996, p. 79).

Neste sentido, a comunidade de base é um meio forte para se chegar a esta massa de excluídos, ou seja, os pobres, os desempregados, os sem-terra, sem teto, dentre outras formas de exclusão. De acordo com Michel Löwy (2000) as CEB's, contribuem para a criação e o desenvolvimento de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Em certo tempo, a experiência nestas comunidades estimulou vários membros e líderes a entrarem para partidos

de trabalhadores ou frentes revolucionárias (LÖWY, 2000, p.85). A figura do agente pastoral, também se tornou de suma importância para a propagação de movimentos sociais ligados a este movimento. Pois o agente pastoral procura conscientizar os membros da comunidade falando-lhes de fraternidade, união, direitos humanos, mundo novo, ricos e pobres. Juntamente com o povo, esse agente vai além de sensibilizar a consciência, ele mobiliza a população através das suas necessidades básicas (BETTO, 2013).

Dentro da perspectiva da importância do leigo na Comunidade Eclesial de Base, cabe agora nos questionar o processo de conscientização que as comunidades de base se utilizavam em momentos de difíceis, de perseguição política e corrupção latente. Neste sentido, a conscientização neste movimento religioso é compreendida como um compromisso histórico (FREIRE 1979, p.15). É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece pode se considerar a leitura popular da Bíblia.

Justamente no protagonismo do leigo, que é justamente a maioria dos integrantes, que este processo de conscientização se dá de forma clara e latente.

### **1.13 CEB's E O PROTAGONISMO DO LEIGO**

As CEB's sem sombra de dúvida potencializam os ministérios laicos. Tendo como modelo a Igreja primitiva, que se constituía principalmente de leigos, as comunidades tiveram um papel importante para a profecia e a defesa da liberdade e da iniciativa das pessoas. Pois nestas comunidades, os leigos trabalham para conseguir um novo tipo de sociedade, superando as injustiças, mediante uma participação ativa (MOLINER, 2011). De acordo com Teixeira (2002) as CEB's buscam trazer novas formas de participação dos leigos na vida de fé, nos serviços e na organização da comunidade. Eles passam a se sentir sujeitos eclesiais, rompendo o anterior "monopólio clerical", ou seja, que somente o sacerdote é constituído de dignidade eclesial. Procuram assumir com responsabilidade os diversos serviços que vão brotando das necessidades históricas. No caso das CEB's, este movimento evidencia a trajetória de indivíduos que procuram se reafirmar em seu ser religioso, este novo jeito de participação não se restringe

somente ao campo eclesial, mas ele se desdobra no campo social. Nesta perspectiva, as CEB's procuraram incentivar uma mudança de local de atuação, e não somente de forma geográfica mais social também. Esta mudança de lugar social consiste:

Num deslocamento geográfico e mental do agente pastoral e do ministro religioso, em geral pertencente às classes médias e morando nos bairros, conventos e instituições de classe média ou alta, para outros espaços ou segmentos da sociedade, para as periferias urbanas, o mundo da rua, as capelas rurais ou para regiões de conflito social, como a Amazônia Legal (MOREIRA, 2012).

Conforme Amado (1999) os leigos historicamente se organizaram em movimentos na Igreja. O primeiro grande aspecto histórico para os leigos foi à criação “ordens terceiras” durante a idade média. Um segundo aspecto importante para os movimentos dos leigos foi o surgimento das associações, como o Apostolado da Oração e Liga dos Operários Católicos. Um terceiro aspecto marcante para os movimentos leigos foi no século XX, especialmente depois da década de 1960, com a Ação Católica, esta por sua vez foi uma organização bastante fecunda que renovou as associações do passado e levou o surgimento de uma teologia do laicato. Outro ponto marcante das CEB's, indicada por Hoornaert (1996) é a autonomia dos leigos. Os leigos são levados a assumir uma liderança autônoma, diferente do que acontece em outros movimentos que somente assiste as decisões e a última palavra sempre é dada pelo religioso. Logo, o aspecto de fraternidade está presente nas comunidades de base. Nestas comunidades, os leigos trabalham para conseguir um novo tipo de sociedade, superando as injustiças, mediante uma participação ativa.

Mesmo com toda esta história da presença e importância do leigo na Igreja a participação do leigo na vida ministerial sempre foi motivo de estudo e de preocupação por parte dos líderes eclesiais. Na Igreja do Brasil, inspirada pelo Concílio Vaticano II, o Documento 62 da CNBB: “Missão e ministérios dos cristãos leigos”. Este documento foi outro marco no entendimento do protagonismo dos leigos e das leigas. Desse modo, diz aos Bispos do Brasil sobre os leigos nas CEB's:

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), constituídas no Brasil, desde 1960, assumem como centro a Palavra sempre em uma dimensão

missionária que conduz ao engajamento nas lutas de transformação da sociedade na perspectiva do Reino de Deus. Outro espaço privilegiado de participação dos cristãos leigos são as Pastorais Sociais. Elas significam a solicitude e o cuidado de toda a Igreja missionária diante de situações reais de marginalização, exclusão e injustiça. A sua atuação deve ser profético-transformadora, indo além do assistencialismo” (CNBB, Doc. 105, 2015).

Entende-se que as CEB's estimulam o caráter missionário e evangelizador dos seus integrantes. Neste sentido, de acordo com Clodovis Boff (2000, p.103-105) as CEB's buscam ser uma Igreja de comunhão e participação; todos os seus membros são considerados sujeitos vivos e participantes. Existem muitos serviços exercidos pelos leigos/as nas comunidades como: anúncio da palavra; leitores; animadores, rezadores; ministros do Batismo e da Eucaristia; agentes pastorais; coordenadores de pastorais. Todos estes serviços são exercidos em favor de toda a comunidade e fora dela.

De acordo com o documento da IV Assembleia Geral do Episcopado Latino-Americano (n.94, Santo Domingo 1992) que exorta que os leigos devem ser protagonistas na nova evangelização do continente. Dentro desta perspectiva de uma CEB's que se preocupa com a formação política e religiosa, dos seus integrantes; teve nos anos de 1980 o apogeu de encontros nacionais de formação dos seus líderes.

#### **1.14 OS INTERECLESIAIS DE BASE**

Um aspecto importante nesta organização das CEB's são os Encontros Intereclesiais de Base. Um “encontro intereclesial é uma manifestação de massa das comunidades de base, uma massa realmente autônoma, ativa e participante” (CEB's, 2017). Os Intereclesiais são uma experiência muito enriquecedora, pois revelam com maior clareza a situação em que vive o nosso povo pobre, possibilitam a prática do ecumenismo e manifestam com que profundidade se vive nas bases da Igreja a relação entre fé e política (HOORNAERT, 1996, p.52). A motivação maior para se reunir e refletir sobre a conjuntura do Brasil foi sem dúvida o Concílio Vaticano II; foi nesse momento que surgiram os Encontros Intereclesiais de CEBs, cujo objetivo era uma maior e melhor articulação das comunidades dispersas pelo Brasil. A ideia do primeiro Encontro Intereclesial de CEBs, na década de 1970, nasceu de uma conversa informal entre o bispo auxiliar de Vitória, Dom Luiz

Gonzaga Fernandes, o historiador Eduardo Hoornaert e o dominicano Frei Betto. Um ano depois, entre os dias 6 e 8, de janeiro na cidade de Vitória, do Espírito Santo, aconteceu o primeiro Intereclesial de CEBs. Os outros encontros no recorte histórico em que se está analisando foram:

1976 – 2º Encontro Intereclesial das CEBs – Vitória (ES); 1978 – 3º Encontro Intereclesial das CEBs – João Pessoa (PB); 1981 – 4º Encontro Intereclesial das CEBs – Itaici/Indaiatuba (SP); 1983 – 5º Encontro Intereclesial das CEBs – Canindé (CE); 1986 – 6º Encontro Intereclesial das CEBs – Trindade (GO); 1989 – 7º Encontro Intereclesial das CEBs – Duque de Caxias (RJ). Quando começaram os encontros intereclesiais de CEB's no Brasil, compareciam 70 pessoas, depois 150, agora são 4.000 pessoas, que se tornam uma multidão (LIBÂNIO, 1979, p.93).

As reflexões e aprofundamentos sociológicos ou bíblicos nestes encontros são conduzidos por grandes intelectuais, ligados principalmente a Teologia da Libertação, como Leonardo Boff e Carlos Mesters, além de participação efetiva de religiosos/ religiosas ligadas intimamente às pastorais sociais, como Dom Pedro Casaldaliga (HOORNAERT, 1996).

Todos os Encontros Intereclesiais de Base segundo os seus líderes tiveram sua importância no fortalecimento espiritual e intelectual das CEB's no Brasil e da América Latina. Destaca-se a partir do quinto encontro na cidade de Canindé (Ceará) de 4 a 8 de junho de 1983, foi o primeiro encontro com dimensão nacional, o tema geral do Intereclesial foi: “CEBs: povo unido, semente de uma nova sociedade”. Logo após este caráter nacional os intereclesiais tomam uma proporção maior na reflexão e na produção intelectual. O sexto Encontro realizou-se na cidade de Trindade (GO), de 21 a 25 de julho de 1986, participaram 1.647 pessoas de praticamente de todas as regiões do Brasil com o tema: “CEB's, Povo de Deus em busca da Terra Prometida”. Assim, neste encontro as comunidades de base ganham outro nível de reflexão: “o novo jeito de ser Igreja” que caracteriza as CEB's foi um dos temas de reflexão e aprofundamento que surgiram neste encontro. Clodovis Boff (1986) destacou três ideias fortes que definiram este novo modo de ser Igreja: a) A Palavra de Deus; b) a participação; c) a luta. Podemos dizer que estes encontros aprofundaram a questão espiritual e fomentou a luta social:

Pois a nota dominante foi a teológica de sofrimento e esperança. Povo que crê e confia sem hesitação em Deus. A partir dessa confiança, surge a esperança de que os sofrimentos em que se encontram serão superados através da força de Deus e do empenho das comunidades. A cruz é a

dimensão do presente. Mas não é nenhuma fatalidade, nem objeto da complacência de Deus, a não ser na medida em que ela acende o espírito comunitário em direção à vida, à ressurreição, à libertação. Essa estrutura teologal reaparecia frequentemente nas orações, nas celebrações, nas discussões, nas exposições, nos plenários. Os cantos possuíam vigor único, não só através da expressividade da letra, como da animação com que cantavam (LIBANIO, 1979, p.109).

Nesta lógica, o processo intelectual nos intereclesiais se deu fortemente após o oitavo encontro em 1992, onde ocorreram seminários de preparação e aprofundamento dos temas ligados ao encontro. Os encontros, com os respectivos temas, são representados como um trem em que a cada Encontro se acrescenta um novo vagão: Neste país da América Latina/o trem das CEB's vai aparecer. “E cada vagão que se une é sinal que as CEB's vão sempre crescer”. (Do canto “Trem das CEB's”). No 10º intereclesial de Base<sup>23</sup> no ano 2000 em Ilhéus na Bahia, as CEB's seguem na luta pela igualdade entre todos, buscando um ecumenismo e um compromisso com a causa afro-brasileira e com causa indígena, dando sempre um caráter ecumênico e atual para as CEB's do Brasil. Notamos que os Encontros Intereclesiais congregam bispos, religiosos (as), presbíteros, assessores e assessoras, animadores e animadoras de comunidades, bem como convidados de outras igrejas cristãs e tradições religiosas. Dando assim um caráter ecumênico ao encontro, ou seja, com participação ativa de integrantes de igrejas protestantes e religiões de matrizes africanas (STRECK, 1993).

Após analisar este processo de surgimento e o confronto político que vimos acima entre Comunidades de base na América latina. Cabe-nos agora refletir o campo da relação Igreja e educação no Brasil, que é o foco principal deste estudo, principalmente a Educação Popular nas CEB's para em seguida entender a relação desse movimento na cidade de Goiânia. Nessa perspectiva, vai-se procurar entender como a educação não escolar, encontrada nas CEB's, assume uma postura formadora, numa perspectiva de conscientizar e contribuir para o sujeito liberte-se das 'garras' da opressão em um trabalho humanizador, que tem como componente principal a coletividade.

---

<sup>23</sup> cf. Revista da Arquidiocese, Goiânia, 1999, n.5, p. 42.

## CAPÍTULO II: A EDUCAÇÃO POPULAR E A CEB'S

### 2. EDUCAÇÃO POPULAR

As CEB's são como ficou evidente no capítulo anterior, dentre tantas experiências da Igreja, que surgiram após o Vaticano II, uma das mais significativas experiências cristãs do ponto de vista social, pastoral, educacional e teológico. Neste capítulo cabe-nos adentrar a sua ligação com a educação, principalmente no conceito de Educação Popular (EP), e com um foco maior na América Latina e Caribe, para em seguida refletirmos a relação desta com as CEB's no Brasil.

O que se entende no nosso contexto por Educação Popular? Inicialmente para Paludo (2015) a concepção de EP como parte do conhecimento e como prática educativa se constituiu em exercício permanente de crítica ao sistema da sociedade. Em consonância com Mello (2008) a EP pode ser considerada:

(...) uma corrente de pensamento e de resistência cultural nascida na América Latina e no Caribe na emergência de diversas formas de organização e luta popular, sob as ditaduras desde os anos 60 do século passado, eu se expandiu e se consolidou nos anos de 70 e 80, constituindo em uma referência ética, epistemológica, metodológica e política para uma enorme gama de grupos, instituições, movimentos e partidos políticos no espectro da esquerda (MELLO, 2008, p.79).

Assim como foi citado acima, a EP nestes últimos tempos tem um papel de reconstruir de certo modo as lutas sociais e populares. Logo, como nos afirma o sociólogo alemão Theodor Wiesengrund Adorno (1901-1969), em seu célebre livro: educação após Auschwitz; à razão de ser dos nossos processos educativos são para que Auschwitz<sup>24</sup> não se repita. A educação, sendo ela formal ou informal, tem o papel de transformar a sociedade, começando com as crianças e chegando a toda a sociedade. Segundo Gadotti (1994), a Educação Popular tem seus alicerces na corrente pedagógica libertadora, ultrapassa as fronteiras da pedagogia, colocando-se também no campo da economia, da política e das ciências sociais.

A educação formal ocorre em espaços sistematizados de educação, inserida no planejamento político pedagógico de uma escola e regulamentada por Lei

---

<sup>24</sup> Campo de concentração que se tornou símbolo maior da loucura nazista. Em Auschwitz milhões de pessoas foram incinerados com base na tese da superioridade racial de um povo sobre o outro (SCHINELO, 2016, p.8).

Federal, como a Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Desta forma, a educação formal é aquela oferecida pelos sistemas formais de ensino em escolas, faculdades, universidades dentre outras. Em contrapartida, a educação informal se consolida por meio de propostas de trabalho voltadas para as camadas mais pobres da população (SILVA; PERRUDE, 2013). Para Gohn (2006) a diferença entre educação formal e educação informal está no fato de que:

Na educação formal sabemos quem são os professores. Na não-formal, o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. Na educação informal, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa (GOHN, 2006, p.29).

Neste caso, caracteriza a Educação Popular como parte integrante dos espaços educativos e estes marcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião e etnia. Um educa o outro, em vez de professores/educadores formais têm-se lideranças populares ou de comunidades de base. Este líder é entendido como aquela pessoa que tem condições de ajudar o grupo em suas necessidades e articular-se com outros grupos na busca por soluções dos problemas (GONH, 2006). Neste sentido, como se pode enquadrar a EP dentro do sistema educativo que foi exposto? Segundo Marcellini (1985) considera-se que a EP se enquadra dentro do que se chama de educação informal, ou seja, é todo o conhecimento que se pode elaborar a partir de experiências. Esta educação informal não se define pela escola, nem mesmo por programas determinados, dentro do currículo, este fato não tira a sua intencionalidade. Nesta perspectiva, ainda segundo a autora, a referência que se estabelece para educação informal é ter como prioridade as camadas trabalhadoras de baixa renda, ou seja, pessoas marginalizadas dos materiais de conhecimento e cultura. E é justamente neste ponto que as CEB's adentram, como uma espécie de educadora das camadas populares de forma informal.

Tendo em busca ainda a difícil missão de definir o que viria a ser EP, uma pergunta importante é a seguinte: quais seriam os principais fundamentos da Educação Popular? Segundo Schinelo (2016), pode-se entender EP em 12 pontos que se conectam entre si: participação, reciprocidade; dialogicidade; humanização; emancipação; transformação; criatividade; criticidade; complexidade; continuidade e totalidade. Para este autor todos estes pontos devem levar a construção participativa

do saber, partindo do real, do coletivo e chegando até a formação da consciência crítica de cada indivíduo (SCHINELO, 2016, p.14-17). Para Eggert (2006) a EP valoriza assim a experiência coletiva e a produção dos saberes. Assim, entende-se que os fundamentos da Educação Popular são como:

(...) um movimento coletivo e comunitário. Ninguém educa ou se educa sozinho: educação acontece em comunidade. É um processo permanente, onde nos educamos no dia a dia. Mas o processo não tem receita pronta, depende de cada realidade (Benedito Clóvis *in* SCHINELO, 2016, p.7).

Por este ângulo, enfatizam-se ainda mais o caráter social e coletivo da Educação Popular. Em suma, a EP, neste trabalho é entendida como um conjunto de princípios políticos, epistêmicos e pedagógicos que estão baseadas em ações políticas interligadas ao movimento popular. No Brasil e em toda a América Latina a EP juntamente com os movimentos de base, querem fazer da sociedade uma sala de aula. Nas décadas de 1950 em diante a EP fundou um novo panorama pedagógico e a educação passou a ser vista como um instrumento de libertação para todas as classes oprimidas, principalmente a classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2008, p.157). A Educação Popular sempre procurou uma inserção ética nas causas populares, construindo metodologias de trabalho coletivo e uma democracia para todos, valorizando as diferenças culturais (EGGERT, 2006).

Como vimos no capítulo anterior, na América Latina dos anos de 1960 em diante o movimento de consolidação da ordem burguesa foi acompanhado da resistência das populações empobrecidas, destacando a liderança dos negros, dos mestiços e dos brancos das camadas mais excluídas da sociedade (PALUDO, 2015). Na América latina, além da intensa participação católica destaca-se também a participação do protestantismo luterano com a Comissão Evangélica Latino América de Educação Cristã (CELADEC) que desde o ano 1962 inicialmente no Peru, tem produzido conhecimento na EP (EGGERT, 2004).

Cabe-nos ainda retomar uma análise da conjuntura latino-americana para tentar entender a relação da EP com o momento histórico que toda a AL estava vivenciando. A partir de 1950, com várias efervescências de movimentos ditos populares, como a Revolução Cubana (1958), as Ligas Camponesas de Francisco Julião (1955), o crescimento político da área sindical urbana e do movimento estudantil, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), tudo isto darão a

sustentação necessária para a consolidação da Educação Popular nas Américas (TAVARES, 2015).

Neste sentido, não era somente de ações revolucionárias que a EP viveu na AL; em 1955 nasce o movimento Fé e Alegria, em Caracas (Venezuela), fundada pelo padre jesuíta Velaz e o pedreiro Abraham Reyes (que cedeu a sua casa para os primeiros encontros), a integração da Igreja com a comunidade local, aliado aos saberes formais e informais, o movimento foi crescendo chegando a vários países da América Latina e somente na Venezuela chegou a atender mais de 10.000 crianças e jovens no ano de 1964. Logo, o movimento Fé e Alegria assumiu uma EP que procura transformar as pessoas e a sociedade; objetivando recuperar o sentido mais humano de educação. Este movimento acredita que a EP não pode fornecer apenas conhecimentos e habilidades, promovendo somente diplomas, a EP deve orientar a formação plena das pessoas, gerando cidadãos solidários, comprometidos com o bem comum (ESCLARIN, 2005, p. 33-35).

Nesta perspectiva, Paludo (2015) defende que a Educação Popular se consolida num período em que as análises do Estado e da educação, que eram em sua maioria tradicional, reproduziam as relações econômicas e socioculturais das elites, essa educação tradicional não tinha como base as ciências humanas e sociais dos povos latino-americanos. Do ponto de vista teórico, pode-se citar a teoria marxista e alguns autores latinos que influenciaram a educação popular latino-americana, como o revolucionário cubano José Julian Martí, o ativista peruano José Carlos Mariátegui e principalmente a figura do educador brasileiro Paulo Freire, este último com o método de alfabetização de jovens e adultos, tendo como base a educação a partir da visão dos oprimidos, que vamos abordar mais adiante. A educação popular latino-americana usou bastante das matrizes da Teologia da Libertação, do sindicalismo, do movimento indigenista, dos movimentos urbanos, rurais e comunitários; do socialismo; da revolução e das artes (SCHINELO, 2016).

Segundo Mascellani (1985) a escola e a escolarização constituem um direito constitucional; em termos de Brasil a realidade dos anos de 1960 em diante é de uma minoria contemplada pela educação formal<sup>25</sup>. O processo educativo no Brasil dentro das instituições não era nada animador.

---

<sup>25</sup> Educação Formal aqui é entendida como sistema escolar.

Segundo dados do IBGE (1995) a taxa de analfabetismo no Brasil nos anos de 1980, considera este período o auge das CEB's e da Educação Popular, entre as pessoas de 10 a 19 anos, era de apenas 21% da população. A maior taxa de pessoas que não sabiam ler e escrever estava na faixa etária de 60 a 69, e correspondia a 47% da população. Neste caso, têm-se um país com uma alta taxa de analfabetismo já que pessoas com menos de trinta anos em 1991 representavam 31% do analfabetismo total (SOUZA, 1999). Neste diapasão, de acordo com Trevisan (1985), a partir de uma pesquisa feita no Jardim Miriam (que estava situado em 1984, em um bairro dito operário de periferia da grande São Paulo) a pesquisa chegou ao seguinte demonstrativo quanto à escolaridade<sup>26</sup>:

<b>Analfabetos.....</b>	<b>5%</b>
<b>Primário completo.....</b>	<b>33%</b>
<b>Primário incompleto.....</b>	<b>35%</b>
<b>Ginásio completo.....</b>	<b>10%</b>
<b>Colegial incompleto.....</b>	<b>9%</b>
<b>Colegial completo.....</b>	<b>1%</b>
<b>Colegial incompleto.....</b>	<b>1%</b>

Neste caso, percebe-se que o nível educacional da classe trabalhadora era muito baixo. As Comunidades Eclesiais de Base e os movimentos populares consideram a alfabetização um meio pelo qual o povo não voltaria mais a ser oprimido, tomaria consciência do seu valor de trabalho e buscaria melhores condições de vida. Assim, a alfabetização, dentro de uma visão popular, seria um dos principais instrumentos para que as pessoas aprendessem a escrever sobre suas vidas, como autoras de sua própria história (EGGERT, 2006, p.76).

Tendo como foco principal a EP no Brasil e sua relação com as comunidades de base, e esta dura realidade de um país marcado pelo analfabetismo, em termos cronológicos, de acordo com Tavares (2015) pode-se dividir o surgimento da EP em quatro movimentos considerados importantes: a) O Movimento de Cultura Popular (MCP), de 1960 no Recife, como sociedade civil autônoma; b) A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, incentivada pela Secretaria Municipal de Educação de Natal, em fevereiro de 1961; c) O Movimento de Educação de Base

<sup>26</sup> Cf. TREVISAN, Leonardo. Descobrimo o sonho operário, p.145.

(MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em março de 1961; d) O Centro Popular de Cultura (CPC), criado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em abril de 1961 (TAVARES, 2015, p.52). Segundo Fáveo (2015), analisando o acervo documental sobre Educação Popular da Universidade Federal Fluminense (UFF), se compreende em dois períodos (1947-1967), que sintetizam o que foi exposto acima, sendo: a) 1940 até 1960 com a Campanha de Adolescentes e Adultos (Cea); Campanha de Educação Rural (Cner) e o sistema de Rádio Educativo Nacional; b) de 1960 até meados de março 1964, destaca-se o Movimento de Cultura Popular (MCP), do Recife (FAVEO, 2015, p.102-103).

Ainda em termos cronológicos, Eggert (2006) assegura que logo após este período de nascimento da EP, ela vai se consolidar os seus eixos sistemáticos entre os anos de 1970 e 1980, que a referida autora chama de “primeira onda”. Dessa forma, neste período procura-se trazer uma conscientização aos marginalizados da educação pública, ou seja, principalmente os adultos analfabetos. Assim, a tarefa do educador, dentro dessa “primeira onda” era de ampliar as condições de participação de todas as pessoas, principalmente dos operários, das mulheres subempregadas, favelados, lavradores sem-terra e camponeses (EGGERT, 2006, p.76).

Contudo, qual seria a relação entre Educação Popular e as CEB's? Quando se fala em EP pode-se dizer que na América Latina, de alguma forma é um movimento que tem origens no mundo cristão, assim como as Comunidades Eclesiais de Base. Para Queiroz (1985) as Comunidades de Base sempre viam com bons olhos o processo educativo, tanto na escola como fora dela, pois se acredita que a educação é uma importante ferramenta para a libertação dos oprimidos. A Educação Popular e as CEB's vão crescendo e desenvolvendo juntas, por volta dos anos de 1950 em diante, com o método ver, julgar e agir; o desabrochar da Teologia da Libertação e da leitura crítica da Bíblia, já supracitados aqui vão ser à base desses dois movimentos (SCHINELO, 2016). Outro aspecto importante, ainda segundo Queiroz (1985), que se desenvolveu junto com os itens citados acima são os movimentos populares, estes encontraram um campo fértil para o seu desenvolvimento nas Comunidades Eclesiais de Base. No entanto, os movimentos populares e as CEB's não se confundem, pois as estas comunidades cristãs têm como referencial na fé e o movimento popular não tem necessariamente essa base religiosa.

Nesta concepção, as CEB's se abriram aos movimentos sociais para depositar neles uma esperança de transformação da sociedade e também da própria Igreja. Assim, para Santos (2010) ao analisarmos a história das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) no Brasil, reiteramos que o surgimento desse movimento está ligado intimamente ao surgimento de uma sociedade moderna e excludente, onde o Capitalismo vai criar ainda mais um abismo entre os pobres e os ricos. Historicamente a Igreja tem um trabalho antigo de assistência social voltado à área da educação formal e informal como se pode recordar: orfanatos, pensões, hospitais e escolas confessionais (SANTOS, 2010). Dentro desta ótica, segundo Queiroz (1985) aliados com as CEB's os movimentos sociais vão lutar para tentar responder a urgências rudimentares do povo como: alimentação; moradia; melhoria nos bairros (saneamento básico, água, luz, esgoto, asfalto, transporte, creches, posto de saúde); terra e a busca por Direitos Humanos<sup>27</sup>. De que modo? Dentro desses exemplos ainda pode-se citar outros grupos que estavam na luta por seus direitos como as crianças, os jovens, as mulheres, os índios e os negros.

Considera-se que a Igreja Católica no Brasil e em toda a América Latina sempre foi uma instituição socialmente importante devido, historicamente, ser campo fértil para o catolicismo e isto confirmado com seu grande número de adeptos, pois segundo dados do IBGE, no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, a população que se dizia católica variava em torno de 90%. Nesse período o Brasil vivia uma Ditadura Militar, como já exposto, alguns setores da Igreja a *priori* viam com bons olhos a intervenção militar no Brasil, em meio ao receio da implantação de um estado comunista. Por outro lado, membros importantes da Igreja Católica, a exemplo de Dom Pedro Casaldália, Dom Claudio Humes, Dom Tomás Balduino e Dom Helder Câmara, se opuseram ao Regime Militar, inspirados nos documentos do Concílio Vaticano II (SOUZA, 2004). O clima no Brasil não era favorável a discussões políticas neste período de chumbo, a CNBB e muitas lideranças leigas sofreram duros golpes dos militares.

Alguns bispos foram verdadeiros *profetas da liberdade*<sup>28</sup>, e levaram a Igreja a se posicionar firmemente a favor dos mais pobres e perseguidos, como Dom Helder Câmara. Em consonância com o que dizia o Concílio Vaticano II, Igreja no Brasil, se tornou um instrumento, ou pelo menos boa parte dela, de resistência à repressão.

---

<sup>27</sup> Aqui cabe citar o nascimento da "Comissão de Justiça e Paz", criada em 1967 no Brasil.

<sup>28</sup> Grifo meu.

Anteriormente tínhamos uma instituição aristocrática e tradicional, neste período, ela procurou abrir as portas para o diálogo com o povo (SOUZA, 2004). Justamente nesta abertura por grande parte da Igreja Católica é que a educação popular vai se desenvolver nas CEB's. Nesta perspectiva vai-se observar a partir de agora como este processo se deu e quais as suas implicações para a sociedade daquele período.

## **2.1 ASPECTOS PEDAGÓGICOS DAS CEB's NO BRASIL**

Sobre os aspectos pedagógicos da CEB's num primeiro momento é importante enfatizar o fato de que as CEB's não constituem um conjunto uniforme, elas passam por vários processos de formação. A outra questão importante diz respeito à educação popular e suas várias facetas. Reforça-se a partir do que foi dito acima, que educação popular é aquela produzida pelas classes populares<sup>29</sup>. Este tipo de educação normalmente é produzido por agentes locais de trabalho, ou seja, de pessoas ligadas a movimentos ou partidos políticos (WANDERLEY, 1983).

Em um segundo momento é importante entender o processo educativo nas CEB's na área popular. Para Frei Betto (1985) a educação não resolve todos os problemas da vida, o que as comunidades de base procuram ensinar é uma noção simples: só se pode ensinar aquilo que está disposto a aprender, ou seja, todos participam da aprendizagem do outro de forma livre e espontânea. Para Wanderley (1985) a palavra liberdade dentro das comunidades de base é muito usada, sendo à base dos discursos e da motivação das CEB's, e ela não pode ser entendida como uma concepção abstrata. Liberdade, para seus membros, deve ser entendida como uma prática concreta, como um processo de crescimento contínuo. Esta liberdade, assim como a EP, deve ser aquela feita e buscada pelo próprio povo: agentes, religiosos ou leigos; estes oferecem ao coletivo uma ajuda para a luta de sua libertação.

Outro ponto importante na relação entre EP e as CEB's no Brasil é o chamado golpe civil-militar de 31 de março de 1964, que desarticulou os movimentos de cultura e educação popular, citados no capítulo anterior, inclusive com a prisão de várias lideranças e confisco da maioria do material produzido nestes

---

<sup>29</sup> Classe popular é entendida aqui como todos aqueles que sofrem diretamente os processos de exploração e expropriação capitalista, como os operários e o campesinato (WANDERLEY, 1983,p.687).

espaços. Apenas o Movimento Educação de Base (MEB) teve menor prejuízo por ser ligada à Igreja Católica, mas mesmo assim, as suas escolas radiofônicas tiveram que enfraquecer a sua linguagem nas transmissões. Houve ainda nos anos de 1970, certa resistência na permanência do sistema de alfabetização de Paulo Freire, mas que logo deu espaço ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que se dedicou intensamente na educação em massa de jovens e adultos no Brasil até meados dos anos de 1986 (FAVEO, 2015). Para Ferraro (2007) é dos anos de 1980 em diante, com as chamadas Pastorais Sociais apoiadas pelas CEB's, as principais pastorais que eram ligadas a luta social no Brasil iniciam o processo de cidadania nas comunidades, fazendo uma ligação com os movimentos populares laicos, se destacando:

- Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem uma relação direta com o MST.
- A Pastoral da Saúde abre-se aos Conselhos de Saúde.
- A Pastoral Operária está ligada à luta sindical e à economia sócio solidária.
- A Pastoral do Negro trabalha conjuntamente com a luta dos negros/as.
- A Pastoral da Mulher Marginalizada articula-se com a luta das mulheres e se liga à Marcha Mundial das Mulheres
- A Pastoral da Criança participa dos conselhos da criança e do adolescente e do Conselho Tutelar.
- A Pastoral de Fé e Política articula-se com os Partidos Políticos ligados à luta popular (FERRARO, 2007, p.23).

Desse modo, percebe-se a ligação entre as comunidades cristãs e os movimentos sociais que foram surgindo no Brasil. No final da década de 1970, a ditadura no Brasil não consegue mais conter a força dos trabalhadores, vários movimentos sociais surgiram neste período, como: as associações de moradores; de usuários de transporte coletivo; movimento ecológico; de mulheres; de negros; lutas pela terra; contra a carestia e pelos direitos do consumidor. Todos estes movimentos buscavam uma espécie de libertação para os seus problemas e a EP vinha de encontro para esta busca.

Neste entendimento, Gorgulho (1985) salienta que as CEB's se tornaram uma espécie de escola de liberdade e de libertação, estas comunidades procuravam ser um espaço de um novo modelo de sociedade, seu valor pedagógico é altamente de construção, que na conferência de episcopal latino-americana em Puebla resumiu este entendimento em duas palavras: comunhão e participação (GORGULHO, 1985, p.21). Tornando claro que as Comunidades Eclesiais de Base praticaram uma Educação Popular bastante arraigado na vida do povo pobre e marginalizado.

Frei Betto (1985) resume em cinco pontos básicos o desenvolvimento da pedagogia praticada pelas CEB's: 1) É uma pedagogia que se baseia na solidariedade entre as pessoas; 2) É democrática, pois quem decide é o grupo; 3) Procura ver todos os fatos e acontecimentos aos olhos dos oprimidos; 4) Há uma consciência da vida como um processo histórico; 5) A fé é considerada como capital simbólico, ou seja, a fé pode operar uma transformação na história (BETTO, 1985, p.38-40).

Neste diapasão o foco agora se enfatiza justamente nestes movimentos ligados às Comunidades de Base que de certa forma contribuíram para o fortalecimento da EP no Brasil e na América Latina, marcados como citado anteriormente pela repressão militar. Assim, destacam-se os movimentos: juvenis; do campo e da cidade; as campanhas da fraternidade e os círculos bíblicos; todos eles entendidos como espaços de educação Popular.

Um importante movimento católico atuante de resistência e reflexão popular são as chamadas pastorais da juventude, a partir dos anos 1970, estas se inspiraram na Pastoral dos Operários e na Ação Católica dos anos 1950, fundando grupos de base nas Igrejas com um cunho social e político bastante forte. Assim, citam-se: PJ - Pastoral da Juventude; PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular e a PJR - Pastoral da Juventude do meio Rural e a Pastoral da Juventude do Brasil - PJB (SOUZA, 2014, p. 71). O primeiro grupo citado, a PJ, estende seu modelo aos demais grupos, e tem como base trabalhar com “pequenos” grupos de jovens, com a preocupação constante da formação cristã mediante a vivência e a prática pastoral comprometida com a realidade a sua volta (PJ, 1989).

Para Sales e Maia (2017), é realizando um estudo a partir das orientações encontradas no Marco Referencial da PJB, que se percebe que os grupos de jovens constituem a estrutura básica da Pastoral da Juventude do Brasil, pois procuram se organizar nos meios específicos a que pertencem: as comunidades, paróquias e escolas. As pastorais da juventude estão presentes na formação e preparação dos incentivadores das ideias por ela defendidas. Em função disso os “grupos de base”, ou seja, os grupos de jovens, são considerados pela Igreja mais do que um grupo de diversão e partilha, são um local de formação crítica do sujeito frente à realidade eclesial e social em que este jovem está inserido.

Logo, boa parte da Igreja começa a se dedicar mais à formação de uma parcela importante da juventude e vê com bons olhos a participação dos jovens, pelo

menos até que muitos grupos se decidirem pela resistência política e pela luta armada, incentivando esses jovens a serem engajados na melhoria da própria sociedade. Assim, acredita-se que pelo jovem ser mais livre do que adulto, ele se torna um importante agente comprometido com a libertação.

O jovem, além disso, por ser aquilo que é, torna-se naturalmente um incentivo para o adulto. Por sua vitalidade, inconformismo e senso crítico não deixa que as coisas acomodem (...). A única forma da comunidade não ser velha e acomodada é saber dar atendimento e incentivo a organização da juventude (PJ, 1989, p. 7-8).

Portanto, a juventude, de acordo com esse movimento, é uma “força social”, na medida em que ela luta por objetivos comuns, como qualificação profissional, acesso à educação e a melhoria na qualidade de vida (PJ, 1989). Dessa forma, a Igreja se preocupava com a participação dos jovens no meio social, e queriam que os leigos fossem atuantes na escola, nos bairros, nas associações, sindicatos, nas ONGs, na luta pela defesa da vida e pelos direitos assegurados (SOUZA, 2004).

Outro exemplo importante na luta social de boa parte da Igreja Católica, nos anos de 1980, é a preocupação pela causa dos mais abandonados principalmente no campo, destacou-se neste período: a criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT – esta pastoral fez um papel de denúncias de violências contra os povos nativos e lutou ao lado dos camponeses contra ações de grileiros e incentivando uma tentativa de uma Reforma Agrária (SOUZA, 2004). Para Pietrafesa e Sauer (2005) a CPT sobreviveu à Ditadura brasileira e ainda mobilizou as lutas nos setores populares do meio rural, por intermédio de seu serviço de assessoria aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), incentivou a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) em 1985. Nesse caso, segundo os mesmos autores, a CPT foi criada para o serviço pastoral da Igreja defendendo a causa dos posseiros perseguidos pela expansão do capital agrário, em outras palavras, sua atuação estava na colaboração para um crescimento político nas lutas e organizações do campo.

Para que estes anseios sobrevivessem a CPT procurou conservar viva a perspectiva da reforma agrária buscando a consolidação da democracia e da cidadania no meio rural. Nesta linha, destaca-se o surgimento de vários outros movimentos católicos ligados ao meio rural, como o Conselho Missionário (CIMI), de

1972 que era um produto dos agentes missionários na Amazônia e tiveram uma importante contribuição na luta social, por justiça.

A partir dos anos de 1970 os problemas sociais no campo acabaram se agravando, grande parte dos pequenos agricultores foram expulsos das suas terras de trabalho de forma bastante violenta, surgindo então o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em meio ao aparecimento de muitas organizações populares e sindicais pela luta da terra. De forma oficial, o MST foi fundado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, por ocasião do Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 Estados (COMPARATO, 2001). Assim, o MST nasce questionando a ordem estabelecida e o seu princípio de organização combate o individualismo e o oportunismo, procurando valorizar o conhecimento da classe rural, exaltando as suas lideranças. O Movimento entende que as suas conquistas são obtidas através do povo e em uma luta permanente contra os grandes proprietários de terra (GREIN, 2015).

Neste sentido, qual seria a relação da Igreja Católica com os movimentos sociais como o MST? Segundo Neto (2007) os novos movimentos sociais, com destaque para o MST, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos trabalhadores (CUT), surgiram na forte presença do Cristianismo da Libertação. Focalizando-se mais especificamente as lutas dos trabalhadores rurais e suas relações com a Igreja Católica, principalmente a partir de 1964, onde se tem a organização das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro e a disputa pelo controle de organizações camponesas que foram duramente reprimidas pela ditadura brasileira. O MST aparece neste período como produto de camponeses expropriados de sua terra, ligados principalmente com TdL através da CPT, como pode-se lembrar desta estreita ligação citando a figura de João Pedro Stédile, líder nacional do MST e antigo assessor da CPT nos anos de 1975 em diante.

Caldart (2000) também ressalta a importância da CPT nos movimentos de luta camponesa, afirmando que essa Pastoral contribuiu ardorosamente na organização e na resistência dos trabalhadores do campo. Salienta também que as CEB's haviam se tornado um lugar no qual os trabalhadores se encontravam e organizavam as suas lutas e não foi diferente com o MST.

Nesse seguimento, destaca-se também a figura dos movimentos ecológicos, que atuam principalmente na região da Amazônia. O problema social na região da

Amazônia começa entre os anos de 1970 a 1975, quando os seringais foram vendidos, os seringueiros expulsos de suas casas para a periferia das cidades, sem qualquer indenização, a floresta foi tomada e derrubada sem nenhuma resistência. A única instituição na qual encontravam apoio era a Igreja Católica, por meio das CEB's. Em 1975, foram surgindo com mais força os movimentos sociais no campo como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), por iniciativa da Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (ALLEGRETTI, 2008).

Na luta em defesa dos seringueiros destaca-se de modo especial à figura ícone de Chico Mendes (1944 – 1988). Chico foi um importante ambientalista de sua época, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores e defendeu as causas sustentáveis. Em suas lutas sociais, ligado a CEB's, juntamente com o Bispo Moarcy Grechi, fundou, em 1985, o sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Conselho Nacional dos Seringueiros (MILANEZ, 2013). Morto em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes deixou um legado de intensa disputa política e é fonte de inspiração para movimentos sociais até hoje pelo mundo, porém este importante líder foi morto brutalmente:

Chico Mendes foi alvejado por um tiro de escopeta no peito, na porta de sua casa, em Xapuri, Acre, enquanto saía para tomar banho (o banheiro era externo). No interior da casa, os dois guardas costas responsáveis por cuidar da sua segurança, da polícia militar, jogavam dominó e fugiram correndo ao escutar o disparo. A tocaia foi armada pelo fazendeiro Darly Alves e executada por seu filho, Darcy, junto de um outro pistoleiro (MILANEZ, 2013).

Chico Mendes é um exemplo da luta intensa dos militantes católicos por justiça social, e sua contribuição na aprendizagem para o futuro está no seu testemunho de vida. Cabe citar ainda no legado de Chico Mendes, principalmente a incansável busca de uma educação voltada ao cuidado com a natureza. Em 1981, Chico criou um projeto de alfabetização de adultos e organizou uma cooperativa com os seringueiros envolvidos em embates contra um frigorífico paulista que planejava realizar um grande desmatamento para implantar uma área de pecuária extensiva em Xapuri (ALLEGRETTI, 2008). Logo, desde o seu surgimento, as CEB's vêm combatendo o capitalismo selvagem, as injustiças sociais, o preconceito, a intolerância religiosa, a luta pela terra, dentre outras frentes de lutas (SOUZA, 2004).

De acordo com Souza (2007), outro órgão importante e atuante na área popular ligada à Igreja Católica é a Cáritas Brasileira, um órgão que se dedica, entre

outras coisas, apoiar grupos comunitários de produção coletiva. Tais grupos costumam surgir a partir de clubes de mães e pastorais sociais. Chamados de Projetos Alternativos Comunitários (PACs), esses "empreendimentos solidários" começaram a se formar no início da década de 80, se espalhando por mais de duas dezenas de estados do país, sendo que a maior parte desses grupos apoiados pelas Cáritas está no campo. Em suma, o MST, as Ligas Camponesas e os ecologistas procuraram se educar participando diretamente, e como sujeitos, das ações da luta pela terra, de outras lutas sociais que, aos poucos, foram integrando à agenda do MST e de vários movimentos populares no campo ou na cidade (CALDART, 2001).

No meio urbano, a partir dos anos de 1980, as Pastorais Sociais e os movimentos ligados ao Cristianismo da Libertação tem o seu auge. Neste caso cabe-nos citar alguns importantes movimentos populares urbanos como: a Pastoral da Moradia, a Pastoral do Povo da Rua e o Movimento Nacional dos meninos e meninas de rua (MNMNR). Este último, segundo Machado (2017), surgiu no Brasil através de duras críticas à institucionalização da criança, por meio da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e da Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM). O Fundo das Nações Unidas (UNICEF) juntamente com o Governo Federal, começaram a dar apoio ao projeto chamado 'Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua'. Assim, de 1986 a 1990, o Movimento de Meninos e Meninas de Rua se transformou num movimento nacional, que se fortaleceram com o apoio da Pastoral do Menor (1984) e Pastoral da Criança (1983), estas pastorais que desde décadas de 80 e 90 vem trabalhando intensamente no combate à mortalidade infantil e no desenvolvimento integral das crianças desde sua concepção. Trabalhando assim com o povo simples e humilde, principalmente com as crianças das grandes cidades brasileiras.

Conforme Eggert (2006), outro movimento de grande impacto cultural e urbano é o chamado Teatro Popular, com grande influência do dramaturgo e diretor carioca Augusto Boal, pai do Teatro do Oprimido (1970). Boal aliou-se a educadores e intelectuais da América Latina, dispostos a desenvolver uma tomada de consciência dos oprimidos. Segundo Berger (2012) Boal atuou também nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), estruturados para abarcar cultura e educação de modo associado, buscando desfazer um erro comum nas escolas que era expulsar os aspectos culturais para um plano secundário. Para Eggert (2006), este movimento popular procura através da ação criativa (dramatização, oficinas,

artesanatos) solucionar os seus problemas, considerando assim o teatro como ação. A metodologia do Teatro do Oprimido está organizada em diferentes formas/técnicas de ações dramáticas: Teatro-jornal; Teatro-imagem; Teatro-fórum; Teatro-fotonovela e a Quebra de Repressão. De acordo com Boal (1991) o Teatro do Oprimido, em todas as suas formas, busca sempre a transformação da sociedade no sentido da libertação dos oprimidos.

É principalmente no espaço urbano que temos ainda outros momentos formação de EP como: reuniões, plenárias, seminários, congressos e na participação de cursos formais ou informais. Compreende-se aqui que a Educação Popular se dá onde o povo está; valorizando sempre os seus saberes, ou seja, suas experiências do cotidiano (LARRATEA, 2007). Para que o povo tivesse uma maior conscientização social, fraterna e política mais eficaz na sociedade brasileira a Igreja Católica criou um processo educativo que tem como base a Bíblia e a Teologia, também conhecida como a Campanha da Fraternidade.

A Campanha da Fraternidade (CF) é uma atividade de evangelização pastoral que abrange todo território brasileiro e é promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) envolvendo todas as comunidades cristãs, institutos religiosos, capelas, paróquias, dioceses e arquidioceses, com o objetivo de promover uma reflexão coletiva e social, presente mais intensamente no período da Quaresma<sup>30</sup>. Este processo de conscientização dos temas abordados se dá principalmente através de folhetos, celebrações religiosas e culturais, propaganda na mídia, palestras e reuniões. Esta campanha tem como meta, segundo seus idealizadores, desenvolver a fraternidade e a solidariedade em compromissos concretos, principalmente em favor dos mais pobres (CNBB, 1998). A Campanha da Fraternidade anual não foi pensada a princípio para as CEB's, no entanto, como este material tem um apelo social grande e era produzido por teólogos e líderes religiosos ligados a TdL, as comunidades de base não tardaram a aderir às campanhas.

Segundo Prates (2007), os primeiros esforços para criar a Campanha da Fraternidade se dão nesta efervescência de experiências das eclesiais nos anos de 1960 em diante. Dentre os quais o autor destaca: o projeto de catequese popular da diocese de Barra do Piraí, a Ação Católica brasileira e o Movimento de Natal, este

---

<sup>30</sup> Período de quarenta dias, subsequentes à Quarta-feira de Cinzas, em que os católicos e algumas outras comunidades cristãs se dedicam à penitência em preparação para a Páscoa.

último é como útero da CF segundo o autor. No dia 26 de dezembro de 1963 é firmado pelo secretário da CNBB, dom Ângelo Rossi, um documento que certifica o nascimento da Campanha da Fraternidade, que neste primeiro momento foi denominada de Campanha Nacional, inspirado em um modelo Francês da época. E foi justamente no ano de 1964 que a CF atingiu o âmbito nacional, com o seu primeiro título: “Campanha da Fraternidade – pontos fundamentais apreciados pelo episcopado em Roma”. Ainda segundo Prates (2007), historicamente os primeiros temas desenvolvidos pelas CFs foram inspirados na renovação eclesial do Vaticano II, de 1964 a 1972. Após os anos de 1973 a 1984, as CF’s voltaram-se para vida do cristão, neste segundo momento a Campanha foi inspirada no documento *Gaudium et spes* e nas conferências dos bispos latino-americanos de Medellín (1968) e Puebla (1979). Nessa etapa, optou-se por temas e lemas ligados a realidade social do povo brasileiro, procurando assinalar a justiça e a fraternidade libertadora. Assim, segundo a CNBB, neste segundo momento, tem-se:

- 1975 - Tema: Fraternidade é repartir/Lema: Repartir o pão;
- 1976 - Tema: Fraternidade e comunidade/Lema: Caminhar juntos;
- 1977 - Tema: Fraternidade na família/Lema: Comece em sua casa;
- 1978 - Tema: Fraternidade no mundo do trabalho/Lema: Trabalho e justiça para todos;
- 1979 - Tema: Por um mundo mais humano/Lema: Preserve o que é de todos;
- 1980 - Tema: Fraternidade no mundo das migrações, exigência da Eucaristia/Lema: Para onde vais?
- 1981 - Tema: Saúde e fraternidade/Lema: Saúde para todos;
- 1982 - Tema: Educação e fraternidade/ Lema: A verdade vos libertará;
- 1983 - Tema: Fraternidade e violência/ Lema: Fraternidade sim, violência não;
- 1984 - Tema: Fraternidade e vida/Lema: Para que todos tenham vida;
- 1985 - Tema: Fraternidade e fome/ Lema: Pão para quem tem fome;
- 1986 - Tema: Fraternidade e terra/Lema: Terra de Deus, terra de irmãos;
- 1987 - Tema: A Fraternidade e o menor/ Lema: Quem acolhe o menor, a mim acolhe;
- 1988 - Tema: A Fraternidade e o negro/ Lema: Ouvi o clamor deste povo!
- 1989 - Tema: A Fraternidade e a comunicação/ Lema: Comunicação para a verdade e a paz;
- 1990 - Tema: A Fraternidade e a mulher/ Lema: Mulher e homem: imagem de Deus;

Desse modo, tendo em vista a causa social, a CF de 1975, com o tema: “Fraternidade é repartir”; e com o lema: “Repartir o Pão”. A CF também se preocupou com a Educação, em 1982 com o tema: “Educação e Fraternidade” e o lema: “A verdade vos libertará”; buscou-se refletir um processo educativo da consciência cristã procurando induzir uma conscientização das mazelas do povo,

como a falta de escolas e o crescimento da violência (PRATES, 2007). Com um foco bem semelhante de pequenos grupos de reflexão e análise da conjuntura, os círculos bíblicos foram uma importante ferramenta de educação popular nas comunidades religiosas católicas.

Os Círculos Bíblicos são inspirados na renovação do Concílio Vaticano II e na Leitura Popular da Bíblia, com importantes nomes como o frei carmelita Carlos Mersters, um dos fundadores do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI), junto com outras figuras notórias como Leonardo Boff. Este movimento reúne principalmente membros das comunidades de base para refletir a Bíblia a partir da sua realidade, tendo como embasamento a leitura popular da Bíblia. Os círculos bíblicos se caracterizam também por utilizar pequenos livretos em linguagem popular. Esse movimento popular consistiu numa reflexão das Sagradas Escrituras: “A comunidade toma consciência de que também está escrevendo a sua Bíblia” (BETTO, sem data, p. 11) e acontecem fora do espaço físico da Igreja, normalmente os fiéis se reúnem nas suas próprias casas ou nos espaços pastorais. A CNBB e outros órgãos sociais e teológicos ligados à Igreja Católica, como o Serviço de Animação Bíblica (SAB) e o Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) incentivaram bastante estes encontros. Assim, surgiu em 1971 o Mês da Bíblia, por ocasião dos 50 anos da Arquidiocese de Belo Horizonte. O mês de setembro é dedicado à reflexão de algum texto ou livro da Bíblia, tendo como princípio a leitura popular. Dentro desse mês, os grupos, normalmente pequenos, se reúnem nas casas dos seus membros e a estrutura mais usada nestes livretos eram compostas por: acolhida; oração inicial; leitura bíblica do dia; reflexão do texto (com questões pré-elaboradas); compromisso do grupo; avisos e oração final (SAB, 2016).

Frei Carlos Mesters, relata o seu método popular de ler a Bíblia entre os pequenos grupos de reflexão:

Estou convencido que é fundamental dar ao povo condições de conhecer a história da Bíblia. Neste sentido compreendo que interpretar e compreender corretamente o texto é saber a história à qual o texto se refere e por que ele conta assim (um pouco a história do texto inserida do povo da Bíblia). Vamos então lembrar essa história da Bíblia. Dentro da história do mundo onde foi, quando foi e como foi. Mesmo quem não lê bem as letras, pode olhar o nome e saber onde está escrito. Alguém gritou; “eu me chamo Elias”. Ótimo. Outro falou João... Agora vamos completar os nomes importantes da Bíblia que estão aqui no quadro (MESTERS, 1993, p.7-8).

Como vimos acima, a contribuição para a educação informal nas CEB's no Brasil parece inegável, pois conscientizar o povo e educá-lo para que todos sejam cidadãos emancipados através da reflexão crítica da bíblia, comprometendo-se politicamente é de grande valor para a sociedade brasileira, principalmente porque o foco das CEB's estava no povo simples (MESTERS, 2003).

Nessa situação da Leitura Popular da Bíblia, a Ação Católica trouxe uma nova maneira de se considerar e experimentar a ação reveladora de Deus na história. Neste sentido, o método mais comum na Leitura Popular da Bíblia é o Ver-Julgar-Agir, e mais tarde foi acrescentado: Ver-Julgar-Agir e Celebrar; que vai ser tratado melhor adiante (MESTERS e OROFINO, 2007). No entanto, o que é um círculo bíblico que tanto foi difundido nas CEB's? Mersters nos diz que o:

Círculo bíblico não é uma coisa nova. O primeiro encontro em torno da Palavra de Deus vem do próprio Jesus, quando andava com os dois discípulos na estrada de Emaús. Antes disso, ele mesmo, durante os trinta anos que viveu em Nazaré, todo sábado, participava da reunião da comunidade na sinagoga, onde se faziam três coisas, que até hoje fazemos nos círculos bíblicos: Primeiro, eles rezavam e cantavam juntos. Segundo eles liam e meditavam um trecho da Bíblia. Terceiro, eles procuravam ver como podiam ajudar-se mutuamente para colocar em prática a Palavra e, assim, resolver os problemas da vida (MESTERS, 2016).

Para este Autor, é preciso fazer com que a Palavra de Deus abra os olhos para enxergar onde está Deus na realidade. Ainda segundo Mesters, na leitura que as Comunidades de Base fazem da Bíblia, apesar das diferenças próprias de cada país ou região, existe um método, cujas características básicas são comuns a todos. O método dos pobres, segundo Mesters, se caracteriza por estes três critérios: 1) Os pobres levam consigo, para dentro da Bíblia, os problemas da sua vida. Leem a Bíblia a partir da sua luta e da sua Realidade; 2) A leitura é feita em Comunidade. É, antes de tudo, uma leitura comunitária, uma prática de oração, um ato de fé; 3) Eles fazem uma leitura obediente: respeitam o texto e se colocam à escuta do que Deus tem a dizer, dispostos a mudar se Ele o exigir. Esses três critérios: texto, comunidade e realidade, devem se articular entre si, numa tentativa de escutar Deus na presente realidade onde a comunidade estiver inserida, mas estes três postulados não garantem ainda que a leitura da Bíblia será crítica e "libertadora", eles precisam ser constantemente questionados e atualizados (MESTERS e OROFINO, 2007).

Em suma, nas CEB's a leitura bíblica popular se desenvolve, na prática, uma pedagogia de inclusão, em que os saberes informais (extraescolares) são valorizados e a leitura do mundo dos pobres é vista como sabedoria (ANDRADE, 2002). Neste caso, tendo como foco o povo simples e humilde, as CEB's precisaram de um método bastante eficaz para que este nicho de pessoas pudesse entender com mais clareza o que se dizia nestes espaços religiosos; para isto foi evidenciado o método difundido pela Ação Católica, o chamado ver-julgar-agir, que vamos refletir melhor a seguir.

## 2.2 A PEDAGOGIA DAS CEB's

De acordo com Teixeira (2006), o processo metodológico do ver, julgar e agir pode ser entendido da seguinte forma dentro das CEB's: a) VER: fornece o conhecimento da realidade social, faz uma mediação socioanalítica; b) JULGAR: é um momento teológico de leitura do texto socioanalítico a partir da mediação hermenêutica; c) AGIR: é o momento da mediação prática, dá sentido da vida do povo, de solidariedade efetiva com a sua causa na história. Para que este método tivesse a eficácia necessária era urgente a figura de pessoas capazes de trabalhar e divulgar este método, e para que isto acontecesse foi largamente exalado nas comunidades. O método ver, julgar e agir, também foi amplamente difundido pelo Papa João XXIII, que o reconheceu formalmente na encíclica *Mater. Et Magistra* (1961).

Em qualquer lugar em que esteja, no bairro, no campo ou na paróquia, o agente pastoral (o leigo que anima uma pastoral) ou os religiosos (padres, freiras, irmãos), devem atuar de forma dialética, confrontando os problemas e dificuldades da realidade em que vivem com suas possíveis causas e formas de superação. Neste sentido, para o teólogo Frei Betto este método:

Não funciona de modo linear, como se cada momento tivesse separado um do outro ou em sequências estanques que provocariam, nas sucessões de reuniões, uma espécie de retorno ao ver-julgar-agir. O método funciona, na prática, de modo dialético. O ver traz o seu bojo elementos para o julgar e as exigências para o agir. Cada momento se inter-relaciona com os demais (BETTO, sem data, p. 10).

Para o referido autor, o método do Ver-Julgar-Agir ajudou o povo a perceber e entender a sua realidade e agir sobre ela, caracterizando assim, como uma comunidade libertadora, ultrapassando a visão eclesiástica de Igreja e promovendo a expressão do oprimido (BETTO, sem data, p. 10). De acordo com Mesters e Orofino (2007) a difusão desse método teve ampla divulgação no Brasil através da Ação Católica, este movimento trouxe uma nova maneira de se considerar e experimentar a ação reveladora de Deus na história. Antes de se procurar saber o que Deus falou no passado, procura-se *Ver* a situação do povo hoje. Em seguida, com a ajuda de textos da Bíblia e da tradição das igrejas, procura-se *julgar* a situação. E são eles, os fatos, que assim se tornam os transmissores da Palavra e do apelo de Deus e que levam a *Agir* de maneira nova. Mais tarde foi compreendida a importância de se *celebrar* tudo isto, de maneira mais alegre possível (MESTERS e OROFINO, 2007).

Entretanto, este método não atingia a sua plenitude na educação formal e nem na informal, esse patamar de um ser transformador e comprometido socialmente que o método previa não alcançava a todos. Pelo contrário, a educação no período militar era opressora, voltada para a obediência e a tradição (MOURA, 2000). Para Gonçalves (2006) era necessária à figura de um educador comprometido com a causa dos oprimidos em detrimento de uma educação formal e repressiva, era necessário um educador popular. Quem seria este educador?

O educador (a) popular e/ou do educador (a) social engajado (a), o qual, hoje, não necessariamente um (a) ativista ou militante, mas alguém que – com ou sem formação acadêmica – aproxima-se mais do perfil do (a) professor (a) ou, em alguns casos do (a) instrutor (a), que, orientado por um projeto maior, constitui um (a) entre o (a)s outro (a)s membros de um grupo de trabalho que ganha “ares” de atuação/intervenção técnica. Em geral, a formação deste (a)s educadores (a)s ocorre em serviço, mas, em vez de estar assentada na práxis – no sentido marxista – constitui uma formação na qual existe a presença de orientadores (a)s/coordenadores (a)s desempenhando a função de fazer refletir (GONÇALVES *in*: MOURA; ZUCHETTI, 2006, p. 232).

Como já citado, os adeptos do regime militar e a elite se encarregavam de reprimir e eliminar os líderes militantes políticos, neste caso ser um educador social nesta época não era tarefa fácil. Outra figura importante era do agente pastoral, que se tornou de grande relevância para a propagação dos movimentos sociais ligados às CEB's. Este agente procura conscientizar os membros da comunidade falando-lhes de fraternidade, união, direitos humanos, mundo novo, ricos e pobres, e

juntamente com o povo, ele vai além de sensibilizar a consciência, mobiliza a população através das suas necessidades básicas. Com isso, a EP permite ao povo criar instrumentos próprios para sua organização e ação política, sem prejuízos à comunidade eclesial (BETTO, 2013).

A partir dos anos de 1970 o número de dioceses que aderiram a essa ideia tornou-se determinante para boa parte da sociedade brasileira; foi a partir do VI Encontro Intereclesial de Base em de Trindade (GO) em 1986 que a participação das CEBs vai atingindo os dois mil delegados e o número de bispos presentes se aproxima de uma centena (SOUZA, 2004, p. 78). Nesse contexto, cabe perguntar se as Comunidades Eclesiais de Base, que eram grupos cristãos voltados para o social, têm uma pedagogia própria além do método ver-julgar-agir? Além dele, podemos recordar a análise de conjuntura, um método bastante usado nas comunidades.

Cabe-nos recordar que as CEB's ganham força e vitalidade principalmente a partir dos anos 1980. Com este crescimento a pedagogia das CEB's vai tentar buscar soluções dos problemas sociais locais ou a nível nacional tendo como base a leitura popular da Bíblia. As questões e preocupações sociais que mais apareciam eram as seguintes: moradia, trabalho, salário e aspectos subjetivos que se relacionavam à linha da fé e do nível de percepção que o povo tinha de suas necessidades. O conteúdo teria como base a realidade do povo refletida e apropriada por ele enquanto um conhecimento que se aprofunda e busca formas de transformação (DUARTE, 2012, p.17). Nesta perspectiva, depois de analisada a realidade vigente, os grupos de CEB procuravam idealizar um projeto de sociedade socialista e de justiça social, considerado como necessário para se atingir uma situação melhor. Desenvolve-se o senso crítico da realidade por parte dos membros das comunidades, compreendendo ainda que tal projeto deveria extrapolar o campo religioso e alcançar toda a sociedade (SOUZA, 2004). Outra forma educacional que é marcante nas CEB's é a memória dos mártires, ou seja, daquelas pessoas que foram mortas por sua defesa das causas sociais.

Conforme Souza (2016), as CEB's procuram encontrar vigor na sua caminhada ao celebrarem a vida de homens e mulheres engajados socialmente que foram martirizados, conhecidos no meio das CEBs como 'mártires da caminhada'. Essas celebrações eram uma das formas mais evidentes de que as comunidades 'fazem memória' de seus martirizados. Este ato se dá principalmente através de eventos religiosos públicos como a Romaria dos Mártires da Caminhada e da Terra,

Romaria da Terra e das Águas e também se dá através de atos religiosos como as ladainhas e procissões. Assim, Dom Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), resume o espírito da Romaria<sup>31</sup>:

Cada mártir é um símbolo, um sinal, daqueles índios, posseiros, negros, que foram massacrados, e que são milhões. Na América Latina se conta 80 milhões de massacrados. Esse martírio não é de cada um deles. É de todo um povo. Eles apenas tornam visível essa injustiça vivida no dia a dia (BALDUINO, 2006).

Da mesma maneira que nas romarias procurava trabalhar com os grupos considerados marginalizados pela sociedade, reunindo povos indígenas, quilombolas, camponeses, organizações não governamentais (ONG), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), setores progressistas da Igreja Católica, particularmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Segundo Souza e Ciccarone (2012) o padre jesuíta Bosco Penido Burnier, que era missionário e atuava entre os índios Bakairi, foi assassinado em 1976 na Prelazia de São Félix do Araguaia. O padre Burnier foi baleado na nuca por um policial em outubro de 1976 quando defendia duas mulheres que eram torturadas em uma delegacia de Ribeirão Cascalheira (MT), em plena ditadura militar (1964-1985). A ata na qual a Comissão Especial para os Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça que reconhece que Burnier foi uma das vítimas do regime militar foi publicada ontem no “Diário Oficial da União” (CNBB, 2010). Durante essas romarias, os nomes dos chamados ‘mártires da caminhada’, são invocados e lembrados, através de cartazes e estandartes, em diversos momentos, ao que todos respondem em conjunto: presente! Repetida três vezes a cada invocação. Assim, cabe destacar os principais nomes<sup>32</sup> que são constantemente recordados em cantos ou ladainhas nas comunidades: Pe. Josimo, Marçal Tupã-Y Guarani, Vicente Canãs, Margarida Alves, Zumbi dos Palmares, Frei Tito, João Bosco, irmãs Cleusa e Adelaide Molinari. E cabe ainda citar os mártires referência no Estado de Goiás, como o Tião da Paz e Nativo da Natividade. Este último foi um importante sindicalista rural, Nativo foi assassinado a mando de um político de Carmo do Rio Verde, em Goiás, no ano de 1985. Segundo relatos da época o assassinato fora

---

<sup>31</sup> Cf. Revista Porantim, ago. 2006: Romaria dos Mártires da Caminhada, p. 8.

<sup>32</sup> Cf. Ofício Divino das Comunidades, 2016, p. 660-661.

encomendado pelo então prefeito da cidade, Roberto Pascoal Liégio e por forças políticas regionais (BELÉM, 2014).

As transformações nas práticas dos cristãos católicos foram mudando aos poucos, muito pelo espírito questionador das Comunidades Eclesiais de Base. Parte disso decorria do fato de que rituais, celebrações, cantos, caminhadas, passeatas, audiências públicas, congressos, seminários e cursos das CEB's têm uma eficácia na movimentação e articulação dos movimentos e das pastorais sociais no Brasil (COSTA, 2010). Neste sentido, o povo se sentiu impelido a buscar novos horizontes para a sua vida, tendo como base a ideia de um Deus que está junto com eles, em especial aos mais pobres. Procuraram torna-se um povo consciente do seu lugar no mundo, buscando ferramentas na espiritualidade para a luta por justiça social. Portanto as CEB's, "ensinavam a pescar o peixe" (SANTOS, 2013, p. 63). Mas que tipo de educação as CEB's buscavam? Num primeiro momento pode-se dizer que ela buscava uma educação libertadora.

Esse processo educacional libertador não era tarefa fácil para aquela época, contudo todo este avanço não era algo uniforme dentro da Igreja Católica, pois a maioria dos bispos do Brasil daquela época procurava incentivar uma educação que de fato fosse libertadora. Neste caso, em seus principais documentos sobre a educação, a Igreja defende o direito e dever de todo ser humano ter uma educação de qualidade, pois a educação é compreendida como um meio para libertação do homem. Assim, segundo os bispos do Brasil, as instituições devem ter consciência da sua dimensão política e de sua ação pedagógica e posicionar-se através de práticas em favor da construção da nova sociedade (CNBB, n°47). A educação tem como pedra fundamental a construção da:

Cidadania que se traduz na consciência e na prática por direitos e deveres; é a força do cidadão; é o seu "*status*", o seu distintivo, a sua forma de participar na construção da cidade. Os atos de cidadania é que vão garantir a implantação dos direitos (CNBB, 1992, p. 45).

Neste sentido, a Igreja acredita que toda a comunidade eclesial – os fiéis leigos (as), os religiosos e os sacerdotes – recebem a força de Deus para a construção da sociedade e juntos podem atuar na conscientização da liberdade de todos os irmãos. Com isto, a educação e a evangelização têm características semelhantes, pois a evangelização trabalha o processo que integra fé e vida, por

outro lado, a ação educativa carrega em si “dimensões e valores da boa nova do Reino”, portanto, a educação é compreendida na Igreja como campo de missão (CNBB, 1992, p. 57-58).

Em suma, as CEB's incentivaram a formação não somente dos cristãos, mas também de cidadãos comprometidos com o seu meio, inseridos em todos os lugares possíveis como nos bairros, nas escolas, nos sindicatos, nos partidos políticos, dentre outras formas que necessitam de liberdade. Balbina (1)<sup>33</sup>, uma das entrevistadas, resume bem isto dizendo que “nas CEB's as relações entre as pessoas são de um compromisso coletivo e de cuidado de um com os outros, dentro e fora da Igreja”. São justamente estes espaços que estão além dos ambientes físicos da Igreja que vamos refletir a partir de agora, principalmente a figura do educador social de Paulo Freire, que tanto contribuiu para a educação no Brasil.

### **2.3 PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO POPULAR**

Experienciando como base a luta por uma educação para o povo mais pobre e uma educação verdadeiramente libertadora, o militante mais ilustre dessa causa foi sem dúvidas, como já mencionamos, o educador pernambucano Paulo Freire (1921 – 1997), militante de causas sociais, contribuiu numa perspectiva de Educação Popular voltada para as camadas mais sofridas da população (FILHO, 2006). A obra mais conhecida de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido* (1968), escrita por ele no exílio no Chile, demonstra um crescimento no Brasil e na AL a procura por uma Educação Popular; e os movimentos populares da Igreja Católica foram sem dúvidas um campo fértil para este tipo de educação (MELLO, 2008). Neste sentido, quem foi Paulo Freire? Este importante educador nasceu no Estado do Pernambuco, na capital Recife em 1921 e faleceu no ano de 1997. Freire é considerado o patrono da educação brasileira, se formou inicialmente em Direito, mas não exerceu a profissão, seguiu a carreira de professor de literatura no Colégio Oswaldo Cruz entre os anos de 1941 e 1947, foi diretor de Educação e Cultura no SESI, esteve também na direção do Departamento de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962 a 1964), e essas experiências o projetaram como uma

---

<sup>33</sup> Entrevista realizada dia 05/07/2018

referência para as capitais nordestinas. Todo seu trabalho consistiu na sua dedicação à prática da liberdade através da educação e da cultura.

Freire foi um pensador comprometido com a educação brasileira, em seus escritos ele procura dar um sentido maior à alfabetização, pois aprender a ler e a escrever ajudam o homem a ser autor da sua própria vida, a “biografar-se, existenciar-se, historicizar-se” (FREIRE, 2013). Neste sentido, Paulo Freire trabalha uma dimensão importante para o desenvolvimento da educação popular que é a conscientização da realidade, colocando em discussão como o *status quo* ameaça à liberdade. Outro fator de relevância, é a luta pela humanização, pelo trabalho livre e liberdade de si. Portanto, Paulo Freire, procura trabalhar com educação que liberta o oprimido do opressor, valorizando assim, os conhecimentos do povo simples em detrimento de verdades eternas da elite (FREIRE, 2013). A sua obra mais renomada, “Pedagogia do Oprimido”, busca este sentido de liberdade e humanização:

A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização (...). Portanto, ninguém tem a liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem (FREIRE, 2013, p. 44-47).

Desta forma, os oprimidos não devem ter medo de libertar-se do pensamento do opressor, ou seja, precisam desalienar-se, reconhecer-se como autores da própria história e serem capazes de modificar o seu meio (FREIRE, 2013). Os oprimidos, contudo, não devem se acomodar-se e ter medo de lutar. Paulo Freire critica os modelos antigos de educação, que denomina de educação bancária, que segundo ele reproduz os mecanismos de opressão da sociedade capitalista (MELLO, 2008). Neste sentido, a liberdade é algo importante, mas difícil de ser alcançada, pois Freire considera a liberdade como um parto doloroso, retornando a ideia de homem novo, que supera as contradições e engaja-se na luta por libertação. O único meio para poder alcançar essa liberdade é através da *práxis*, que é a “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2013, p.52). Trata-se de um processo de libertação, não apenas de uma luta individual, mas sim coletiva e política, daí a sua máxima “ninguém educa ninguém, como tão pouco se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão” (FREIRE, 1983,

p.79). Desta forma, esta superação da dominação do opressor, provém da inserção dos oprimidos na realidade em que atuam. O processo educativo, na realidade popular, é marcado pela reflexão, testemunho e prática (AMADO, 2003).

Consegue-se localizar na trajetória de Paulo Freire ainda num período anterior às CEB's, uma relação íntima com a efervescência dos movimentos sociais e culturais através das Ligas Camponesas no Nordeste, do Movimento Estudantil e Sindical, dos Centros Populares de Cultura ligados a UNE e sua estreita ligação com a Igreja Católica atuando no Movimento de Educação de Base – MEB (MELLO, 2008). O MEB, criado por Freire juntamente com Osmar Fávero, este último como coordenador nacional, entre os anos de 1961 e 1966, foi um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, constituído como sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Distrito Federal. O MEB tinha como objetivo desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, com uma duração inicial de apenas cinco anos (FAVEO, 2004). Fundado em 21 de março de 1961, este órgão desde a sua origem teve uma preocupação social e educacional bastante forte, como podemos conferir no documento de criação:

Considerando no seu todo o Brasil é um país subdesenvolvido, analisando-o por Estados, porém encontramos dois brasis o sul, em vias de desenvolvimentos e o Norte, o centro-oeste, e o grande nordeste que apresentam ao desenvolvimento conjunto do país uma grande reserva de marginais, subdesenvolvidos, subalimentados, analfabetos, elevado índice de mortalidade infantil, baixa renda per capita, baixa padrão de vida e grande parte da população, sobretudo rural, vivendo, ainda, em um regime patriarcal (MEB: documentos legais. Apostila 1, série A. s/l: s/d, p.35. Fundo MEB. Acervo CEDIC).

Para um país que necessitava sair de uma situação de subdesenvolvimento, o MEB propôs, no seu documento de fundação, atingir a principal meta do desenvolvimento integral do povo, em quatro pontos: 1º Alfabetização e iniciação em conhecimentos; 2º Conscientização do povo; 3º Animação de grupos de representação, promoção e pressão; 4º Valorização da cultura popular, pesquisando, aproveitando e divulgando as riquezas culturais próprias do povo. Com estes quatro pontos fica clara a opção preferencial pelas áreas populacionais do país nas quais os indicadores socioeconômicos revelavam situação de muita pobreza. Para que o método do MEB conseguisse alcançar um número grande de pessoas, principalmente os que se encontravam mais vulneráveis socialmente, a

CNBB colocava à disposição do Governo Federal a rede de emissoras filiadas à RENEK – Representação Nacional das Emissoras Católicas, comprometendo-se a usar de forma correta os recursos do governo e a mobilizar voluntários, principalmente para atuar junto às escolas como monitores e às comunidades como líderes.

Segundo Fávero (2004) o MEB tem sua origem nas experiências de educação pelo rádio, realizadas por D. Eugênio Sales na Diocese de Natal e que por sua própria iniciativa em Sergipe, formalizou a Presidência da República, em nome da CNBB, o pedido de criação das escolas radiofônicas. Destacando ainda o seu valor educacional, mas uma educação que foge do tradicional, ou seja, uma educação de base, assim o esforço quantitativo do MEB foi que:

Cerca de 450.000 alunos já concluíram o ano escolar nas Escolas Radiofônicas do MEB, desde 1961. Em dezembro de 1966 (depois da redução de sua área de atuação) o MEB contava cerca de 2.600 Escolas e 30.900 alunos matriculados. Em 1963, ano de expansão do trabalho, o MEB contou com pouco mais de 7.000 Escolas e aproximadamente. 146.000 alunos.

Nota-se acima a eficácia do método de alfabetização de Paulo Freire, que juntamente com o MEB e as escolas radiofônicas fizeram muito para a educação brasileira. Considera-se como a mais importante e ampla experiência de educação popular através do rádio, baseada numa experiência da Colômbia.

O período de grande impacto desse movimento foi na década de 1960 e se caracterizou por intensos debates ideológicos, questionando as estruturas socioeconômicas da época. Os debates eram extensos, compreendendo: “educação de Base, Sindicatos, Cooperativas, Clubes de Mães e de Jovens, Formação de líderes políticos e religiosos, cuja função era correlacionada com a modernização da sociedade Brasileira” (SANTOS, 1993, p.55). Através da recepção organizada do rádio educativo no Brasil, o MEB esteve presente, entre os anos de 1961 e 1966, em quinhentos municípios de catorze estados e no território de Rondônia. No ano de 1963 mantinham em funcionamento 7.353 escolas radiofônicas, através de 29 emissoras católicas (BAUMWOGEL, 2008).

Este projeto de educação de base começou justamente no Nordeste, na cidade de Angicos/RN, em 1963, onde mais de 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em apenas 45 dias, o que foi algo revolucionário para época. Mais

adiante Paulo Freire foi convidado pelo então Presidente João Goulart e pelo Ministro da Educação Paulo de Tarso para implantar um plano nacional de alfabetização de adultos (GADOTTI, 1989). Sem dúvida que um dos maiores legados de Paulo Freire foi ter difundido e dado consistência prática à noção de Educação Popular. Freire inspirou e inspira gerações de educadores críticos e radicais, em busca de uma educação libertadora. A Educação Popular, em sua essência, afirma-se como um instrumento de luta contra a hegemonia de classes dominantes, parte sempre dos saberes, das experiências e das culturas das classes populares. Assim, pode-se entender que não é nada mais 'anti-freiriano' do que sacralizar o saber ou torná-lo um receituário; o educador tem a liberdade de construir o seu estilo e enriquece o coletivo compartilhando suas descobertas (MELLO, 2008).

Nesta perspectiva, cabe-nos a partir desse momento refletir como foi a recepção da Educação Popular pelas Comunidades Eclesiais de Base da Arquidiocese de Goiânia. Pois o estado de Goiás foi por muito tempo uma referência no movimento das CEB's do Brasil e da América Latina, tanto que recebeu como supramencionado, o VI Encontro Intereclesial de Base em 1986 em Trindade. Nessa história atuaram figuras importantes do meio religioso, como Dom Fernando Gomes, Dom Tomás Balduino e Dom Antônio Ribeiro.

## **2.4 ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA**

A princípio, cabe-nos adentrar nas raízes da formação e organização da Igreja Católica em Goiás. Para Lemos (2012), a região Centro-Oeste, em especial o estado de Goiás foi palco de enriquecedoras expressões religiosas, como festas dos padroeiros, romarias, reisado, congadas, e a popular romaria do Divino Pai Eterno. As CEB's também têm o seu papel de destaque como um espaço bastante dinâmico em todo o estado de Goiás. A historiografia oficial da Igreja Católica em Goiânia<sup>34</sup> remonta inicialmente à Diocese de Goiás, que foi criada em 1745 pelo então papa Bento XIV. De acordo com Silva (2001) a Diocese de Goiás foi elevada a arquidiocese<sup>35</sup> em 18 de novembro de 1932. Isto aconteceu no

---

<sup>34</sup> Cf. [arquidiocesedegoiania.org.br](http://arquidiocesedegoiania.org.br).

<sup>35</sup> Uma arquidiocese, assim como uma diocese, são circunscrições territoriais administradas por um bispo, por um arcebispo ou por um patriarca.

episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Em 26 de março de 1956 foi extinta a arquidiocese de Goiás, devido à transferência da capital do Estado para Goiânia. Na bula, *Sanctissima Christi Voluntas*, de sua constituição, a então Arquidiocese de Goiânia era formada por:

Goiânia - Anicuns - Aloândia - Abadiânia - Anápolis - Bela Vista de Goiás - Buriti Alegre - Caldas Novas - Campo Alegre de Goiás - Catalão - Corumbaíba - Cristalina - Cristinópolis - Cromínia - Cumari - Edeia - Goiatuba - Guapó - Goiandira - Hidrolândia - Ipameri - Ituaçu - Itumbiara - Inhumas - Jaraguá - Jandaia - Leopoldo de Bulhões - Luziânia - Mazagão - Maripotaba - Morrinhos - Nazário - Nerópolis - Nova Aurora - Orizona - Ouvidor - Palmeiras de Goiás - Palmelo - Panamá - Paraíba de Goiás - Paraúna - Petrolina de Goiás - Piracanjuba - Pires do Rio - Pontalina - Santa Cruz de Goiás - São Francisco de Goiás - Silvânia - Trindade - Urutaí - Vianópolis (DUARTE, p.15).

Assim, é possível notar que a extensão territorial da arquidiocese era grande, e esta era composta inicialmente por 52 municípios. Neste sentido, de acordo com os dados oficiais da Arquidiocese de Goiânia, podem-se dividir em quatro fases históricas importantes: a) Primeira fase – de 1955 a 1957. Criação da Arquidiocese de Goiânia pelo papa Pio XII: a) Segunda fase - De 1957 a 1986. Em 16 de junho de 1957, instalação da arquidiocese pelo então núncio apostólico no Brasil, Dom Armando Lombardi. b) Terceira fase – de 1986 a 2002: Dom Antônio Ribeiro de Oliveira sucedeu a Dom Fernando e esteve à frente da Arquidiocese entre os anos de 1986 e 2002. c) Quarta fase – de 2002 até 2017: Com o acolhimento da renúncia de Dom Antônio, Dom Washington Cruz foi nomeado Arcebispo de Goiânia em 8 de maio de 2002. Na área da educação dinamizou a Universidade Católica de Goiás que, em 2009 passou a ser reconhecida pelo Vaticano como de direito pontifício.

No campo educacional, de acordo com Pinheiro (2017), a atuação da Igreja Católica em Goiânia mostrou-se bastante fecunda com a criação de várias escolas de cunho tradicional. Até a década de 1960 foram criados vários colégios religiosos ligados que procurou atender as famílias que chegavam à nova capital do estado. O Colégio Santa Clara, fundado pelas Irmãs da Terceira Ordem Seráfica atuava em Campinas desde 1921 e foi o primeiro colégio católico a atender à nova capital. Em 1937, foi fundado o Colégio Santo Agostinho; o Ateneu Dom Bosco em 1941; o Externato São José em 1948; o Instituto Maria Auxiliadora em 1956; o Colégio Marista em 1962, e o Colégio Santo Agostinho em 1964. No campo universitário foi criada em 1959 a Universidade Católica de Goiás, a primeira Universidade do

Centro-Oeste do Brasil, e hoje intitulada de Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Após as leituras teóricas, que fundamentam esta proposta, vai-se procurar demonstrar a seguir que as Comunidades Eclesiais de Base têm uma estreita ligação com a educação, principalmente a Educação Popular. Para isto, foi feito um estudo das CEB's na Arquidiocese de Goiânia (Goiás), com um objetivo central de entender o processo de Educação Popular dentro de instituições religiosas ligadas a Igreja Católica.

## **2.5 CEB's NA DIOCESE DE GOIÁS**

Em primeiro lugar cabe-nos refletir a historiografia das CEB's no Estado de Goiás e para logo em seguida analisar a sua influência na Arquidiocese de Goiânia. Neste caso, os dados da pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo mostram que tradicionalmente a Igreja Católica não se mostrou alheia às questões populares, essa situação, como foi supramencionado, teve seu auge a partir do Concílio Vaticano II. Em Goiás, segundo Borges e Silva (2016), algumas lideranças religiosas diocesanas locais abdicaram da evangelização das elites dominantes e foram ao encontro das classes populares. O marco disso, segundo os autores, foram as Assembleias Diocesanas realizadas anualmente entre os anos de 1968 e 1972. A quinta e última realizada no ano de 1972, sob a gestão de Dom Tomás Balduino, fez surgir um documento chamado de Decisões da 5° Assembleia Diocesana, e expressava o apoio da Igreja local para evangelização das bases da Diocese da Cidade de Goiás. Esta evangelização afirmava o compromisso da evangelização de libertação por meio do engajamento social e para que isto acontecesse, foram criados para evangelizar as CEB's, os chamados Grupos de Evangelho.

Para Balduino (2011), as recém-nascidas Comunidades Eclesiais de Base foram incentivadas a terem maior autonomia, mais compromisso com a libertação do povo e a valorizarem a cultura popular. Neste caso, segundo a CPT (2017), no subsídio da 16° Romaria da Terra e das Águas, afirma que foi durante o arcebispado de Dom Tomás Balduino (1967 – 1998) que toda a Igreja em Goiás tem a presença efetiva no meio dos mais pobres. Assim, a Diocese de Goiás tornou-se um espaço político e teológico de acolhimento das experiências de luta dos sujeitos das comunidades, cujos saberes consistiam em base para a transformação da realidade

opressora daquele período. Neste sentido, cabe-nos perguntar qual foi a efetiva atuação das Comunidades de Base na Arquidiocese de Goiânia?

### **2.5.1 CEB's na Arquidiocese de Goiânia**

Conforme Rodrigues (2015), influenciada pelo caráter progressista da Igreja na Cidade de Goiás, os primeiros movimentos de cunho sócio educacional ligado à Igreja Católica do Brasil que chegaram a Goiânia foram as CEB's e o MEB<sup>36</sup>. Reiteramos aqui que no início da década de 1960 as Escolas Radiofônicas, inspiradas nas experiências de Aracaju e Natal; o MEB-GO procurou desenvolver um trabalho de educação de adultos via rádio. Para Perálias (2005), apesar do MEB ter sido praticamente extinto com o golpe militar de 1964, as comunidades, a partir dessa data, já estão relativamente organizadas em torno da Bíblia e reunidas em pequenos grupos. De forma que na década de 60, apoiadas por Dom Fernando, as CEBs vão ganhando corpo, chegando a ser, na década de 1970, uma realidade espalhada pela Arquidiocese. Os trabalhos de base intensificam-se com os grupos de reflexão em torno da Palavra de Deus, discutem-se os problemas do lugar e das comunidades e buscam as soluções para seus problemas cotidianos. Em 1977, as CEB's entram como prioridade no 1º Plano de Pastoral da Arquidiocese. Com as entrevistas de campo, que serão aprofundadas no próximo item, pode-se constatar que a luta do povo pobre, que frequentava as CEB's, das periferias de Goiânia se daria na possibilidade de construir um projeto alternativo de sociedade.

Esses aspectos demonstram o papel social e educacional que as CEB's realizavam em Goiânia a partir da década de 1980, pois elas contribuíram para a organização dos setores populares e para a formação de agentes numa visão libertadora. Estes encontros aconteciam principalmente no Centro Pastoral Dom Fernando (CPDF), um espaço que procurava acolher pessoas de diversas cidades de Goiás e de outras localidades para encontros de formação, palestras, simpósios e outras atividades pastorais e sociais apoiados pela Igreja Católica em Goiânia. Considera-se a pessoa de Dom Fernando Gomes, bispo de Goiás a figura mais marcante para que as CEB's no estado de Goiás ganhassem corpo e vigor.

---

<sup>36</sup> Cf. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 3, nº 6, 2015.

Fernando Gomes dos Santos, filho de Francisco Gomes dos Santos e Veneranda Gomes Lustosa, nasceu em Patos, Paraíba, dia 4 de abril de 1910, e teve sete irmãos. Começou a vida como sacerdote na sua cidade natal e não tardou para ser indicado para Bispo, sendo sagrado em 4 de abril de 1943, dia em que completou 33 anos, tornando-se então o Bispo mais jovem do país na época. Como bispo de Aracaju, Dom Fernando participou, ao lado de Dom Helder Câmara, do processo de articulação de um organismo para unir nacionalmente os bispos do Brasil, culminando na criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, cujos primeiros passos se deram no seio da Ação Católica Brasileira (BORGES, 2011).

De acordo com Borges (2011), Dom Fernando assumiu a Arquidiocese de Goiânia em 1957, em meio à construção de Brasília e continuou sua contribuição com o projeto católico de apresentar alternativas cristãs para os problemas sociais, como a Ação Católica e a JUC, buscando reconquistar o espaço perdido pela Igreja. Dentre os movimentos implantados por Dom Fernando em seus primeiros anos à frente da Arquidiocese destaca-se neste estudo o que se refere à área educacional: o MEB, este movimento contou ainda com o apoio do estado. O maior marco do episcopado dele em Goiânia foi à participação no grande concílio. Segundo Beozzo (2005), Dom Fernando participou das quatro sessões do Concílio Vaticano II (1962-1965) marcando presença com seis intervenções. Dom Fernando ainda foi um dos coordenadores da conferência dos bispos da América Latina em Medellín (1968).

Mas os conflitos com o regime militar não foram nada fáceis para Dom Fernando. Um dos marcos desse momento foi à publicação do documento: *Marginalização de um povo – Grito das Igrejas*, em 1973, assinado por seis bispos da Regional Centro-Oeste da CNBB. Este documento denunciava os problemas enfrentados pelo homem do campo em relação aos proprietários de terra que os exploravam. Outro marco importante foi o dia 2 de abril de 1968, quando policiais à paisana atiraram em dois estudantes que se refugiavam na catedral: Telmo de Faria e Maria Lúcia Jaime. Porém, não foram apenas os conflitos políticos e sociais que marcaram a vida Dom Fernando, as CEB's tiveram um importante crescimento na Arquidiocese, tendo sido incorporadas ao Plano Pastoral principalmente a partir do ano de 1978. Dom Fernando também defendia uma educação de qualidade tanto que as manifestações dos professores em greve, que inicialmente eram na Praça Universitária, mas devido à repressão policial, passaram a ocorrer na praça da

catedral, Rua 10, pois contavam com o apoio de Dom Fernando. O arcebispado de Fernando foi considerado corajoso e inovador para época, acumulando muitos amigos e inimigos. O arcebispo de Goiânia faleceu no dia 1º de junho de 1985, devido a um câncer, depois de se submeter a três cirurgias no período de pouco mais de um ano. O seu sucessor, Antônio Ribeiro, tentou seguir a mesma linha de atitude (BORGES, 2011).

Antônio Ribeiro de Oliveira nasceu no ano de 1926, no dia 10 de junho, na cidade de Orizona, antiga Campo Formoso, no Estado de Goiás, onde foi pároco e bispo da região por cerca de 10 anos. Em 1961 ele é eleito bispo auxiliar de Goiânia, no intuito de suceder o arcebispado de Dom Fernando Gomes. No dia 23 de outubro de 1985 foi promovido a arcebispo. Na missa de 50 anos de sacerdócio de Dom Antônio, Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Felix do Araguaia (MT), disse a seu respeito<sup>37</sup>:

Dom Antônio, sendo arcebispo de Goiânia, tem-se visto na missão – evangélica e, em boa medida, política também – de suceder, com humildade e caridade ao grande patriarca Dom Fernando, de ser uma mediação com clara autoridade moral no Regional Centro-Oeste da CNBB e de ser porta-voz da Igreja.

Neste sentido, nota-se a responsabilidade social e política de Antônio em substituir um bispo bastante popular como foi Dom Fernando. Segundo Coutinho (2006), o lema do seu arcebispado: “Para que todos sejam um” já demonstra o caminho de Dom Antônio em Goiânia, a exemplo disso, pode-se citar que desde 1976 exerceu um cargo político, foi membro do Conselho Estadual de Educação de Goiás. Em suma, para Silva (2007), Dom Antônio incentivou a participação e o protagonismo dos leigos, respeitando as diferenças, inculturando o Evangelho, levando a Igreja para as periferias da cidade.

Conforme Schiavo (2001)<sup>38</sup>, houve durante o arcebispado de Dom Antônio um esforço para assimilar o espírito das CEB's na arquidiocese de Goiânia. Para o autor este esforço se dá na presença de muitos grupos de base, onde se faz a reza, escuta a Bíblia e se vive a solidariedade com os mais necessitados. O autor reforça ainda que o espírito comunitário dos leigos (as) na participação ativa nas celebrações, nas pastorais e nas organizações sociais é o ponto alto da CEB em

---

<sup>37</sup> Cf. SPAR 1999, p.83.

<sup>38</sup> 9º Assembleia das Comunidades e Paroquia (síntese e comentário) 2001, n.1, 2 e 3.

Goiânia. Para Peralías (2005), a afirmação das CEB's na Arquidiocese de Goiânia se consolidou na 3ª Assembleia realizada entre os dias 20 e 22 de novembro de 1981, a preocupação com a CEB era o tema principal, cujo tema era: uma reflexão sobre a realidade para descobrir a nova missão da Igreja, assim as CEBs se tornou a primeira prioridade na Arquidiocese. Nesta reunião é constituída a Comissão Arquidiocesana das CEBs. Segundo a autora, os primeiros passos dados pela comissão são: conhecer a realidade das CEBs, através de visitas a todas as comunidades e a organização de um encontro de formação para animadores (Revista da Arquidiocese, 1981, p.731-732).

Ainda de acordo com Schiavo (2001), anos mais tarde, Dom Antônio reitera uma atenção especial as Redes de Comunidades, sobretudo nas periferias. Para melhor organização e formação dos integrantes a Arquidiocese de Goiânia foi dividida em 12 regiões<sup>39</sup>: Região Sul 1 e 2 (Aparecida de Goiânia); Região Leste; Região Alto da Poeira; Região Centro; Região Canaã; Região Dom Fernando; Região Romeiros; Região Norte; Região Pai Eterno; Região Pe. Lancísio (Caldazinha) e a Região Sudoeste. Para, Filho (2001), estas “Regiões Pastorais” são subdivisões da cidade de Goiânia acrescentadas a municípios circunvizinhos, obedecendo às configurações geofísicas da cidade.

Em cada Região Pastoral há um determinado número de paróquias, variando entre 10 e 12. Em 1990 a Arquidiocese de Goiânia abrangia 23 municípios e estava estruturada em 11 Regiões Pastorais, que congregavam 58 paróquias. Assim, na década de 1980 as CEB's reafirmam-se cada vez mais. Neste sentido, com os dados acima, fica claro a preocupação de Dom Antônio na manutenção e irradiação das CEB's em todo o território da Arquidiocese de Goiânia, sendo esta diocese uma referência em todo o Brasil.

## **2.6 A PESQUISA DE CAMPO: INSTITUIÇÕES E MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR NA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA**

Acredita-se que a Igreja Católica sempre foi uma grande 'educadora' desde os primeiros anos da colonização no Brasil. A Igreja tem uma máquina intensa de folhetins, de revistas, de escolas e de universidades espalhadas por todo o país. A

---

<sup>39</sup> Revista da Arquidiocese ano XLIV – 2001, n.1, p.70-72.

partir dos anos de 1960 muito desse potencial educativo foi colocado a serviço do povo como um possível instrumento de libertação (WANDERLEY, 1985). Pressupõe-se aqui a importante e efetiva contribuição da Igreja Católica em Goiânia para este processo educativo.

Todo este processo percebido neste estudo foi realizado através de uma criteriosa pesquisa de campo<sup>40</sup>, revisão bibliográfica e em sites ligados à arquidiocese. Aliada às entrevistas realizadas, pode-se conhecer as instituições religiosas católicas de cunho educativo popular, ligadas à Arquidiocese de Goiânia. Buscou-se averiguar o que poderia parecer uma evidente educação ligada às camadas mais marginalizadas e que a data da sua fundação fosse a partir dos anos de 1980 ou que receberam influências a partir desse período. Constatou-se inicialmente que essas instituições pesquisadas estavam em sua maioria ligada a congregações religiosas masculinas ou femininas ou em algumas raras exceções coordenadas somente por leigos, com o auxílio do pároco local. A pesquisa levantou vários problemas a serem enfrentados para a instalação de uma educação voltada as camadas mais desfavorecidas da população. Por isto, de acordo com os dados empíricos da pesquisa de campo, foi possível conhecer algumas instituições que são ligadas de alguma forma as CEB's em Goiânia e região metropolitana. Assim cabe-nos citar: Centro Juvenil Padre Giovanni Pini (Irmãs Salesianas); Lar Pio XII (Irmãs Dominicanas) e o Centro de Referência à criança e ao adolescente – CRESCER (Congregação São Pedro Ad' vincula). Instituições estas que a mais de 30 décadas fazem um trabalho junto à comunidade local atendendo jovens, crianças e adultos em situação de risco e vulnerabilidade social, auxiliando-os com projetos socioeducacionais ou trabalhos manuais.

Outro ponto importante da pesquisa é a questão do lugar. Ficou evidente no questionário da pesquisa de campo, que os entrevistados procuraram ver a memória do local onde os participantes da CEB's frequentavam, este dado demonstra a questão do enraizamento, ou da fragmentação, na seguinte pergunta: Onde é a CEB da qual você participava/participa? A maioria, 17 dos entrevistados, atuou ou atua no estado de Goiás ou na Região Metropolitana de Goiânia. Esta expectativa fica

---

<sup>40</sup> foram 20 entrevistados, entre homens e mulheres acima de 30 anos de idade, que de alguma forma participa ou participaram das CEB's.

evidente na fala de uma das entrevistadas, Eunice (7)<sup>41</sup>: “por trinta e dois anos inseridos na luta com os menos favorecidos e lutando por dias melhores”.

Constatou-se também que os membros das comunidades goianienses, principalmente as lideranças, procuravam se engajar em associações de moradores, em sindicatos de trabalhadores, com intuito de realizar reflexões e discussões sobre a realidade social que os cercavam. Esta ideia fica evidente no depoimento de Carlos (9)<sup>42</sup>:

“[...] as CEB’s contribuem para trabalhar a autogestão das comunidades e a solidariedade, estimulando a ações comunitárias no campo da agricultura familiar e da economia popular solidária, valorizando as riquezas locais e as ações/trabalho do povo”.

Estes dados nos ajudam a entender e a desfazer alguns mitos, como o fato de que a religião deve somente se preocupar com a fé do povo, esquecendo-se de todo o resto. Como já enfatizado anteriormente, existem vários projetos em diversas localidades de Goiânia e na região metropolitana que procuram realizar um projeto social com a população de forma sistemática e efetiva. No entanto, os dados acima confirmam a questão da participação das CEB’s na frente de uma Educação Popular e se distancia na maioria das vezes do sistema escolar tradicional, pois os depoimentos coletados mostram este distanciamento. Isto foi questionado na questão 5: Sua CEB estava ligada a alguma escola ou tinha alguma escola? 66,7% dos entrevistados responderam que ‘não’ estavam ligados a nenhuma escola tradicional<sup>43</sup>, mas estavam ligados a outros meios de ensino. Isto fica evidente no depoimento da Merie (5): “Organizávamos formações e círculos bíblicos”; e no depoimento da Eunice (7)<sup>44</sup>:

“Fazíamos mutirões, letramento, grupo de oração com leitura orante da palavra, acompanhamento ao MST, acompanhamento as curandeiras, hortas comunitárias, celebrações da vida tudo se celebrava do nascimento de uma criança ao bom êxito de uma reunião e participação nos grupos políticos ajudando aos irmãos na luta por justiça, paz e igualdade. Vários foram os momentos que tínhamos que mudar a linguagem para não sofrer repressão”.

---

<sup>41</sup> Entrevista realizada dia 17/08/2018.

<sup>42</sup> Entrevista realizada dia 08/07/2018

<sup>43</sup> Cf. Anexo III.

<sup>44</sup> Entrevistas realizadas no dia 17/07/2018 e dia 18/07/2018.

Isto reforça a ideia tratada no início desse capítulo de que as Comunidades Eclesiais de Base fomentaram uma educação não escolar, tendo como motivação a religião, estas comunidades ajudam a formar cidadãos comprometidos com o meio em que estão inseridos. Neste caso, segundo Queiroz (1985) a educação, sendo ela formal ou informal, sempre foi vista como um caminho de mudança para a classe operária, uma forma de ascensão social e um fator de transformação.

Após análise do questionário, notou-se que nas CEB's as pessoas eram conscientizadas da importância de estar em um processo educativo, buscando um senso crítico, porém estes valores não era encontrados infelizmente em uma escola formal, por isto a necessidade da educação informal (QUEIROZ, 1985, p.156). Isto é reforçado na entrevista com Carlos que diz que:

“As CEB's são um espaço de fomento da Educação Popular. Elas constituem um “espaço de relações”, de troca de saberes e experiências que acontecem fora da escola, da ‘educação formal’. Neste sentido, penso que as CEB's podem, ao longo dos processos de formação, partir sempre de um resgate dessas experiências e saberes para poder pensar o espaço cultural, social e político em que as pessoas estão inseridas. Pensar a realidade problematiza-la é um dos caminhos para que se possam buscar caminhos possíveis de transformação”.

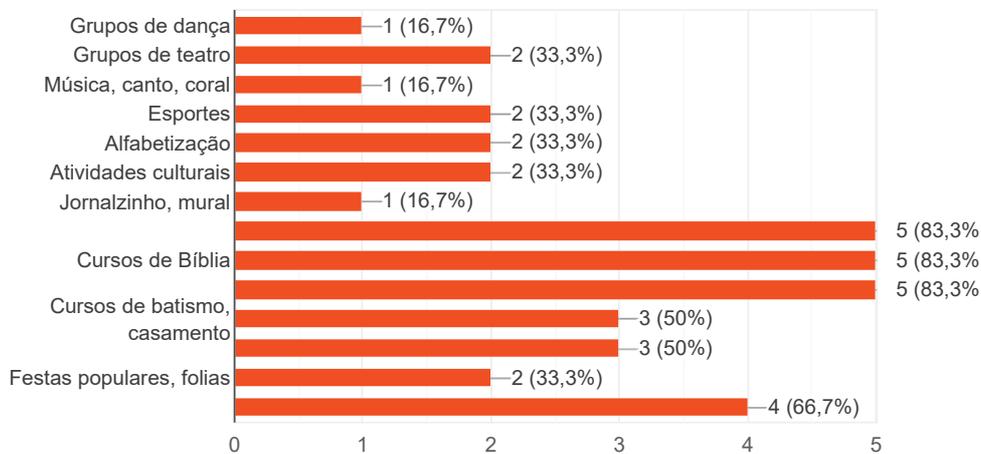
Os dados acima da pesquisa de campo mostram uma preocupação das CEB's com o processo educativo do povo simples. Para cumprir o objetivo central da EP na Arquidiocese de Goiânia, não se pode esquecer-se da EP fora dos muros das instituições, ou seja, iniciativas que surgiram através de grupos religiosos. Nesta perspectiva, pode-se citar: Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC), que trabalha com o público infanto-juvenil desde 1968; o Curso de Verão, que trabalha com formação teológica e Educação Popular desde 1988; e o CEBI de Goiânia que desde a década de 1980 lida com escolas bíblicas e oferece um treinamento, em parceria com o MAC, chamado de Curso de Educação Popular e Metodologia do Trabalho com Adolescentes e Crianças<sup>45</sup>. Cabe ainda citar a eficácia dos pequenos grupos de reflexão e sua estreita relação com leitura crítica da bíblia, assim para Antônio (2)<sup>46</sup> um dos entrevistados da pesquisa, lembra que “a reflexão da Palavra encarnada na realidade nos faz cidadãos e cidadãs críticos, a Bíblia é sempre a iluminadora da realidade atual”.

---

<sup>45</sup> Cf. <http://mac.org.br/publicacoes/>

<sup>46</sup> Entrevista realizada dia 03/07/2018.

Neste caso, que cidadão as CEB's pretendem formar? Segundo Nascimento e Souza (2014) paradigma holístico que coloca a educação numa situação o ato de aprendizagem passa por uma compreensão do universo como um todo. Assim, colocam-se as diversas atividades educacionais dentro das CEB's numa visão Holística de educação que visa contribuir para a Educação formal lançando bases para privilegiar outros referenciais de educação, mais preocupados com a formação do cidadão, protagonista em questões sociais e ambientais no seu entorno. Neste caso, foram questionados sobre as atividades educacionais que as CEB's promoviam, os entrevistados assinalaram os seguintes itens:

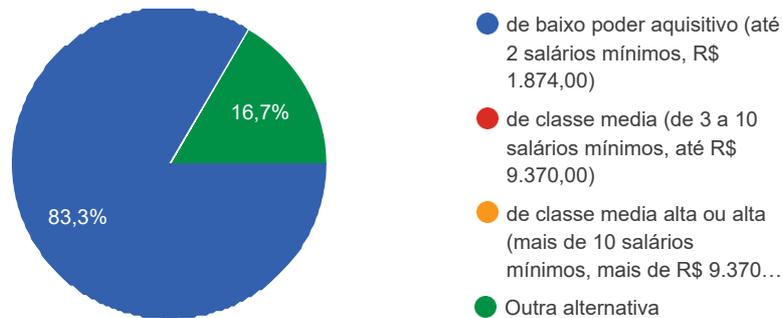


Percebe-se que as Comunidades Eclesiais de Base incentivaram e incentivam a cultura popular e local, procurando tornar o seu participante integrante do meio em que vive. Outro elemento a ser considerado neste trabalho é a identificação e permanência dos participantes das CEB's entrevistados. Fica evidente o comprometimento e a identificação com o movimento, quesito este evidenciado na segunda pergunta das entrevistas<sup>47</sup>: Por quanto tempo você participou/participa das CEB's? Nos depoimentos 88,7% disseram que participou por mais 15 anos; é o caso da entrevistada Balbina (1): "particpei por mais de 15 anos".

Conforme já se mencionou, as dificuldades enfrentadas pelas CEB's e outros movimentos populares no Brasil e em toda a América Latina foram grandes. Dentre os vários problemas o índice salarial e financeiro sempre foi uma questão mencionada entre os entrevistados que responderam na questão 6: Como você

<sup>47</sup> Cf. Anexos I e III.

qualifica os participantes das CEB's em seu grupo. A maioria dos entrevistados assinalou a primeira alternativa da pergunta e apenas três pessoas acrescentou que trabalha com pessoas abaixo da linha da pobreza. Neste caso temos o seguinte gráfico:



O gráfico nos leva a concluir que as CEB's focavam majoritariamente a classe trabalhadora mais humilde da população brasileira. Analisando melhor esta classe pobre e trabalhadora, quais seriam as atividades de cunho religioso ou educativo que as Comunidades Eclesiais de Base realizavam para animar a permanência desses participantes no grupo? Na questão 9<sup>48</sup> foi indagado isto: Quais cursos e atividades sua CEB realiza/va? Pode-se observar que as narrações sobre as atividades referem-se a um passado no qual estão contidos acontecimentos que marcam a vida dos participantes: grupo de teatro, de música, cursos de batismo, grupos de fabricação de remédios caseiros, romarias, festas populares. As opções que mais foram assinaladas pelos entrevistados foram às atividades de cursos de Bíblia (7 entrevistados) e cursos de teologia/ catequese (6 entrevistados), todos estes itens estão com certeza marcados na memória individual e coletiva de cada sujeito.

Outro item que chama a atenção nos resultados da pesquisa, indagado na questão 10, sobre quais os elementos que as CEB's trazem que podem ajudar o atual contexto histórico do Brasil, todos os entrevistados fizeram memória da importância dos grupos de reflexão bíblica, como cita a entrevistada Magda (13):

“Os pequenos grupos para partilha não só da Palavra, não só do pão e do cafezinho, mas reflete sobre os que nos incomoda: a injustiça, a impunidade. A política, o trabalho, o estudo, a formação sócio-política e

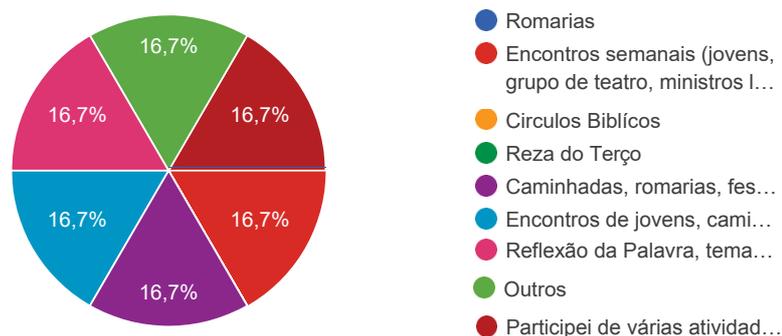
<sup>48</sup> Cf. anexo I.

cultural. Fé e vida estão ligadas, a fé é fundamental, mas a vida em abundância também. Vida digna para todos”.

Neste sentido o entrevistado Padre Célio (12)<sup>49</sup> defende:

“Através da reflexão bíblica com metodologia ativa e hermenêutica popular e da libertação, análise da realidade, motivação empoderamento de todos, valorização da formação de lideranças, militância em partidos políticos e organizações populares, incentivo ao estudo”.

Os depoimentos acima são bastante reveladores na questão da importância da religião para os participantes da CEB. De acordo com Lemos (2012) para os praticantes das CEB's, as reflexões são uma forma encontrada para realização dos princípios do Evangelho. Estes pequenos grupos que fazem acontecer uma nova prática de ser Igreja no mundo. Assim temos os seguintes itens assinalados pelos entrevistados:



Neste gráfico fica evidente a pluralidade dos eventos organizados por estes movimentos, que vai desde atos públicos, como as romarias, até encontros nas casas, como a reza do terço. Na última questão foi indagado sobre o papel das CEB's na Educação Popular. Sabe-se que hoje este movimento não tem mais o mesmo vigor de outrora, que foi evidenciado neste trabalho. De acordo com a CNBB (2018) o último Intereclesial mostra a atualidade e a vitalidade das CEBs na vida da Igreja. Nas diversas regiões do Brasil, as CEB's continuam a contribuir muito para que os cristãos sejam engajados no meio social, evangelizando pelo testemunho de vida comunitária e pela presença nos diversos ambientes urbanos, especialmente entre os mais pobres. Na pesquisa de campo foi possível perceber que todos os

<sup>49</sup> Entrevistas realizadas dia 18/08/2018 e 20/08/2018.

entrevistados, mesmo que não mais atuante, mantém um otimismo sobre o papel das Comunidades Eclesiais de Base na formação do povo. Esta ideia fica clara no depoimento da Debora (11): “penso que as CEB’s e a Educação Popular estão entrelaçadas na visão de mundo e de metodologia de trabalho” ou na entrevista da Miriam (8):

“[...] acredito que a CEB’s sempre teve o papel principalmente formativo. mas uma formação engajada, que ajuda o jovem a ter os pés no chão, reconhecendo sua realidade e lutando pelas possibilidades de mudança, não só pra si, mas visando o coletivo”.

Neste caso, com esta pesquisa e conforme afirma Frei Betto (1985) é possível perceber que as CEB’s vêm ensinar, de modo muito simples, que o trabalho de base que elas trazem é um aprendizado de escuta, de valorização do coletivo e que sua pedagogia baseia-se na solidariedade entre as pessoas, na luta, na esperança e na fé.

Todo o questionário da pesquisa pretendia descobrir a ideia de educação que os entrevistados possuíam e se isto de alguma forma estava ligada com as Comunidades Eclesiais de Base. Assim, foi possível perceber que escola assume uma dimensão de uma instituição importante e condutora do conhecimento, como cita a entrevistada Ana (6): “No interior aprender a ler, a escrever e motivar os filhos para estudar era de extrema importância”. Por outro lado, de mãos dadas com a educação formal as CEB’s assumem uma postura de educação transformadora da sociedade. Esta ligação é percebida no depoimento de Klaus (10):

“CEBs e Educação Popular são inseparáveis. Pois a Educação Popular pode partir de qualquer interesse do grupo fazer uma reflexão crítica com o fim de contribuir para uma sociedade justa sem opressores e oprimidos. Essa perspectiva de educação vai ao encontro da proposta de Jesus Cristo, que o Cristianismo da Libertação, no qual as CEBs fazem parte e resgatou: a busca por LIBERDADE plena das pessoas em solidariedade com os injustiçados”.

Neste caso percebe-se a estreita ligação entre o educador e sua fé. De acordo com Guimarães (2014) o educador da fé, que pretende assumir e cultivar uma pedagogia libertadora tem que ser uma pessoa encantada pela vida e disponível ao outro, ou seja, aquela que se doa com alegria. Assim, todo educador popular, na mesma medida em que toda ação educacional se dirige a camadas sociais, portanto ao povo. Este educador se reconhece inacabado, transmite e compartilha os seus conhecimentos com o educando (GUIMARÃES, 2018).

Por fim, a pesquisa apontou ainda vários problemas a serem enfrentados para um projeto de educação de base voltado para as classes oprimidas, como a falta de capacitação dos educadores, estrutura física para os encontros e falta de apoio dos governantes locais. Teoricamente, para Queiroz (1985), a solução para uma educação transformadora seria transformar o seu conteúdo e o próprio sujeito desse processo, o ser humano. Com os resultados do questionário, a solução teórica ganhou formas concretas, assim como nos argumentos da entrevistada Débora (11): “A experiência das CEB’s sem dúvida alguma é responsável pela formação crítica e comprometida de todos os cristãos [...] todos sentem a necessidade de contribuir com a mudança no mundo, almejando uma vida mais digna”.

Nesta perspectiva, os objetivos primordiais de uma educação voltada para o povo pobre será pautada em dois eixos: a conscientização coletiva e a formação do profissional. A tarefa não é fácil e é extremamente desafiadora, mas as Comunidades de Base se tornaram um importante movimento de conscientização frente às injustiças. Enfim, nas CEB’s, os cristãos e cristãs participam das pastorais sociais e ambientais e através desses movimentos tidos populares buscam lutar por Direitos Humanos e por um mundo novo, a chamada ‘Utopia do Reino de Deus’ (SASSATELLI, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As CEB's são hoje, dentre tantas experiências religiosas ligadas a Igreja Católica, uma das mais significativas do ponto de vista pastoral e teológico. Mais de trinta anos já se passaram desde os primeiros registros das existências desses movimentos. Em muitos lugares do Brasil, as CEB's se tornaram efetivamente sinônimo de uma Igreja viva e comprometida com a causa dos mais pobres. Em culminância com o projeto de pesquisa: Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a Educação Popular, pode se perceber que se trata de um tema ainda pouco explorado em textos acadêmicos em nossa região. Apresentamos a contribuição do educador Paulo Freire para uma educação popular libertadora, principalmente com seus livros: *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Autonomia* e *Pedagogia da Esperança* (2013). Neste sentido, considera-se Paulo Freire, como o maior teórico do movimento de Educação Popular no Brasil. Ele formou uma proposta de educação a partir do oprimido e não do opressor, que é base da Educação Popular nas CEB's. Segundo Freire, nas obras retromencionadas, a educação deveria primeiramente transformar os sistemas tradicionais de ensino construindo uma proposta de reescrever a prática pedagógica, repensando o sentido político da educação.

Neste caso, a educação não escolar, encontrada nas CEB's, assume uma postura formadora, numa perspectiva de conscientizar e contribuir para que o sujeito liberte-se das 'garras' da opressão em um trabalho *humanizador*, que tem como componente principal a coletividade. Portanto, estes movimentos se tornaram um elemento de transformação da sociedade, através da Educação Popular, subsidiando orfanatos, creches, casas de passagem, escolas, sindicatos, dentre outros espaços de formação. Tudo isto, para tentar amenizar as diferenças sociais vigentes ao entendimento de uma leitura popular da Bíblia. Cabe enfatizar também a contribuição dos pequenos grupos de reflexão, realizados nas casas ou em espaços públicos que fomentou a educação não escolar. Neste sentido, os integrantes das Comunidades Eclesiais de Base se sentiram impelidos a buscar novos horizontes para suas vidas, tendo como base a ideia de um Deus que está junto com eles, em especial aos mais pobres. Isto fica evidente nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, pois a maioria destes está engajado em movimentos sociais, sindicatos,

casas religiosas (tornaram-se padres ou freiras) e pastorais sociais. As CEB's procuraram formar um povo consciente do seu lugar no mundo, com isso buscam ferramentas na espiritualidade para a luta por justiça social.

Considera-se que as CEB's, é um movimento da Igreja Católica que formou e continua formando não somente cristãos, mas também cidadãos comprometidos com o seu meio, inseridos assim em todos os lugares onde necessita como no bairro, escolas, sindicatos, partidos políticos, dentre outras formas que precisam de liberdade. Por isto, no capítulo 1 buscou-se entender o que é o movimento religioso chamado CEB's – Comunidades Eclesiais de Base – este movimento de caráter social e religioso por sua vez procuraram lutar contra a opressão e as injustiças sociais do Estado e defendeu ainda, os direitos dos trabalhadores, das crianças, dos jovens e do povo mais simples e humilde. Ficou claro assim neste capítulo a sua relevância espiritual e política tanto no Brasil como em toda a América Latina. No capítulo 2 buscou entender que a Educação Popular é entendida como um conjunto de princípios políticos, epistêmicos e pedagógicos fundamentadas em ações políticas e interligadas ao movimento popular. Neste caso, foi possível compreender que a Educação Popular sempre procurou uma inserção ética nas causas populares, construindo metodologias de trabalho coletivo e uma democracia para todos, valorizando as diferenças culturais. Por fim, neste capítulo foi possível perceber ainda que Goiânia tornou-se um local de referência neste espaço de luta e reflexão política das CEB's, não somente pelos seus movimentos atuantes como o MEB e o CEBI-GO, mas pela perseverança dos seus membros, muitos provindos da classe trabalhadora, que nunca deixaram a luta popular se acabar.

A pesquisa sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a Educação Popular foi referente às Ciências da Religião em particular a Religião e Movimentos Sociais. A expectativa foi trazer novos enfoques como a intrínseca relação entre Igreja e Educação Popular como uma base para a luta contra as injustiças presente na nossa sociedade. Para isto elegemos como participantes desta pesquisa pessoas ligadas a esse movimento religioso, foram entrevistadas 20 pessoas que eram ou são ligadas as CEB's, usando a ferramenta de entrevista e questionários, de forma presencial ou eletrônica (Google Formulário). Este trabalho procurou mostrar a contribuição das CEB's como agências pedagógicas que propiciaram uma forma de (re)educação da população mais pobre em especial na cidade de Goiânia.

As experiências vividas pelas CEB's, como se nota no decorrer deste trabalho, são significativas para a sociedade brasileira e têm seus desafios e suas fragilidades a serem enfrentadas neste mundo contemporâneo em que estar-se vivenciando. As novas tecnologias, velocidade das informações, as disputas religiosas e o crescimento de uma visão mais tradicionalista na sociedade fazem com que os grupos de CEB, entrassem em declínio, pois cada vez mais as pessoas “não têm tempo” para se reunirem e partilharem os problemas que a vida lhes impõe e que “não é papel da Religião discutir sobre política”. O papel formador das Comunidades de Base se caracteriza pela leitura e discussão de livretos escritos em linguagem popular, que constituíam um material de apoio para a reflexão sobre a sociedade, contribuindo numa perspectiva libertadora; a falta desse material no meio popular pode significar uma sociedade cada vez mais alienada e apática espiritualmente e politicamente.

Por fim, com este trabalho foi possível compreender que a Educação Popular está submetida ao povo pobre, a qual passa a ser sustentação para luta da libertação do direito negado a esta classe. Neste caso, esta pesquisa não pretende esgotar o assunto, temos por certo a convicção de que há muito ainda a pesquisar, porém apesar de singelo, possibilitou o acesso a conhecimentos que foram muito significativos para nossa formação pessoal e profissional, encerrá-lo representa não apenas a conclusão de um processo, mas o início de uma caminhada cheia de indagações e também de algumas certezas.

## REFERÊNCIAS:

- ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba/PR: UFPR, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.
- ALMEIDA, Neli; MOREIRA, Gilvander. Nas CEB's, leigas e leigos: profecia no Ano do Laicato. Disponível em: < <http://www.cebsdobrasil.com.br/2017/11/23>> acesso dia: 07/01/18.
- ALTMANN, Walter. *Teologia da Libertação*. Der überblick, ano 14 (1978, n g 2), p. 13-17.
- ALVES, Marcio M. *A igreja e a política no Brasil*. Itapetininga SP: Editora Brasiliense, 1979.
- AMADO, Wolmir. Os Movimentos e a Pastoral. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, ano XLII, n.4, p.20.
- ANDRADE, William César. CEB's – a Leitura Bíblica Popular durante o Regime Militar. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia: v.12, n.3, maio/jun. 2002, p.439.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1998. *Religiões no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 58, 1999.
- ARQUIDIOCES DE GOIANIA. Secretariado da Pastoral arquidiocesana. Igreja de Goiânia a caminho: luzes para a evangelização. Goiânia, 1998. Cap.2.
- BALDUINO, Dom Tomás. O Vaticano II na prática da Igreja Particular de Goiás. *Mutirão de Revistas Latino-Americanas – Comunicação*, Belo Horizonte, v.9, n.24, 2011.
- BANDEIRA, Marina. Movimento de educação de base. Síntese: *Revista de Filosofia*, 1968. Disponível em: [faje.edu.br/periódicos/index.php/Síntese/artigos](http://faje.edu.br/periódicos/index.php/Síntese/artigos).
- BARROS, Marcelo. O sopro da profecia nas Comunidades: A espiritualidade Profética CEB's. *11 intereclesial das CEB's*. diocese de Itabira/Cel. Fabriciano, MG, jun. 2005. cap.4.
- BASTOS, Ana Cristina de Almeida; BASTOS, Laynna de Almeida. As campanhas da fraternidade da igreja católica: um contributo para a formação de um pensamento ecológico integral no Brasil. João Pessoa, Paraíba: *Gaia Scientia*, 2016. Volume 10, p.482-496.
- BAUMAN, Zygmund. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMWORCEL, Ana. As escolas radiofônicas do MEB. Trabalho apresentado no VI Congresso de História da Mídia, em maio de 2008, na UFF, Niterói, Rio de Janeiro.

BELÉM, Euler de França. Assassinou Nativo da Natividade e foi roubado pelo tio pistoleiro. *Jornal Opção*, 25/10/2014, ed. 2051.

BELLITO Christopher. *História dos 21 Concílios da Igreja – de Niceia ao Vaticano*. Loyola, 2010.

BEOZZO, José Oscar. *Pacto das Catacumbas: por uma Igreja servidora e pobre*. São Paulo: Paulinas, 2015.

BERGER, Peter Ludwing. *O dossel Sagrado: O processo de secularização*. São Paulo: Paulinas, 1985.

BERGER, William. *O Teatro do Poder e o Teatro do Oprimido: formas de resistência e intervenção social em Caieiras Velhas Aracruz, ES (2006-2011)*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2012. Dissertação (mestrado), p. 27.

BETTO, FREI. Aspectos pedagógicos das Comunidades de Base. *In: QUEIROZ, José J. A educação popular nas comunidades de base*. São Paulo: Paulinas, 1985, cap.2.

BETTO, FREI. *O que é Comunidades Eclesiais de Base*. Coleção Primeiros Passos. Itapetininga SP: Editora Brasiliense, 1981.

BETTO, FREI. *A pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 12 ed.

BETTO, FREI. *Conscientização: teoria e prática de libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

BETTO, FREI. *Pedagogia do Oprimido*. 54 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

BETTO, FREI. *Pedagogia do Oprimido*. 54 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BOFF, Clodovis. CEB's e massa: estado da questão. *in: LESBAUPIN, Ivo (org). Igreja Comunidade e Massa*. São Paulo: Paulinas, 1996. p. 14-38.

BOFF, Clodovis. *Como trabalhar com a massa*. Petrópolis RJ: Vozes, 1995.

BOFF, Clodovis. *E a Igreja se fez povo*. Petrópolis RJ: Vozes, 1991.

BOFF, Clodovis. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis RJ: 18 ed. Vozes, 2003.

BORGES, Lindsay. *Memória e sacralização de dom Fernando Gomes dos Santos: o "arcebispo da providência"*. Goiânia: UFG, 2011, tese de doutorado, p. 278.

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), *Secretária dos Direitos Humanos da Presidência da República*. Atualizado pelo decreto n.7.177, Brasília: SEDH\PR, 2010.

BURDICK, John. *Procurando Deus no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BUYST, Ione. Beba da fonte: sobre o lugar da liturgia na espiritualidade cristã. *11º intereclesial das CEB's*. diocese de Itabira/Cel. Fabriciano, MG, jun. 2005, cap. 8, p.105-107.

CALDART, Roseli. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo Estudos avançados vol.15 n.43 São Paulo Set./dez. 2001.

CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMPOS, Renan. MIRANDA, Flavio. *A escrita da história: O autoritarismo em marcha*. São Paulo: Escala educacional, 2005.

COMBLIN, José. *Um novo amanhecer da Igreja?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

COMISSÃO DE POBREZA E JUSTIÇA. *Doutrina Social da Igreja, apresentação sumária dos principais documentos*. Promoção da família: Belo Horizonte, 1985.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *16º Romaria da Terra e das Águas: Memória rebeldia e Esperança* (texto base). 02 set. 2017 – Itapuranga (GO).

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. São Paulo: *Perspectiva*. vol. 15 n. 4 São Paulo out. /dez. 2001.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO AMERICANA. *Conclusões de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1987.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Evangelização e Missão Profética da Igreja, novos desafios*. (doc.80). 2ºed. Paulinas: São Paulo, 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Após 33 anos, Brasil reconhece o assassinato do padre João Bosco Burnier como crime político. Arquivo on-line de 20/04/2010. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/apos-33-anos-brasil-reconhece-o-assassinato-do-padre-joao-bosco-burnier-como-crime-politico/> acesso: 20:52; 11 de novembro de 2018.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Educação, Igreja e Sociedade* (doc.47). São Paulo: Paulinas, 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Exigências Evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome* (doc. 69). Paulinas, 11ºed, Paulinas: São Paulo, 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Pastoral da Juventude no Brasil*. (doc.44). 2ºed. Paulinas: São Paulo, 1986.

COSTA, Fabrício Roberto, SCHIAVO, Reinaldo Azevedo; ZANGELMI Arnaldo José. *Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre*

*catolicismo liberacionista e ritual*. Intertextos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 1, p. 33 – 50, 2010.

COSTA, Fabrício Roberto, SCHIAVO, Reinaldo Azevedo; ZANGELMI Arnaldo José. *Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual*. Rio de Janeiro. vol. 2, nº 1, pp 33 – 50, 2010.

COUTINHO, O episcopado e a recepção do Concílio Vaticano II em Goiás: micro história em método biográfico. Goiânia: *revista Fragmentos de Cultura*, v.16, p.577-591, jul/ago., 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro: 1985.

DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA. *Rerum Novarum* Papa Leão XIII, Comissão de Pobreza e justiça, 1985, p13-14.

DUARTE, Aldimar Jacinto. *Jovens urbanos da periferia de Goiânia: espaços formativos e mediações escolares* (Tese Doutorado). Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

DUARTE, Teresinha Maria. *Se as paredes da catedral falassem: A Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968/1985)*. Goiânia: UFG, 1996. Dissertação (mestrado), p. 223.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 29-79.

EGGERT, Edla. Qual a contribuição e os desafios da Educação Popular para a transformação social? In: TORRES, Fernando. *Teologia da Libertação e Educação Popular: a caminho*. São Leopoldo/RS: CEBI, 2006 b, p. 67-93.

EGGERT, Edla. Resgate histórico da Educação Popular: um olhar sobre como o “povo” foi criando rostos diferentes na “caminhada”. In: TORRES, Fernando. *Teologia da Libertação e Educação Popular: a caminho*. São Leopoldo/RS: CEBI, 2006 a, p.28-66.

ENQUITA, Mariano Fernandes. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

ESCLARIN, Antônio Peres. *A Educação Popular e sua pedagogia*. São Paulo, Loyola, 2005.

ESCLARIN, Antônio Peres. Os desafios da Educação Popular. In: *A educação popular e sua pedagogia*. São Paulo: Loyola, 2005, cap. I, p. 33-55.

FAVEO, Osmar. *Cultura popular e educação popular: memória dos anos de 1960*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p.71-89.

FAVEO, Osmar. Educação popular de jovens e adultos: memória e história. In: SILVA, Cátia Antônia (org.). *Educação Popular, Movimentos Sociais e formação de professores: os 50 anos do golpe militar de 1964 e a mobilização de inéditos viáveis no campo social e educativo*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p.101-120.

FAVEO, Osmar. *MEB – Movimento de Educação de Base primeiros tempos: 1961-1966*. texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Évora, Portugal, de 5 a 8 de abril de 2004.

FERRARO, Benedito. *Prática pastoral e transformação social*. Belo Horizonte: *Horizonte*, v. 5, n. 10, p. 19-31, jun. 2007, p.19-31.

FILHO, Onofre Guilherme dos Santos. *O rosto da igreja na cidade na Igreja e a estrutura comunitária Paroquial no mundo urbano*. Goiânia: UCG, maio, 2001. p. 105 (dissertação de mestrado).

FISCHER, Joachim. História dos dogmas, história da teologia, história do pensamento cristão: Considerações sobre alguns conceitos da historiografia eclesial. *Estudos Teológicos*, ano 48, n. 1, p. 83-100, 2008.

FRISOTTI, Heitor. CEB's e religiões afro-brasileiras. In: *CEB's vida e esperança nas massas* (texto base). São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996, p. 35-53.

GADOTTI, Moacir. *Histórias dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

GADOTTI, Moacir. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1994. p.160.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Revista Ensaio: avaliação e política pública em Educação*, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006, versão eletrônica, p.27-38.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1999 (questões de nossa época n. 5).

GORGULHO, Frei Gilberto. O papel das CEB's na Ação Pastoral da Igreja. In: QUEIROZ, José J. *A educação popular nas comunidades de base*. São Paulo: Paulinas, 1985, cap.1.

GREIN, Maria Izabel. O Movimento Sem Terra, da educação popular à pedagogia do movimento. In: SILVA, Cátia Antônia (org.). *Educação Popular, Movimentos Sociais e formação de professores: os 50 anos do golpe militar de 1964 e a mobilização de inéditos viáveis no campo social e educativo*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p.121-136.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1975.

HOBBSAWN, Eric. *A era das Revoluções, 1789-1848*. 25ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBBSAWN, Eric. *A era do Capital, 1848-1875*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2000.

HOORNERT, Eduardo. *História do cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulus, 1994.

JOÃO XXIII, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii nuntiandi* (Sobre a evangelização no mundo contemporâneo). São Paulo: Loyola, 1976.

JOÃO XXIII, Papa. *Carta Apostólica Octogesima Adveniens* (por ocasião do 80º aniversário da *Rerum Novarum*). São Paulo: Loyola, 1977.

JOÃO XXIII, Papa. *Carta Encíclica Mater et Magistra* (Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã). São Paulo: Paulinas, 1961.

JOÃO XXIII, Papa. *Carta Encíclica Pacem in Terris* (Sobre a paz de todos os povos). São Paulo: Paulinas, 1963.

LARRATEA, Aura Nieve Centi. A Educação Popular se dá onde o povo está. In: SCHINELO, Edmilson. *Teologia da Libertação e Educação Popular: partilhando e avaliando práticas de educação libertadora*. São Leopoldo/RS: CEBI, 2007, cap. 3, p.55-57.

LEÃO XIII, Papa. *Carta Encíclica Rerum Novarum* (Sobre a condição dos operários). São Paulo: Loyola, 1991.

LEMOS, Carolina Teles. A (re)construção do conceito de comunidade como um desafio à sociologia da religião. *Estudos de Religião*, v. 23, n. 36, 201-216, jan./jun. 2009.

LEMOS, Carolina Teles. Religião no Centro Oeste, entre a tradição e a modernidade: *Religião e tessitura da vida cotidiana*. Goiânia: PUC-GO, 2012, p.127-150.

LESBAUPIN, Ivo; MELLO, Marco. *Teologia da Libertação e Educação Popular: horizontes ainda que seja noite*. São Leopoldo/RS: CEBI, 2008, p.21-78.

LESBAUPIN, Ivo; MELLO, Marco. RIBEIRO, Lúcia; SANTOS, Solange Rodrigues; FIORIN, Névio. O cotidiano das CEB's. In: *Inser/Assessoria*, 2004.

LIBÂNIO, João B. Igreja, Povo que se Liberta: *III Encontro Intereclesial de Comunidades de Base*. FAGE, disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2346/2616>> acesso em: 03/01/2018.

LOPES, Eliseu. *Frei Carlos, flor crescida na sombra*. Disponível em: <http://mesters80anos.blogspot.com.br/p/biografia.html>. Acessado no dia 07/09/2017.

LORSCHIEDER, Aloísio. Conferências-gerais do episcopado Latino-americano e do Caribe. Disponível em: < <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/documentos-e-concilio/conferencias-gerais-do-episcopado-latino-americano-e-do-caribe>>. Acessado dia 12/01/2018.

LÖWY, Michel. *A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARCELLINI, Maria Nilde. Educação formal e informal. In: QUEIROZ, José J. *A educação popular nas comunidades de base*. São Paulo: Paulinas, 1985, cap. 4.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Centro do livro brasileiro, 2010.

MELLO, Marco. *Perspectiva da Educação Popular: de Paulo Freire ao Fórum Social Mundial – horizontes ainda que seja noite*. In: SCHINELO, Edmilson;

MELLO, Marco. *Perspectiva da Educação Popular: de Paulo Freire ao Fórum Social Mundial – horizontes ainda que seja noite*. In: SCHINELO, Edmilson;

MESTERS, Carlos. *A leitura popular da Bíblia, a procura da moeda perdida, n°73*. São Leopoldo RS, CEBI: 2003.

MESTERS, Carlos. *Deus onde estás? Uma introdução à prática Bíblica*. Petrópolis RJ, Vozes: 1987.

MESTERS, Carlos. Et al. *O caminho por onde caminhamos, reflexão sobre o método de interpretação da Bíblia*. N° 222, CEBI: 2006.

MESTERS, Carlos. *Flor sem defesa, uma explicação da Bíblia a partir do povo*. Petrópolis RJ, Vozes: 1983.

MESTERS, Carlos. *O que é um Círculo Bíblico?* Disponível em: <http://fradescarmelitas.org.br/o-que-e-um-circulo-biblico/>. Acesso dia 13/09/2017.

MIGNOLO, Walter. *História locais/projetos globais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MILANEZ, Felipe. *25 anos sem Chico Mendes*. Disponível em:< <http://www.cartacapital.com.br/> >. 19/11/2014.

MIRANDA, Janira Sodré. Igrejas, Comunidades, Movimentos e seus desafios, hoje. *Mística e Pós-modernidade*. Goiânia: Editora da UCG, 2005, p. 55-66.

MIRANDA, Mario França. Catolicismo: Tradição e Modernidade. in: LESBAUPIN, Ivo (org.). *Igreja Comunidade e Massa*. São Paulo: Paulinas, 1996.

MOLINER, Albert. Pluralismo religioso e sofrimento eco humano: *Procedimentos da Teologia da Libertação*. São Paulo: Paulinas, 2011.p. 44-51.

MOREIRA, Alberto. Contribuição da Teologia da Libertação para os movimentos sociais. Goiânia: *Caminhos*, 2012, v.10, n.2, p.37-55.

MOREIRA, Edimar Fernando. “*Pacto das Catacumbas*”: Uma autocrítica da Igreja Católica sobre o tema da pobreza. São Leopoldo: EST v. 3, 2016. *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*.

MOURA, Laércio Dias. *A Educação Católica No Brasil, passado, presente e futuro*. São Paulo: Loyola, 2000.

NASCIMENTO, Gilmar dos Santos; SOUZA, Maria Enísia. Uma visão holística da educação: da fragmentação à totalidade. *Interletras*, v. 3, n. 19. abril, 2014/setembro, 2014.

OLIVEIRA, Elaine de. Educação Popular e Juventudes em periferias urbanas: a escolarização dos jovens na linha de fogo. In: SILVA, Cátia Antônia (org.). *Educação Popular, Movimentos Sociais e formação de professores: os 50 anos do golpe militar de 1964 e a mobilização de inéditos viáveis no campo social e educativo*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p.155-176.

ORIONTE, Ivana. *Crianças invisíveis, um estudo sobre o abandono e a institucionalização na infância*. Goiânia: ed. PUC Goiás, 2010.

OTTAVIANI, Edélcio. Práxis de Jesus e práxis da libertação à luz do Anticristo de Nietzsche. Paraná: *Rev. Filos.*, v. 19, n. 24, p. 79-109, jan./jun. 2007.

PALUDO, Conceição. Educação Popular como resistência e emancipação humana. *Cad. Cedes, Campinas*, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio/ago., 2015 p.219-238.

PARO, Vitor Henrique. *A teoria do valor em Marx e a educação*. São Paulo: Cortez, 2006.

PAULO VI, Papa. *Carta Encíclica Populorum Progressio (sobre o desenvolvimento dos povos)*. São Paulo: Paulinas, 1967.

PERALÍAS, Isabelortega. *Participação e autonomia das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)*. Goiânia: ed. UCG, 2005 (dissertação de mestrado), pp. 145.

PIETRAFESA, José Paulo; SAUER, Sérgio. Trinta Anos da Comissão Pastoral da Terra. Goiânia: *Caminhos*, v.3, n.1, jan./jun. 2005, p.99-119.

PINHEIRO, Antônio Cesar Caldas. *A Igreja e a nova capital de Goiás*. Disponível em: <http://www.catedralgo.org.br/artigos/a-igreja-e-a-nova-capital-de-goias>. Acesso dia 23/02/2019.

PINTO, J. BARBOSA. *Et al. Sinopse, documentos conciliares, Vaticano II*. São Paulo: Apostolado da Imprensa, 1968.

PRATES, Lisaneos. *Fraternidade libertadora: uma leitura histórico-teológico das Campanhas da Fraternidade da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2007.

QUEIROZ, José J. A educação popular nas Comunidades Eclesiais de Base. São Paulo: Paulinas, 1985.

QUEIROZ, José J. Movimento Popular: uma escola do povo. In: QUEIROZ, José J. *A educação popular nas comunidades de base*. São Paulo: Paulinas, 1985, cap.6.

RODRIGUES, Maria Emilia de Castro; COSTA Cláudia Borges; GOMES, Dinorá de Castro. *Movimento de Educação de Base em Goiás no Centro Memória Viva*. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 3, nº 6, 2015.

SALES, Lilian M. Pinto; MAIA, César Portantiolo. Pastoral da Juventude do Brasil: uma proposta de formação de indivíduos não individualistas. Goiânia: *Caminhos*, v. 15, n. 1, p. 96-109, jan./jun. 2017, p. 96-109.

SANTOS, Ailton Soares. *As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a Educação popular*. Monografia (graduação em pedagogia), PUC-GO. Goiânia, 2010.

SANTOS, Irinéia M. Franco. Luta e perspectiva da Teologia da Libertação: o caso da Comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo, 1980-2000.

SASSATELLI, Frei Marcos. *As CEB's na Eclesiologia de Medellín*. Goiânia, Scala: 2018.

SCHINELO, Edmilson. Educação Popular: o que de fato queremos? São Leopoldo/RS: CEBI, 2016. *Bíblia e Educação Popular: Encontros de solidariedade e dialogo*. 2 eds. n.213/214, p. 7-21.

SERVIÇO DE ANIAMÇÃO BIBLICA (SAB). *Mês da Bíblia no Brasil. Mês da Bíblia 2016, "Praticar a justiça, amar a misericórdia e caminhar com Deus"*: Para que n'Ele nossos povos tenham vida Livro de Miquéias. Belo Horizonte: Paulinas, 2016, p. 65-66.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *A prática tridimensional como mediação do existir*. São Paulo: Ed. Olho d'água, 2001.

SILVA, Ana Lúcia; PERRUDE, Marleide Rodrigues. Atuação do pedagogo em espaços não-formais: algumas reflexões. *Revista Eletrônica Pro-Docência/Uel*. Edição n. 4, vol. 1, jul. Dez. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>. acesso dia 27/07/2018 as 12h25'.

SILVA, Renatho Andriola da. *O conceito de Práxis em Marx*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte – programa de pós-graduação em Filosofia, Natal RN, 2017.

SILVA, Ronaldo Manoel da. Pré-história da Arquidiocese de Goiânia. In: *o profeta de bengala: ações proféticas de dom Antônio ribeiro de oliveira, arcebispo metropolitano da arquidiocese de Goiânia (1986-2002)*. Goiânia: UCG, 2007. Dissertação de mestrado, p. 17-24.

SOBRINO, J. *Cristologia desde América Latina. Esbozo a partir Del seguimiento de Jesús*. México, 1977. p. 167. Dissertação (mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas de São Paulo, 2006.

SOUZA E MARTINHO. *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. Beatriz Muniz, Luís Mauro Sá Martinho (org..). São Paulo: Paulinas, 2004.

SOUZA, André Ricardo de. *Igreja Católica e Mercados: a Ambivalência entre a Solidariedade e a Competição*. Relig. soc. vol.27 n.1 Rio de Janeiro July 2007. Disponível:[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010085872007000100008&script=sci\\_arttext&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010085872007000100008&script=sci_arttext&lng=pt). Acesso no dia 22/07/2018, as 12h05'.

SOUZA, Edimilson Rodrigues de. Crônicas da morte revivida na luta: uma etnografia da Romaria dos Mártires da Caminhada em Ribeirão Cascalheira (MT), Brasil. *Etnográfica*, 2004, vol. 20, p. 339-362.

SOUZA, Edinilson Rodrigues de; CICCARONE, Celeste. Trânsito das almas: romarias camponesas e sacralização dos mártires da terra. Goiânia: *Horizontes*, v.10, n.1, p. 21-38, jul./d dez. 2012, p.21-38.

SOUZA, Luís Alberto Gómez. *Do Vaticano II a um novo concílio? O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja*. São Paulo: Loyola, 2004.

SOUZA, Luís Alberto Gómez. *Espiritualidades e dinâmicas sociais. Contradição das religiões nos anos de chumbo: do apoio à profecia*. São Paulo: Paulinas, 2014.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. O analfabetismo no Brasil, sob enfoque demográfico. São Paulo: *Caderno de Pesquisa*, n.107 jul. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100157419990002007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100157419990002007)<http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>. aceso dia 27/07/2018 as 12h10.

SPOSAT, Aldaíza; et al. *Os Direitos (dos desassistidos) Sociais*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

STRECK, Danilo R. Comunidades Eclesiais de Base: Mito e Realidade: *Impressões sobre o 8º Encontro Intereclesial de CEB's*. Disponível em: <[http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/980/948](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/980/948)> acesso em: 03/01/2018.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Educação Popular e Movimentos Sociais contemporâneos: algumas notas para reflexão. *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 24, n. 43, p. 49-61, jan./jun. 2015, p.49-61.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *A gênese das CEB's no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Paulinas, 1988.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. Espiritualidade do ecumenismo e do diálogo inter-religioso. *Texto Base 11º intereclisial das CEB's*. diocese de Itabira/Cel. Fabriciano – MG – jun. 2005, p.131.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Histórias de fé e vida nas CEB's*. PPCIR-UFJF, 2010. Disponível em: <http://fteixeira-dialogos.blogspot.com.br/2010/04/historia-de-fe-e-vida-nas-cebs.html>.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. Teologia da Libertação: Eixos e desafios. In: TORRES, Fernando. *Teologia da Libertação e Educação Popular: a caminho*. São Leopoldo/RS: CEBI, 2006, p.12-27.

TONUCCI, Paulo Maria. *Teologia da Libertação: o que é?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1984, 4ªed. Coleção da base para base/14.

TREVISAN, Educação operária. Subsídios para implantação de projeto. In: QUEIROZ, José J. *A educação popular nas comunidades de base*. São Paulo: Paulinas, 1985, apêndice, p.144-148.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Comunidades Eclesiais de Base e Educação Popular. São Paulo: Vozes, 1983. *Coleção Teologia Orgânica 5*, p.686-707.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Educação para liberdade. In: QUEIROZ, José J. *A educação popular nas comunidades de base*. São Paulo: Paulinas, 1985.

### 3. ANEXO I

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de uma pesquisa. Meu nome é Ailton Soares dos Santos, sou a pesquisador responsável e meu orientador e o professor doutor Alberto da Silva Moreira e minha área de atuação é Ciências da Religião, minha linha de pesquisa é Religião e Movimentos Sociais. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Caso não queira participar da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, ou no decorrer da mesma, você poderá entrar em contato comigo Ailton Soares dos Santos, pesquisador responsável nos telefones: (062) 994473971; ou com minha orientadora Alberto da Silva Moreira pelo telefone; (062) 3946 1000. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, da qual sou aluna nos telefones: 3946-1512 ou 3946-1070.

O projeto de pesquisa **Comunidade Eclesiais de Base (CEB's) e a Educação Popular**, que realizamos junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás objetiva aprofundar a temática das comunidades católicas e sua relação com a educação informal na arquidiocese de Goiânia, para isto elegemos como sujeitos desta pesquisa pessoas ligadas a esse movimento religioso. Este projeto tem como objetivo estudar a memória e a tradição dos agentes pastorais atuantes no auge desse movimento. A importância do projeto deve-se ao fato de que ele pretende, através dessas memórias, dar mais visibilidade a esse movimento que influenciou os rumos da política brasileira nos anos 1960 a 1980. A obtenção de dados será por meio de entrevistas. Estas **entrevistas** serão feitas com os agentes pastorais e líderes de base (homens e mulheres com idade mínima 30 e máxima de 80 anos) totalizando no máximo de 40 entrevistados. A sua participação na pesquisa será pautada na **livre disposição, disponibilidade** em contribuir para a mesma. É importante dizer que estas entrevistas serão **gravadas e acompanhadas pelo**

**registro.** Ressalto ainda que não haverá nenhuma espécie de pagamento ou gratificação financeira a você por participar desta pesquisa. Você terá acesso ao **conteúdo das entrevistas** que serão **gravadas e manuseadas e publicadas exclusivamente pelo pesquisador para fins acadêmicos** (dissertação). As entrevistas poderão ser enviadas por meio eletrônico ou físico, segundo a sua escolha. Você também deve ser consciente de que durante a entrevista pode ocorrer algum constrangimento ou que alguma memória, lembrança traga à tona algum mal-estar e desconforto (físico e/ou emocional). Caso isto ocorra a pesquisador se propõe a prestar assistência integral e gratuita e a pagar indenização por danos decorrentes da mesma, caso necessário, conforme estabelece a Resolução CNS 466, de 12 de dezembro de 2012. Você também poderá ser beneficiado (a) por meio desta pesquisa na medida em que a mesma proporcionará maior visibilidade e reconhecimento das manifestações da sua comunidade, trazendo assim reconhecimento legal e possíveis parcerias, que visem à preservação da mesma. Ademais, me comprometo pela garantia do sigilo assegurando-lhe absoluta privacidade quanto às informações confidenciais envolvidas na pesquisa. Volto a afirmar que você dispõe de total liberdade para se recusar ou interromper a pesquisa a qualquer momento, sem que isso implique em qualquer penalidade ou qualquer prejuízo para você. Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo Comunidade Eclesiais de Base (CEB's) e a Educação Popular. Ficaram claros para mim quais são os propósitos de estudos, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro, também, que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso a tratamento hospitalar, quando necessário, por decorrência de ações do presente projeto. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu atendimento neste Serviço.

Goiânia, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**3.1 ANEXO II**  
**COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEB'S) E A EDUCAÇÃO POPULAR**  
**QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA**

1. Onde é a CEB da qual você participa/participava: \_\_\_\_\_  
 Área rural ( ) periferia de cidade grande ( ) cidade do interior ( ) outro \_\_\_\_\_

2. Por quanto tempo você participa/ participou das CEB's?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Qual é/era seu nível de participação nas atividades da CEB?

- ( ) Participação ativa (uma das lideranças principais)  
 ( ) Participação razoável (uma liderança ocasional)  
 ( ) Apenas participa/va e apoia/va a comunidade  
 ( ) Não participa/va muito, só de vez em quando

4. O grupo do qual você participa/va se reunia com que frequência?

Semanalmente ( ) de 15 em 15 dias ( ) uma vez por mês ( )  
 Outro \_\_\_\_\_

5. Quais atividades/eventos são/eram realizadas (com mais frequência?)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Sua CEB estava ligada ou tinha alguma escola?

\_\_\_\_\_

7. Como você qualifica os participantes das CEB's em seu grupo?

- ( ) de baixo poder aquisitivo (até 2 salários mínimos, R\$ 1.874,00)  
 ( ) de classe média (de 3 a 10 salários mínimos, até R\$ 9.370,00)  
 ( ) de classe média alta ou alta (mais de 10 salários mínimos, mais de R\$ 9.370,00)

8. Quais as maiores dificuldades que as CEB's enfrentam/vam nesse período?

---



---

9. Na sua opinião, as CEB's têm ajudado a formar cristãos críticos e comprometidos? De que jeito?

---



---



---

10. Quais cursos e atividades sua CEB realiza/va? (pode marcar mais de um X)

- ( ) Grupos de dança      Cursos de Bíblia      ( )
- ( ) Grupos de teatro      Cursos de teologia ou catequese ( )
- ( ) Música, canto, coral      Cursos de batismo, casamento ( )
- ( ) Esportes      Outros \_\_\_\_\_
- ( ) Alfabetização      Palestras de formação política ( )
- ( ) Atividades culturais      Festas populares, folias ( )
- ( ) Jornalzinho, mural      CPT, Romaria da terra, CIMI ( )
- ( ) Demonstrações, passeatas, mobilizações ( )

Outras atividades de formação: \_\_\_\_\_

11. Em sua opinião quais elementos as CEB's trazem que ajudam ou que podem ajudar a sociedade brasileira no atual contexto histórico em que estamos vivendo?

---



---



---

12. Gostaria de dizer mais alguma coisa sobre o papel das CEBs na educação popular?

---



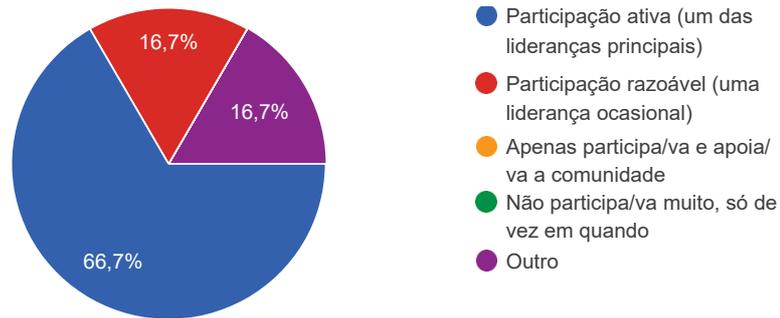
---

### 3.2 ANEXO III

#### RESUMO DAS 20 ENTREVISTAS COM OS PARTICIPANTES DAS CEB's (QUESTÕES DE MULTIPLA ESCOLHA)

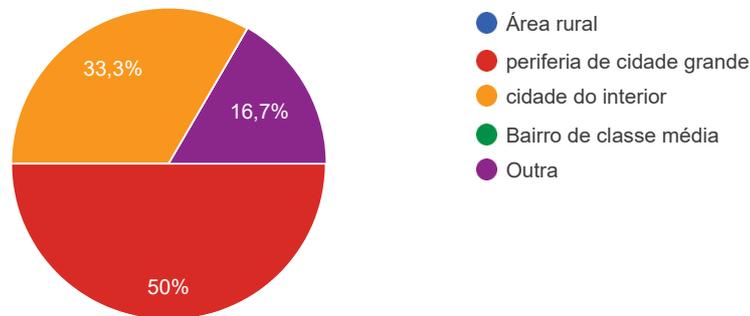
Qual é/era seu nível de participação nas atividades da CEB?

19 respostas



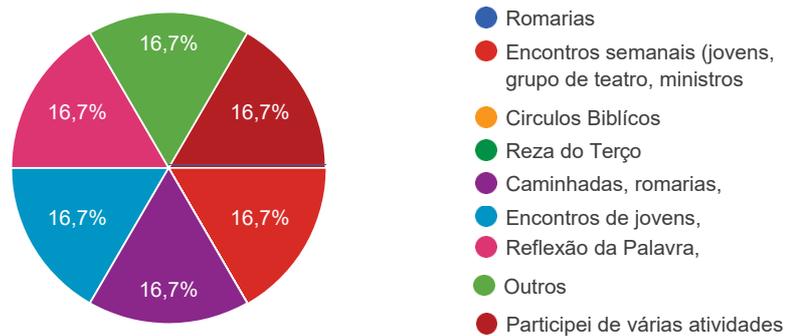
Onde é a CEB da qual você participa/participava:

19 respostas



Quais atividades/eventos são/eram realizadas (com mais frequência?)

20 respostas



## Sua CEB estava ligada ou tinha alguma escola?

19 respostas

